

DO CORPO À CIDADE

ACOLHIMENTO PARA A POPULAÇÃO DE RUA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN - FAUeD
ARQUITETURA E URBANISMO

GEOVANA ALVES DE ARAUJO

DO CORPO À CIDADE:
Acolhimento para a população em situação de rua

UBERLÂNDIA
2019

Geovana Alves de Araujo

DO CORPO À CIDADE:

Acolhimento para a população em situação de rua

Trabalho de Conclusão de Curso I e II apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Giovanna Augusto Merli - TCC I
Cláudia dos Reis e Cunha - TCC II

UBERLÂNDIA
2019

AGRADECIMENTOS

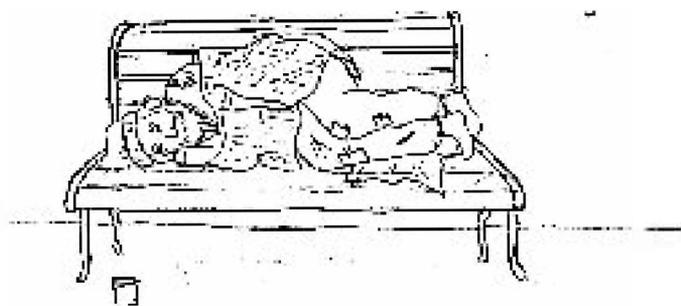
Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter, a cada dia da minha vida, mostrado seu amor, sua misericórdia e sua bondade, o que permitiu que tudo acontecesse e que eu continuasse firme diante das dificuldades. Que minha vida possa em tudo ser uma declaração de gratidão e amor a Ele.

Aos meus amigos que mostraram na prática o significado de diversão e companheirismo. Através de vocês aprendi que receber ajuda não é falha. Significa que não estamos sozinhos.

À minha família a quem amo tanto e onde acho incentivo e conforto. Em vocês tenho o exemplo de determinação, coragem e persistência. Espero poder retribuir tudo o que me ensinaram.

À minha orientadora Giovanna, que aceitou este desafio durante o Trabalho de Conclusão de Curso I e à professora Cláudia, na última etapa, empenhando-se e oferecendo os incentivos necessários e assistências nas correções. Também à Universidade e todo corpo docente, pela oportunidade e preparação oferecida para a minha formação.

Enfim, a todos que de algum modo participaram dessa etapa da minha vida e na concretização deste sonho. Não há palavras o suficiente para demonstrar a gratidão que sinto. A todos vocês, o meu muito obrigada!



O Bicho

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.*

*O bicho, meu Deus, era um homem.
(Manuel Bandeira - Rio de Janeiro, 1947)*

RESUMO

ARAUJO, Geovana Alves de. **Do Corpo à Cidade: Acolhimento para a População em Situação de Rua.** 2019. 123 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 2019.

Partindo do estudo sobre o sujeito urbano morador de rua, o presente trabalho busca compreender a cultura da vida nas ruas e o acolhimento para esta parcela da população, que frequentemente é ignorada ou estigmatizada pela sociedade. A partir disso, considerando os perfis, cotidianos e modos de vida dos moradores de rua, estabelece como proposta, projetos que incorporam diferentes escalas dentro da cidade, incluindo a relação com o corpo do indivíduo, os deslocamentos setoriais e por bairro do cotidiano, e um terceiro que abarca toda a cidade e região, visando acolhimento temporário e também permanente, além de assistência imediata à população de rua. As propostas, da menor à maior escala, foram projetadas tendo como referência a cidade de Uberlândia, no estado de Minas Gerais.

Palavras-Chave: População de Rua, Acolhimento, Escala

ABSTRACT

ARAUJO, Geovana Alves de. **From the Body to the City: Reception for a Population in the Street.** 2019. 123 pages. Graduation Work in Architecture and Urbanism - Federal University of Uberlândia. Minas Gerais, 2019.

Taking as a starting point the study about the urban subject living in the street, the “homeless”, the present work seeks to understand the culture of life on the streets and the reception for this part of the population, which is often ignored or stigmatized by society. Based on this, considering the profiles, daily life and ways of life of the homeless, it establishes as proposal, projects that incorporate different scales within the city, including the relation with the body of the individual, the sectorial displacements and by neighborhood of daily life, besides of a third party that covers the whole city and region, aiming at welcoming and immediate assistance to the population of the street. The studies and proposals, from the smallest to the largest scale, are finally applied to the city of Uberlândia, located in the state of Minas Gerais.

Key-words: Street Population, Reception, Scale

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	O SUJEITO URBANO MORADOR DE RUA.....	11
	2.1. O Panorama Histórico da População de Rua.....	12
	2.2. A Questão do Desabrigo.....	14
	2.3. Perfis e Modos de Vida de quem vive nas Ruas...18	
	2.3.1. Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua.....	19
	2.3.2. Perfis da População de Rua.....	29
	2.3.3. A territorialidade do Morador de Rua.....	34
3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL....	37
	3.1. Panorama Nacional.....	38
	3.2. Políticas Sociais no Município de Uberlândia.....	40
4	UBERLÂNDIA.....	43
	4.1. Dados Censitários da População de Rua do Município de Uberlândia.....	47
	4.2. Análise Urbana.....	49
	4.3. Pesquisa de Campo e Entrevistas.....	54

5	REFERÊNCIAS PROJETUAIS.....	62
5.1.	Homeless Vehicle.....	64
5.2.	Park Bench house.....	65
5.3.	Intervenção Arte-Cidade - Largo do Glicério.....	66
5.4.	Shelter Home for the Homeless.....	68
6	PROJETO.....	70
6.1.	Escala do corpo - Abrigo portátil	72
6.2.	Escala setorial - Mobiliário urbano	76
6.3.	Centro de Referência e Acolhimento para pessoas em situação de rua.....	82
6.3.1.	Área de projeto.....	82
6.3.2.	Programa.....	87
6.3.4.	Projeto	90
7	REFERÊNCIAS.....	102
8	ANEXO.....	104
8.1.	Entrevistas.....	105



Imagem 1: Homem-bicho
Fonte: Rosângela Linhares Correia, 2017

© Rosângela Linhares Correia

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho estuda o sujeito urbano morador de rua, assim como os perfis desta parcela da sociedade, seus modos de vida e sua apropriação do espaço público, tendo como foco e aplicação a cidade de Uberlândia, cidade média em constante mudança, que apresenta grande fluxo de atividades e diversidade de territórios e pessoas. O objetivo é compreender o estilo e cultura da vida nas ruas, as carências e adversidades pelas quais passam a população de rua, para enfim propor um projeto, no âmbito da arquitetura e urbanismo, que possa responder às necessidades desses indivíduos e fornecer auxílio imediato no cotidiano deles.

O morador de rua faz parte da sociedade e participa da vida urbana das cidades, desde seu surgimento, sejam em cidades de grande ou pequeno porte, em países desenvolvidos ou emergentes. O fato é que a população de rua engloba uma parcela de indivíduos que de forma geral são ignorados pela sociedade, além de serem estigmatizados, carregando a imagem de pessoas perigosas, preguiçosas e viciadas. No entanto, a verdade é que são pessoas destituídas de seus direitos estabelecidos pela Constituição, e que sofrem em relação ao acesso às condições mínimas de subsistência, seja no tocante à alimentação, necessidades fisiológicas, atendimento médico e psicológico, quanto a questões como relações familiares desestruturadas e rompidas, falta de

emprego e preconceito sofrido por parte do restante da população urbana. Assim, é um grupo social que resiste e tenta sobreviver no meio urbano, em espaços públicos, fazendo da rua o seu lar.

Tendo em vista isto, é importante a realização de um estudo para entender profundamente as necessidades e modos de vida de quem sobrevive nas ruas, buscando conhecer as relações sociais e cotidianos que cercam esse estilo de vida. O capítulo 2 traz, enfim, essa questão, analisando as possíveis causas da situação de rua dos indivíduos, os dados que caracterizam esse grupo social, os perfis normalmente encontrados e sua relação com o espaço público da cidade, como base para a proposição do projeto.

A partir dessa conceituação, por conseguinte, é importante conhecer as leis que asseguram o morador de rua como um cidadão com direitos iguais ao restante da população. O Capítulo 3, então, traz essa discussão, apresentando tanto em nível nacional, como em nível municipal, focando na cidade de Uberlândia, as políticas públicas de assistência social que englobam as pessoas em situação de rua. Além disso, procura demonstrar como, na prática, essas legislações e políticas tem sido aplicadas no contexto da cidade de Uberlândia, e que, como veremos, segue mais por uma vertente “higienista”, de limpeza das

ruas, quanto às pessoas que nelas vivem. A questão é que, apesar da existência das políticas de assistência social voltada para essa camada social, a situação de rua continua acontecendo e aumentando.

Após realizados esses estudos gerais, conhecendo e caracterizando o morador de rua, além das leis que envolvem essa população na esfera nacional e municipal, tornou-se necessária a análise da cidade de Uberlândia, escolhida como área de projeto, e que está apresentada no capítulo 4. Neste capítulo também encontra-se as pesquisas de campo e entrevistas realizadas ao longo do primeiro semestre, de modo a conhecer o contexto específico da cidade vinculado a realidade dos indivíduos que vivem em suas ruas. Dentro dessas pesquisas e estudos, conseguiu-se relatos dos próprios moradores de rua, como também de pessoas que trabalham em organizações de assistência a esta população.

Com esses dados e análises realizados é notável a diversidade e heterogeneidade da população que faz do espaço público sua casa. E assim como há uma grande variedade de perfis, também há diferenças nos modos de vida e carências dos indivíduos de rua. O que faz com que a proposta do trabalho se divida em três vertentes, considerando a pequena escala do indivíduo e seu corpo, seus constantes deslocamentos diários de abrangência setorial, e a

grande escala, ao propor um centro de acolhimento de abrangência municipal / regional. Tendo como referência alguns projetos criados por arquitetos e designers, apresentados no capítulo 5, o trabalho traz, no capítulo 6, a partir das análises das necessidades e problemas enfrentados pelos moradores de rua de Uberlândia, três propostas contendo um abrigo portátil - pequena escala - , intervenções urbanas nos espaços públicos - média escala - e o Centro de referência e acolhimento - grande escala - para as pessoas que querem abrigo ou apenas satisfazer suas necessidades, considerando os diferentes perfis e modos de vida da população de rua.





Imagem 2: Morador de Rua com pertences
Fonte: Garry Knight on Flickr, 2017

2. O SUJETO URBANO MORADOR DE RUA

“Eu vivo como um bicho, ou pior que isso
Eu sou o resto, o resto do mundo
Eu sou mendigo, um indigente, um indigesto, um vagabundo
Eu sou... Eu não sou ninguém!
Eu tô com fome”
(Gabriel o Pensador, O resto do mundo, 1993)

2.1. O Panorama Histórico da População de Rua

A situação, temporária ou permanente, de morar na rua é uma questão e problema urbano global de longa data, que vem acompanhando a formação e desenvolvimento das cidades, seja em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Segundo Marcel Bursztyn (2003, p. 19), “viver na rua não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto a própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo”, datando entre os séculos XIII e XV, com a desestruturação do sistema feudal. O que foi notado por vários escritores e estudiosos no decorrer dos tempos. Na literatura, Victor Hugo, dramaturgo e romancista francês, do século XIX, relata a situação em seu romance “Os Miseráveis”, quando inicia apresentando a personagem principal, Jean Valjean, como um indivíduo em situação de rua após ser libertado da prisão e não ser acolhido em hospedarias e por moradores locais devido a sua má fama e histórico, como também a anterior história de sua família, que passando a viver em miséria, fez com que Jean roubasse um pão, quando então foi preso. Karl Marx, em seus pensamentos políticos, discorre a respeito no contexto de intensas desigualdades sociais e acumulação da miséria de uma parcela da população em vista do acúmulo de capital, do século XIX, problemas que permanecem até hoje. O fato é que em todo o processo de formação da civilização urbana como é atualmente, o sujeito urbano “morador de rua” esteve presente, na maioria das vezes ignorado diante dos olhos da sociedade ou sendo estigmatizado.

A industrialização e a mudança do sistema econômico que ocorreram em diversos países europeus nos séculos XVI e

XVII, acarretando em desenvolvimento de tecnologias, substituição da força de trabalho humana e conseqüente redução de empregos em contraste com o significativo aumento da população urbana, fortaleceram a existência desta parcela da sociedade. O que continuou com as posteriores ideias liberalistas e neoliberalistas que seguiram até o século XX, como visto até nas literaturas da época, das quais alguns exemplos foram citados. Esses acontecimentos também influenciaram no desenvolvimento e transição de muitos países emergentes, entre eles, o Brasil, onde a existência de pessoas que vivem nas ruas é um fenômeno encontrado tanto nas grandes metrópoles, como em cidades de pequeno e médio porte.

A partir disso, é notável a crescente urbanização, num curto período de tempo, se comparado a outros países, decorrente deste processo de industrialização. Em contraste com o inicial crescimento populacional urbano estagnado característico de uma economia fundada na agricultura, a partir dos anos 1940, o país passa por um intenso movimento de urbanização, devido às novas condições políticas e organizacionais que impulsionaram a sua industrialização (SANTOS, 1996). Entre os anos 1940 e 1980, a população total brasileira triplicou, passando de 41 milhões para 119 milhões de habitantes, enquanto a população urbana passa de 10.891.000 para 82.013.000, isto é, quase oito vezes mais em 40 anos, resultando em 68,86% da população total sendo urbana (SANTOS, 1996). Este acontecimento implica no fato de que um grande contingente populacional chegava às cidades através do êxodo rural, causado pela estagnação do campo e atratividade urbana, enquanto o sistema de trabalho não conseguia absorver a crescente demanda. Não tendo

emprego para todos, a população passava então a criar estratégias de subsistência, através de trabalhos informais, concentrando-se em aglomerações precárias para habitar, e parte dela começa também a viver nas ruas. Carlos Lessa, no livro “No Meio da Rua”, organizado por Marcel Bursztyn, argumenta ao dizer:

“A cidade brasileira atravessou intensas transformações econômicas, sempre reproduzindo a difícil inserção do pobre na produção, no consumo e na cidadania. Ao mesmo tempo, a “universidade” que ensinou a esse mesmo pobre a sobrevivência nas brechas da sociedade e a prospectar estas transformações, adaptando-se a elas”. (BURSZTYN, 2003, p.13)

Além das mudanças no sistema organizacional e econômico, outros fatores estimularam as migrações para os centros urbanos no decorrer do século XX. As metrópoles da região sudeste do país, principalmente São Paulo, nas décadas de 70 e 80 recebem um demasiado contingente populacional migrante de outras regiões do território, por motivo da fluidez e fácil acessibilidade a estas grandes cidades através do sistema viário, somada a atratividade que desempenhavam nacionalmente. Neste período, a região metropolitana de São Paulo recebeu 17,37% do total de migrantes do Brasil, sendo predominantemente pobres (SANTOS, 1996). Outrossim, nas últimas décadas a influência dos centros urbanos médios, provocaram a continuação dos deslocamentos dentro do território, pois traziam uma visão de novas oportunidades e melhores condições de vida para a população que buscava estas questões (BURSZTYN, 2003).

O sistema capitalista no país, também potencializou a situação da população de rua ao aumentar a diferença entre classes mais altas e classes de menor rendimento. Com as inovações tecnológicas, parte da população tornou-se “desnecessária”, indo da pobreza à miséria, passando pelo processo de exclusão social (BURSZTYN, 2003). No entanto, a causa não foi a falta de recursos disponíveis ou inexistência de crescimento econômico. Como é afirmado no livro “Pobreza e Política Social”:

“O Brasil não é um país pobre, mas um país injusto e desigual, com muitos pobres. Os elevados níveis de pobreza resultam, primordialmente, da intensa desigualdade na distribuição da renda e nas oportunidades de inclusão social”. (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA; 2000, p.11).

Dados mostram que, no período entre 1977 e 1998, os 10% mais ricos da população brasileira detinham 50% da renda familiar, em contraste aos 50% mais pobres que possuíam aproximadamente 10% da renda. No fim da década de 90, da população brasileira, 21 milhões (13,9%) podiam ser classificados como indigentes - com renda abaixo da linha de pobreza - e 50 milhões (32,7%) como pobres. (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA; 2000). E mesmo atualmente os índices continuam contrastantes, ao apresentar os 10% mais ricos da população detendo 43,3% dos rendimentos totais nacionais, enquanto os 10% com menores rendimentos, detêm apenas 0,7%, conforme resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBGE. Segundo os estudos, a desigualdade social entre os grupos extremos chega a 36,1 vezes (IBGE, 2018).

Neste contexto de grandes transformações econômicas e sociais, onde há pouca perspectiva de participação das camadas mais pobres, e rodeados por problemas a serem enfrentados como a desigualdade e exclusão social, privação de acesso à renda, cidadania, benefícios públicos, entre tantos outros, que notavelmente se agrava, intensificada pela falta de interesse do poder público em estabelecer políticas de inserção desta população, como será visto posteriormente, o morador de rua se insere, adaptando-se ao cotidiano da vida urbana, de modo a conseguir recursos que responda de forma imediata às necessidades básicas mínimas de subsistência.

Poucas são as informações a respeito da quantidade existente de indivíduos nessas circunstâncias, pelas dificuldades que a vida sem vínculos sociais aparentes proporciona. O que é demonstrado nas estatísticas e dados do IBGE, onde não aparecem as pessoas moradoras de rua, visto que não possuem domicílios. Em 2007 foi realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o primeiro Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua, identificando, em 71 municípios (aqueles com mais de 300 mil habitantes), 31.922 pessoas em situação de rua (MDS, 2010). Em 2015, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - estimou a quantidade de aproximadamente 101.854 pessoas. Embora sejam referências para a criação e implantação de políticas públicas específicas, sabe-se que a real quantidade de indivíduos vivendo nas ruas das cidades pode ir muito além, entendendo

que muitos dados são baseados nos cadastros dos moradores de rua em centros de referência.

Porém, muito além de circunstâncias econômicas e sociais que os levaram ao cenário de vida e sobrevivência em espaços públicos, as pessoas em situação - permanente ou não - de rua, passaram pelo processo de desabrigo, em seus vários aspectos, seja no nível residencial, no nível familiar e/ou no nível moral.

2.2. A Questão do Desabrigo

Independente das causas, sejam catástrofes, transformações econômicas, políticas e sociais, ou mesmo estilos de vida, pessoas que passam por estas situações experimentam em algum nível, o desabrigo (SNOW; ANDERSON; 1998). No entanto, os cidadãos submetidos à situação de rua, ou que decidiram assim viver, vivenciam o maior nível de desabrigo em todos os seus aspectos, tornando-se indivíduos em sua maioria sem bens materiais e de moradia, sem vínculos familiares e estigmatizados pela comunidade, que os enxergam como inúteis, fracassados e perigosos. Fundamentando-se no livro “Desafortunados” de David A. Snow e Leon Anderson, podemos analisar a questão do desabrigo, de modo a entender como este conceito influencia os modos de vida de quem vive na rua, sendo então base para a proposição de projetos que objetivam responder às necessidades desta população, mesmo que de forma imediata.

Ao ser submetido à situação de rua, o indivíduo, em primeiro lugar, passa pela etapa de desabrigo físico. Embora possa ser ocasionado por vários fatores, o desabrigo físico é definido pela ausência de uma moradia tradicional, de um lugar permanente, pessoal e privado, o que os leva a utilizar espaços, normalmente públicos, para esta finalidade, além de recorrer a instituições que oferecem abrigo, geralmente em horários específicos. A inexistência de moradia justapõe à falta de bens materiais, ou a pouca quantidade de objetos pessoais, que na maioria das vezes se resume a alguns documentos e roupas adquiridas através de doações.

A circunstância de fazer do espaço público um local de residência e abrigo produz uma série de dificuldades, principalmente em relação às necessidades pessoais básicas, a partir do momento em que, atividades como alimentação, higienização, entre outras, são realizadas a vista da sociedade. Um fator que afeta e dificulta ainda mais essa condição é a criação de “estratégias” e “instrumentos” no âmbito da arquitetura, urbanismo e design para que essa parcela da população seja de fato excluída, especialmente do campo de visão da comunidade. É a chamada “arquitetura hostil”, definida pela construção de elementos e formas que impedem um morador de rua abrigar-se no local, ou mesmo incentivando-o a distanciar-se, conforme ilustra as imagens 3, 4 e 5. Como relatado por Eduardo Souza e Matheus Pereira no artigo “Arquitetura hostil: a cidade é para todos?”:



Imagens 3 - 5: Arquitetura Hostil. Fonte: Batente, 2018.

“Os exemplos são muitos: em Guangzhou, na China, em uma área livre coberta abaixo de um dos viadutos da cidade, foram introduzidas milhares de pedras pontiagudas para evitar que moradores de rua se apropriassem do espaço como abrigo. [...] Os exemplos podem ser ainda mais ríspidos. Cercas elétricas, arames farpados, grades no perímetro de praças e gramados, bancos públicos com larguras inferiores ao recomendado pelas normas de ergonomia, bancos curvados ou ainda assumindo geometrias irregulares, lanças em muretas e guarda-corpos, traves metálicas em portas de comércio, pedras em áreas livres, gotejamento de água em intervalos estabelecidos sob marquises, e tudo que puder de alguma forma afastar ou excluir pessoas “indesejáveis” dos locais públicos urbanos”. (SOUZA, E.; PEREIRA, M.; 2018)

Embora as adversidades e hostilidades sejam excessivas, nota-se a resistência da população de rua, ao encontrar estratégias que os auxiliam na residência em ruas. Locais com camas e casas provisórias são vistas frequentemente no território urbano, inclusive em áreas inusitadas e ainda utilizando materiais descartados pela sociedade de consumo. Mesmo o lixo urbano torna-se “fonte renovável de recursos naturais” e “campo para uma estratégia de sobrevivência ligada à coleta do reciclável do descarte urbano” (BURSZTYN, 2003).

Outro aspecto do desabrigo a ser destacado, é o desabrigo social, pelo qual passa a população de rua. A

princípio e muito além da ausência de moradia, o que falta aos indivíduos moradores de rua é o conceito de lar, do compartilhamento da sua vida pessoal com outras pessoas, de relacionamentos permanentes; na rua, os laços familiares tendem a atenuar-se ou rompem-se com o tempo, o que foi verificado ao acompanhar, em visitas ocasionais através de um grupo de distribuição de alimento e também por meio de entrevistas, relatos de moradores de rua onde muitos não querem falar sobre a família, não tem contato ou nem mesmo se lembram, ou ainda estão nas ruas por conflitos e dramas familiares.

Esse fator é fortalecido, num primeiro ponto, pela desconfiança e falta de relacionamento entre a própria população de rua e também por parte da sociedade e das próprias instituições, sejam assistenciais, governamentais ou filantrópicas, que auxiliam as pessoas nestas condições. Primeiro porque, embora dentro da cultura das ruas existam valores morais como companheirismo, ajuda ao próximo que se encontra na mesma situação (SNOW; ANDERSON; 1998), ainda há indivíduos que exploram e se aproveitam dos seus companheiros, chegando a pegar objetos que é de outros ou a agir com “má fé”; apesar de haver uma postura moral entre eles, “os moradores de rua vitimam uns aos outros criminalmente numa proporção maior do que o fazem os não-moradores de rua (SNOW; ANDERSON; 1998, p.180). Segundo porque, nota-se a indiferença e até hostilidade por parte da sociedade, que muitas vezes se “finge” cega ao

problema urbano ou cria meios para “tirar da vista” e excluir esta parte da população, além de algumas instituições que, mesmo auxiliando, podem criar preconceitos e algum nível de oposição e desprezo pelos que vivem nas ruas. O que nos leva ao último aspecto a ser abordado no capítulo: o desabrigo psicológico.

O desabrigo psicológico acontece quando o morador de rua é de algum modo classificado como alguém de nível moral reprovável. Independente das causas que os trouxeram à situação de rua, nota-se que o prevalecente na sociedade atual é a estigmatização do morador de rua, imputando-lhe a responsabilidade de encontrar-se naquela situação, atribuindo a ele um status de ameaça à segurança dos outros cidadãos, de serem indivíduos viciados, vadios e perigosos. Este fator é ainda demonstrado em níveis diferentes dentro da população de rua, onde seu perfil determina como será tratado. Como afirma D. Snow e L. Anderson:

“Famílias e crianças moradoras de rua tendem a ser tratadas com mais compaixão do que moradores de rua adultos. Moradoras de rua são vistas como menos responsáveis por sua situação do que os homens de rua, que com frequência tendem a ser representados como indivíduos imprevidentes e preguiçosos que são ameaças à propriedade e à segurança física dos domiciliados” (SNOW; ANDERSON; 1998, p.27)

As consequências desse desabrigo se mostram nos problemas atuais de segregação social e até de atos de violência, como por exemplo, o caso de cinco jovens de classe média alta, que, em 1997 queimaram um morador de rua, de 44 anos de idade, que dormia em uma parada de ônibus, em Brasília (BURSZTYN, 2003). Evento que se repetiu na mesma região em 2012, quando um grupo ateou fogo em dois moradores de rua, tendo somente um sobrevivente; e em Junho de 2018, quando um homem de 34 anos, que dormia no Setor Bancário Norte de Brasília foi queimado vivo, mas sobreviveu, conforme relatos do site de notícias G1.

Apesar das intensas variações de desabrigo pelas quais os moradores de rua passam, entende-se que estes são uma parcela da população urbana que necessita ser incluída e percebida pela comunidade como cidadãos com os mesmos direitos. Os processos que influenciam os modos de vida deles não os fazem menos humanos, apesar de fazerem com que vivam uma vida diferente. A partir daí, podemos ver então qual é o perfil desta parcela da população e como geralmente se desenvolvem as suas atividades, para então propor projetos que facilitem o modo de vida e auxiliem nas rotinas diárias.

2.3. Perfis e modos de vida de quem vive nas ruas

A ausência de residência, a quebra de vínculos familiares e sociais e a má reputação agregada a si, pode caracterizar um morador de rua, embora de forma genérica. Deste modo, tendo como base a bibliografia referenciada, assim como reportagens, pesquisas de campo, entrevistas e dados nacionais do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e IPEA, pode-se estabelecer perfis tipológicos para as pessoas que vivem nesta situação no Brasil e especialmente na cidade de Uberlândia, local escolhido para a elaboração do projeto.

De início, um fator a ser destacado é a importância do contexto na definição dos perfis existentes na população de rua. Os comportamentos e modos de vida que fundamentam os perfis apresentados não podem ser compreendidos de maneira adequada fora do contexto onde acontece (SNOW; ANDERSON; 1998). Desta forma, mesmo usando como embasamento a bibliografia citada, o cuidado na análise foi constante, entendendo que os dados só se tornam comuns quando há semelhanças também no contexto em que ocorre. Assim, foi notória a importância dos dados da cidade, além das pesquisas de campo, entrevistas e visitas a abrigos, onde tornou-se perceptível a definição geralmente percebida e determinada para a população de rua de Uberlândia. É interessante destacar, como relatado pelo administrador da Casa de Acolhimento Santa Gemma, na cidade de Uberlândia,

Jefferson Albernaz Resende, a criação de uma denominação específica pela própria população de rua, também apresentada no tópico.

Outro fator significativo a ser evidenciado é o entendimento de que os perfis que serão apresentados são fundamentados numa realidade que foi imposta às pessoas em situação de rua. Como afirmado por D. Snow e L. Anderson:

“É um mundo social que não é criado ou escolhido pela grande maioria dos moradores de rua, pelo menos não inicialmente, mas para o qual a maioria foi empurrada por circunstâncias além de seu controle. É, contudo, um mundo social no qual os habitantes partilham um destino singular: o de ter de sobreviver nas ruas [...]” (SNOW; ANDERSON; 1998, p.77)

Assim, seus modos de vida e características são respostas a adaptação necessária no andamento da vivência nas ruas.

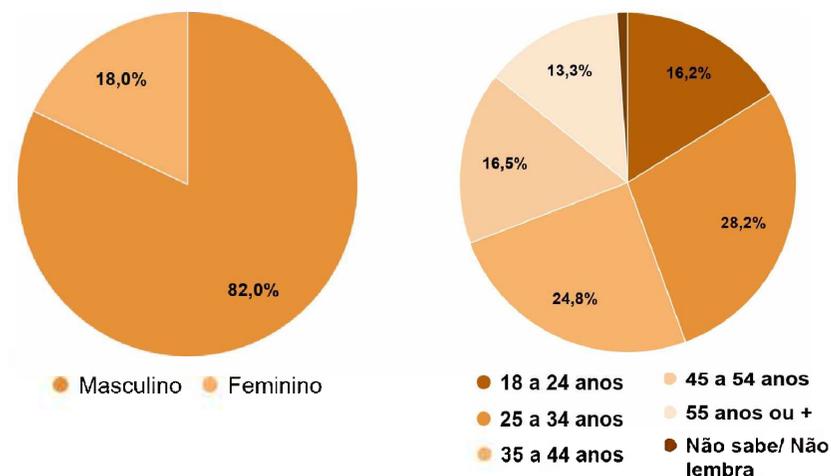
2.3.1. Censo Nacional da População em Situação de Rua

Com o objetivo de produzir informações sobre a população de rua, para subsidiar políticas públicas voltadas para essa camada da sociedade, além de atender a demanda dos movimentos sociais existentes nesse setor, por visibilidade diante da sociedade e do poder público, o

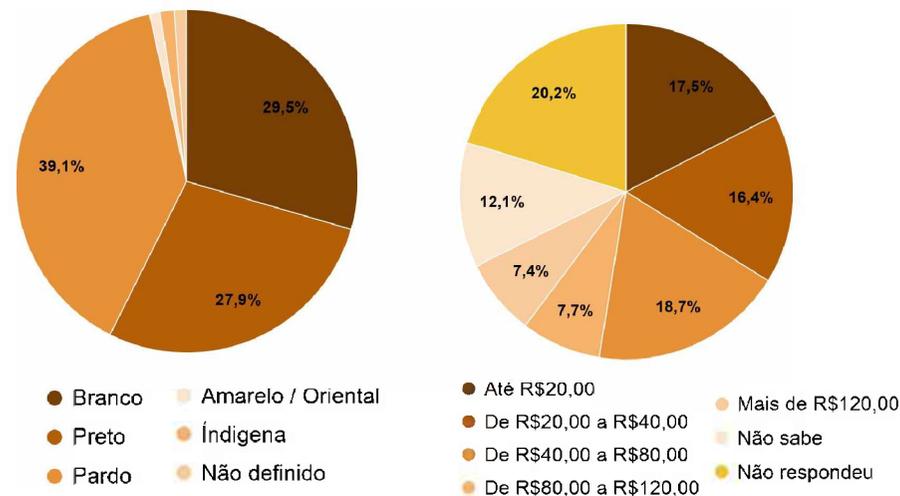
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2007, desenvolveu a Pesquisa Nacional voltada para a População em Situação de rua, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS - e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI. Como parte da pesquisa, no período entre Agosto de 2007 e Março de 2008 foi realizado o I Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua, sendo efetuado pelo Instituto Meta. Abrangendo 71 municípios, incluindo as capitais e cidades com mais de 300.000 habitantes, o censo identificou 31.922 pessoas em situação de rua, com idade acima de 18 anos (BRASIL, 2009). Essas informações foram importantes, pois, a partir delas, é possível mensurar e caracterizar os perfis que estão presentes na trajetória de rua e por isso, os resultados estão apresentados e analisados a seguir.

a. Características socioeconômicas

Conforme observado nos gráficos 1, 2 e 3, que apresentam a relação de sexo, idade e raça / cor da população de rua, respectivamente, esta é caracterizada por 82,0% sendo do sexo masculino (Gráfico 1), dos quais 53% possuem idade entre 25 e 44 anos. A população de rua brasileira é constituída de 39,1% pessoas declaradas de cor parda (Gráfico 3), sendo este fator semelhante à realidade da população brasileira (MDS, 2008); somando com a porcentagem de negros tem-se o número de 67%, uma



Gráficos 1 e 2 - Sexo e Idade da População de Rua
Fonte: MDS, 2010



Gráficos 3 e 4 - Raça / cor e Ganho mensal da População de Rua
Fonte: MDS, 2010

proporção que é bem maior ao relacioná-la com a proporção da população geral nacional, 44,5%, da época da pesquisa (WWP, 2016). Os níveis de renda são baixos, visto que os salários variam entre R\$20,00 e R\$120,00 semanais, como apresentados no gráfico 4, embora 52,6% dos entrevistados recebem até R\$80,00 semanais, bem como 17,5% recebem até R\$20,00, o que dificulta a sobrevivência nas ruas. Os níveis de escolaridade também são baixos, uma vez que 48,4% das pessoas não terminaram o 1º grau de escolaridade, seguidos de 15,1% que nunca estudaram (Gráfico 5). Dentre os entrevistados, 17,3% não sabem escrever e 8,3% somente assinam o próprio nome. Este fator dificulta na obtenção de empregos formais, além de ser, conseqüentemente, uma das causas de baixos salários.

b. Trajetória de rua

Em relação às principais causas que os levaram à situação de rua, o gráfico 6 demonstra que problemas com alcoolismo e/ou drogas, desemprego e conflitos familiares estão em evidência como os maiores motivos, contudo, o uso de substâncias prevalece representando 21,8% das causas, fato que foi ilustrado nas pesquisas de campo realizadas, quando percebeu-se muitos usuários de substâncias entre os moradores de rua encontrados. Seguidamente o desemprego constitui 18,3% e problemas com parentes próximos, 17,6%. Dentre a população estudada, a maioria dos entrevistados

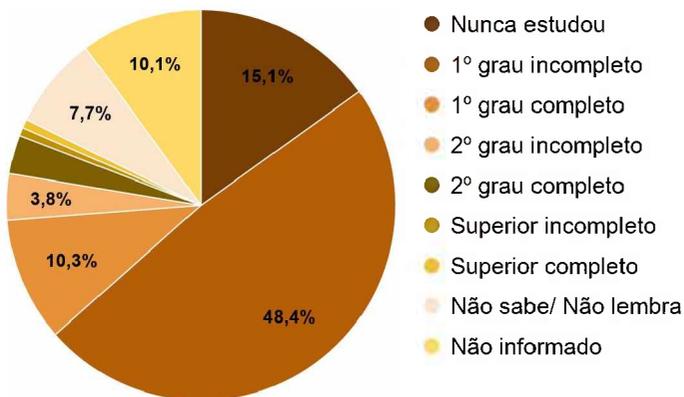


Gráfico 5 - Escolaridade da População de Rua
 Fonte: MDS, 2010

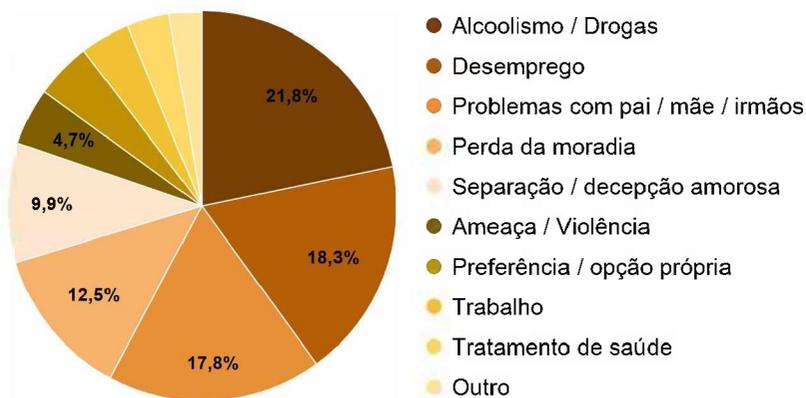
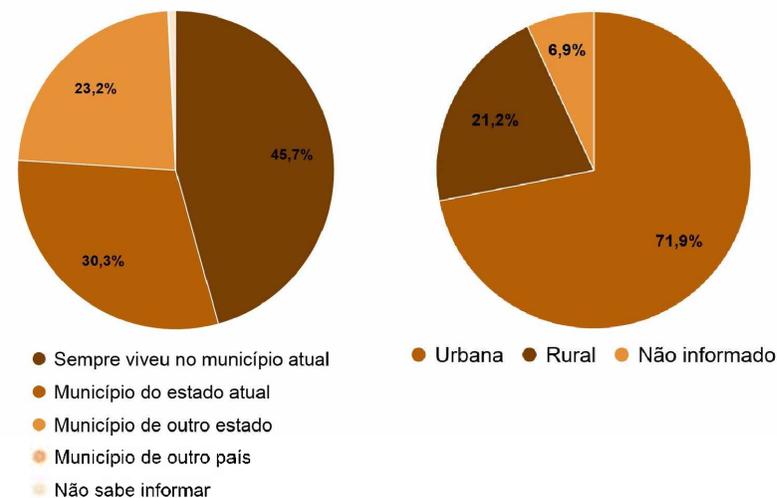


Gráfico 6 - Motivos para a ida às ruas
 Fonte: MDS, 2010

estavam situados no município em que viveu, constituindo porcentagem de 45,7%, enquanto 30,3% viveu em municípios do mesmo estado onde se encontram e 23,2% em outros estados (Gráfico 7) contradizendo a crença de que a população de rua vem de outras regiões do país (WWP, 2016). O gráfico 8 mostra que houve pouca decorrência de migração do campo para a cidade, sendo que somente 21,2% dos entrevistados tinha a última moradia em área rural, mesmo assim, nota-se que há uma parcela da população de rua que tem sua origem na zona rural, situação que geralmente é seguida de baixo nível de escolaridade e formação. Dos indivíduos que participaram da pesquisa, quase 60% viveu em até três cidades. A existência de um percentual da população que viveu em mais de 6 cidades, cerca de 12%, como ilustra o gráfico 9, indica a presença de uma tipologia de moradores de rua caracterizadas pelo deslocamento frequente, conhecida como “trecheiros”, apresentada posteriormente.

Quanto ao tempo que se encontram vivendo e morando nas ruas, nota-se no gráfico 10, que 49,7% dos indivíduos estão a mais de 2 anos nesta situação. Outro fator a ser destacado é a presença de um grupo dentro a população de rua que está nesta situação por um período curto de tempo, os chamados recém-deslocados, constituindo cerca de 22,4% dos entrevistados, contemplando o tempo de até 6 meses de vivência em ruas. Observa-se também que muitas pessoas em situação de rua já passaram por internações em



Gráficos 7 e 8 - Último município de moradia / Última área de moradia
Fonte: MDS, 2010

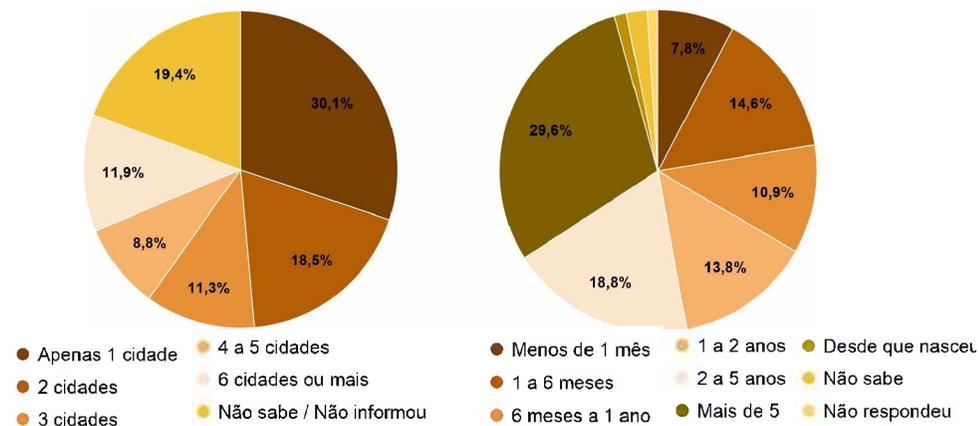


Gráfico 9 - Número de cidades que já viveu
Gráfico 10 - Tempo que se encontra em situação de rua
Fonte: MDS, 2010

instituições, principalmente clínicas de reabilitação e abrigos. O gráfico 11 demonstra a constatação ao apresentar que 60% dos entrevistados já passou por pelo menos 1 instituição, e entre eles, 28,1% já passou por Clínicas de Reabilitação.

c. Rua e Albergue

Entre as pessoas que vivem nas ruas, 69,6% dormem no logradouro público, de acordo com o gráfico 12. De todos os indivíduos entrevistados, percebe-se uma divergência de preferências quanto ao local para pernoite, sendo que 46,5% preferem dormir na rua, enquanto 43,8% preferem albergues (Gráfico 13). Dentre os principais motivos que levam as pessoas a escolherem a rua estão a falta de liberdade (29,5%), os horários e regras estabelecidos (18%) e a proibição do uso de álcool e drogas dentro de abrigos assistenciais (14,3%), como mostra o gráfico 14, ao passo que as pessoas que escolhem os albergues citam a violência encontrada, desconforto e fatores climáticos como as causas da escolha, representando 35,4%, 23,1% e 19,5%, dos motivos, na devida ordem (Gráfico 15).

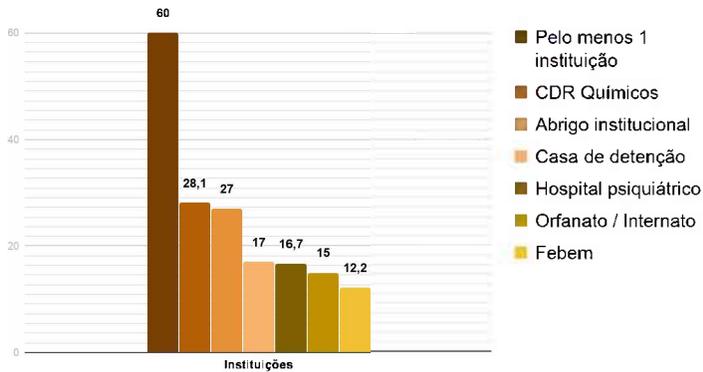


Gráfico 11 - Histórico de internações da população de rua
 Fonte: MDS, 2010

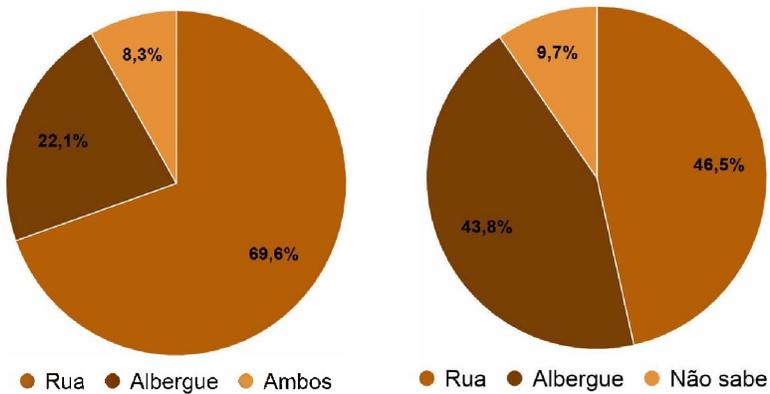


Gráfico 12 - Onde costuma dormir
 Gráfico 13 - Local de preferência para dormir
 Fonte: MDS, 2010

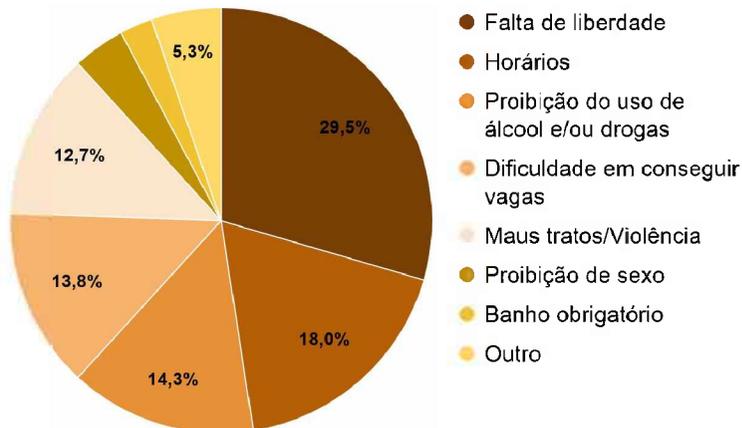


Gráfico 14 - Motivos pela não preferência por dormir em albergue
 Fonte: MDS, 2010

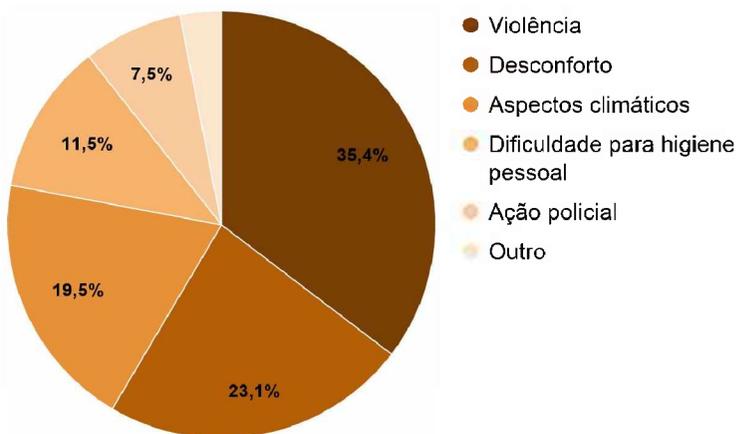


Gráfico 15 - Motivos pela não preferência por dormir na rua
 Fonte: MDS, 2010

d. Vínculos familiares

As relações familiares na vivência de uma pessoa em situação de rua acabam atenuando-se ou não se mantendo. Este fato é demonstrado ao observar os gráficos 16, 17 e 18, onde verifica-se que 51,9%, um pouco mais que a metade dos entrevistados, possuem parentes no local em que residem atualmente, em contrapartida, 38,9% não mantém contato e 14,5% mantém contato em intervalos maiores, encontrando os familiares após períodos de 2 meses a 1 ano (Gráfico 17). Aqueles que possuem contatos com parentes e familiares de forma diária, semanal ou mensal totalizam 34,3%. Os contatos familiares são qualificados como bons numa ordem de 31,2%. Porém, apesar de parte dos moradores terem contato com a família, 18,3% qualificam os encontros como ruins e 11% qualificam como muito ruim (Gráfico 18).

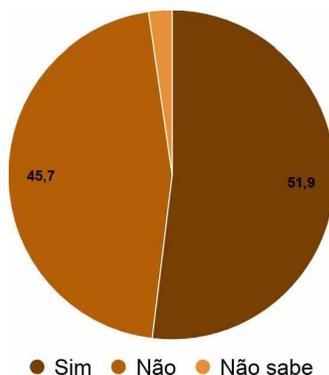


Gráfico 16 - Possui parentes que moram na cidade?

Fonte: MDS, 2010

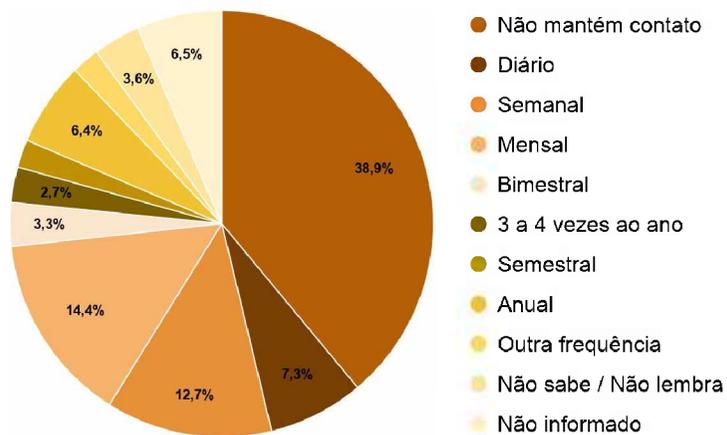


Gráfico 17 - Frequência do contato com parentes
Fonte: MDS, 2010

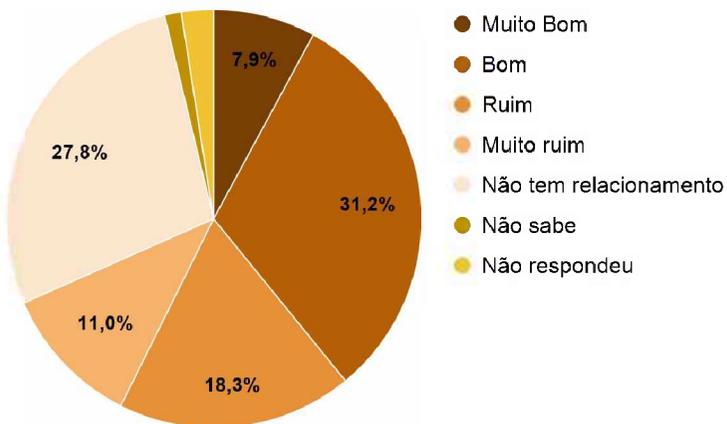


Gráfico 18 - Qualidade do contato com parentes
Fonte: MDS, 2010

e. Trabalho e Renda

Em relação a obtenção de renda, a população de rua, em geral, executa alguma atividade remunerada, através de trabalhos informais, que não requerem muita qualificação e sem carteira assinada, como apresentado na Tabela 1. Somente 15,7% pedem dinheiro como principal atividade de arrecadação de recursos, o que contraria o mito de que a maioria dos moradores de rua pedem esmolas ou praticam a mendicância. Entre as principais atividades geradoras de renda realizadas pelos moradores de rua estão a catação de materiais recicláveis, compondo 27,5% do total de atividades, cuidado de carros (14,1%) e serviços de construção civil e vendas, constituindo 12,1% das principais atividades. Outra verificação importante é a existência de uma parcela da população de rua que trabalha com artesanato (1,1%), incluindo nesta categoria, os hippies, um dos perfis encontrados através das pesquisas. Apesar de não ser uma situação frequente, alguns moradores de rua exercem trabalho com carteira assinada (META, 2008). Entretanto, 47,7% dos entrevistados já trabalharam com carteira assinada em algum momento da vida, conforme mostra o gráfico 19. Dentro desta parcela, 73% trabalhou com carteira assinada há um período de tempo de 2 anos ou mais, caracterizando a maioria da população de rua, conforme apresenta o gráfico 20.

Atividades	%
Catador de material reciclável	27,5
Pede dinheiro	15,7
Cuida de carros / flanelinha	14,1
Nada / desempregado	6,4
Construção civil / pedreiro	6,3
Vendas	5,8
Limpeza	4,2
Carregador / estivador	3,1
Aposentado	2,3
Artesanato	1,1
Profissional da indústria / comércio	0,9
Bico / Biscate	0,9
Profissional do sexo	0,8
Mantido por instituição / albergue	0,8
Benefícios do governo	0,5
Pintor	0,3
Artista	0,2
Trabalho Rural	0,2
Mecânico	0,2
Distribui panfletos	0,2
Marceneiro	0,1
Outros	3,7
Não respondeu	4,7

Tabela 1 - Principais atividades geradoras de renda
Fonte: MDS, 2010

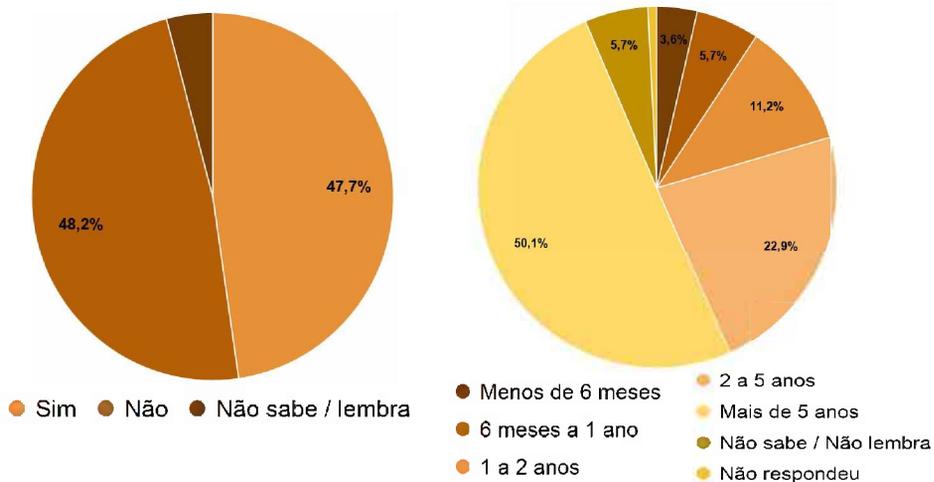
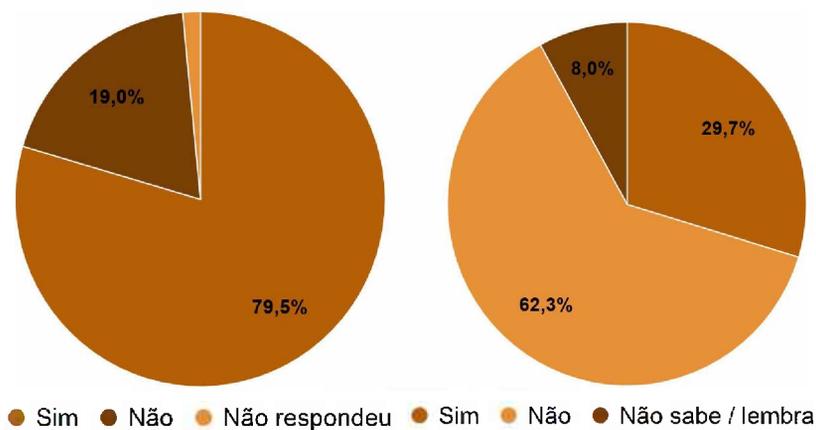


Gráfico 19 - Já trabalhou com carteira assinada?

Gráfico 20 - Há quanto tempo?

Fonte: MDS, 2010



Gráficos 21 - Acesso à alimentação e Gráfico 22 - Problemas de saúde

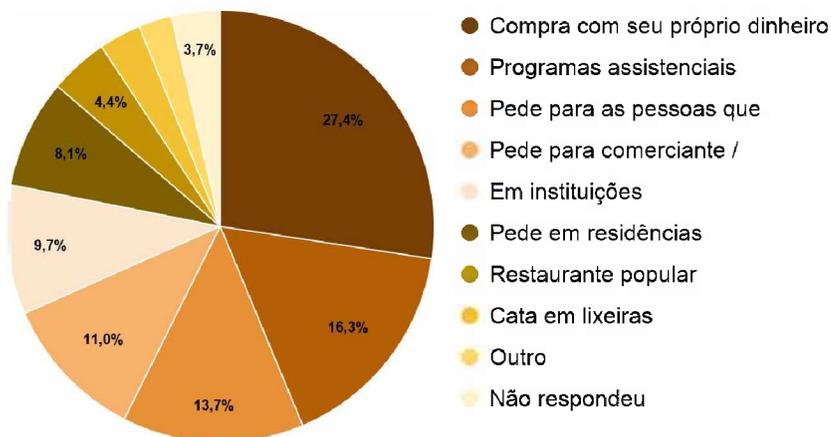
Fonte: MDS, 2010

f. Acesso à alimentação e serviços

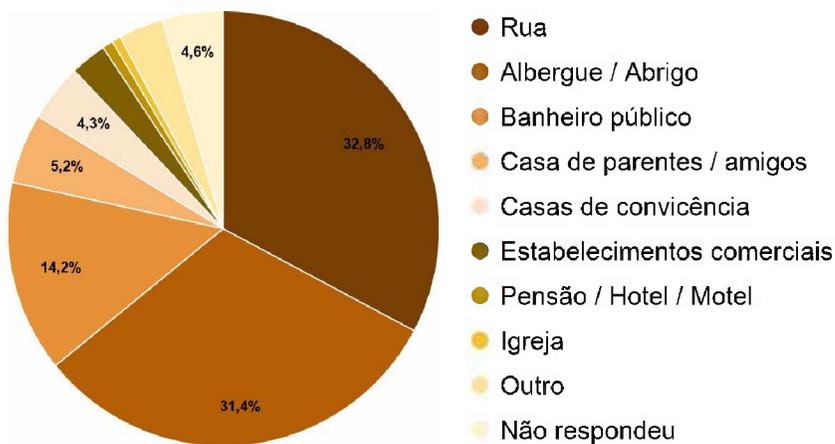
No que diz respeito à alimentação, 78,5% dos moradores de rua tem acesso e conseguem fazer pelo menos 1 refeição ao dia, número apresentado no gráfico 21. O gráfico 23 aponta as formas de acesso à alimentação, demonstrando que 27,4% dos entrevistados compram comida com seu próprio dinheiro, embora uma ampla parcela consiga principalmente através de programas assistenciais (16,3%) ou pedindo nas ruas e estabelecimentos (24,7%).

Em relação aos problemas de saúde, demonstrados no gráfico 22, vê-se que 29,7% possui algum problema, entre os principais estão hipertensão, problema mental, HIV/Aids e problemas de visão, o que dificulta a sobrevivência nas ruas. Os postos de saúde e os hospitais de emergências são os principais pontos que procuram para acesso aos medicamentos e cuidados necessários, quando doentes (META, 2008).

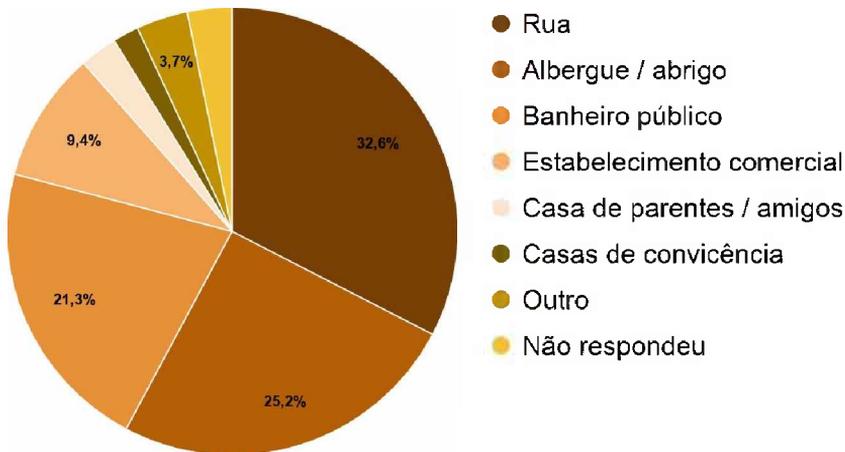
No tocante à higienização, os gráficos 24 e 25 apresentam os principais locais utilizados pelos indivíduos moradores de rua para o banho e para as necessidades fisiológicas, sendo a rua o principal recurso que utilizam, compreendendo, no caso do banho 32,8% do total de recursos, seguido pelos albergues/ abrigos (31,4%) e os banheiros públicos (14,3%); e em relação às necessidades fisiológicas, 32,6%, 25,2% e 21,3%, respectivamente. Nota-se a partir dos dados, a importância da existência de



Gráficos 23 - Formas de acesso à alimentação
Fonte: MDS, 2010

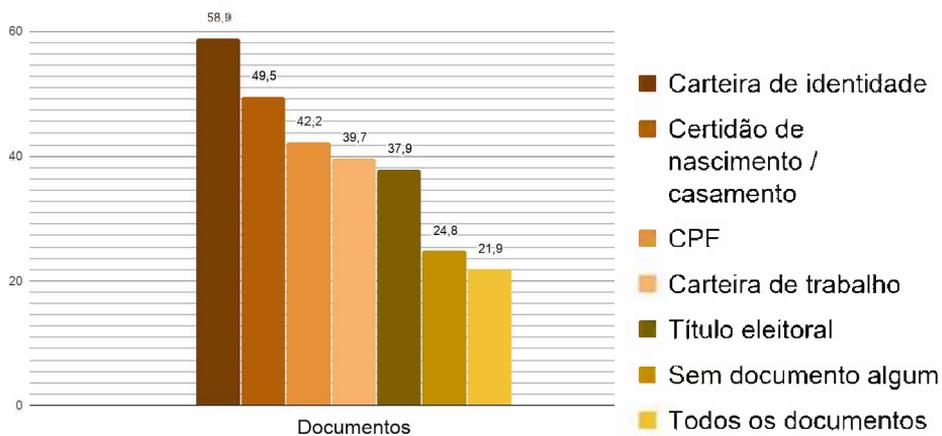


Gráficos 24 - Recursos utilizados para banho
Fonte: MDS, 2010



Gráficos 25 - Recursos utilizados como banheiro

Fonte: MDS, 2010



Gráficos 26 - Posse de documentos de identificação

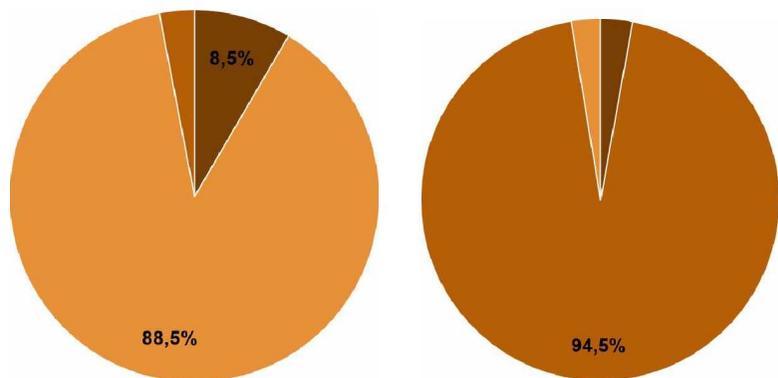
Fonte: MDS, 2010

banheiros públicos, principalmente nas áreas de maior concentração dos moradores de rua.

g. Cidadania

A pesquisa realizada revela que 24,8% dos moradores de rua não possuem documentação de identificação, o que dificulta o acesso a programas assistenciais, empregos formais e no exercício da cidadania (META, 2008). O gráfico 26 apresenta os dados em relação à posse de documentos, mostrando que 58,9% dos que possuem algum documento de identificação, possuem a carteira de identidade. As instituições de referência e abrigo auxiliam àqueles que recorrem a elas sem documentação, na retirada de novos documentos. A maioria, apesar de possuir direitos, conforme a Constituição e as Leis de Assistência Social, não é coberto pelos programas governamentais. Conforme o gráfico 27, de acesso aos programas governamentais, 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício do governo. Entre aqueles que participam, os principais benefícios que aparecem são, a aposentadoria e Bolsa Família (MDS, 2010).

A discriminação que a população de rua sofre é real e pode ser constatada através das experiências frequentes do impedimento de sua entrada em estabelecimentos, mesmo públicos. O gráfico 29 apresenta a porcentagem de impedimentos conforme o lugar, e, a partir dele, nota-se que os principais locais que de impedimento são estabelecimentos



● Sim ● Não ● Não sabe ● Sim ● Não ● Não respondeu

Gráficos 27 - Acesso aos programas governamentais

Gráfico 28 - Participação em algum movimento social

Fonte: MDS, 2010

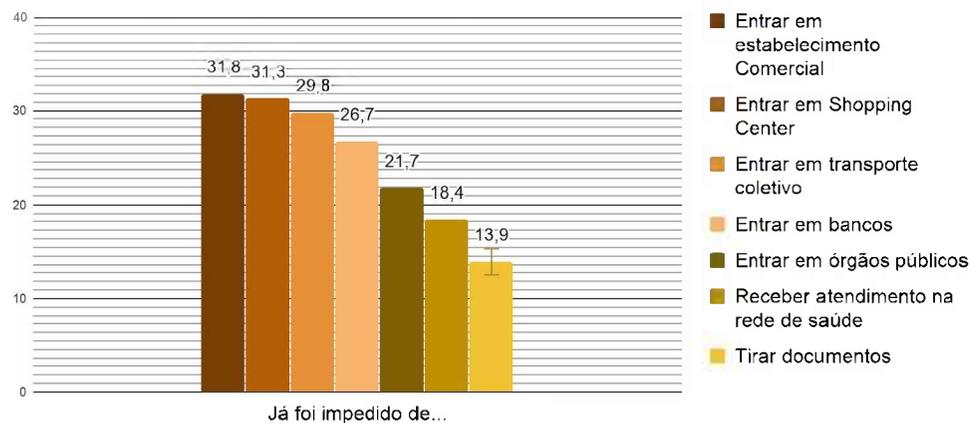


Gráfico 28 - Já foi impedido

Fonte: MDS, 2010

comerciais e shopping centers. Também é importante notar que estabelecimentos públicos que, em tese, deveriam oferecer subsídio e acesso aos direitos, estão entre os que impedem a entrada, incluindo a rede de saúde, transporte coletivo e locais para retirada de documentos.

Quanto à participação em movimentos sociais, como mostra o gráfico 28, 94,5% da população em situação de rua não participam de movimentos sociais, nem exercem seus direitos como cidadãos.

A partir dos dados coletados pelo censo, percebe-se a dependência dos moradores de rua em relação a instituições de assistência, seja para acesso à alimentação, saúde, higiene pessoal, identificação como cidadão ou abrigo. Nota-se também que há uma grande diversidade de atividades, principalmente de geração de renda, na rotina de quem vive na rua, o que promove deslocamentos na cidade e a preferência pelos centros e áreas com grande movimento de pessoas. Outro fator a ser considerado é o tempo de rua, sendo que há pessoas que possuem tempos diferentes nessa situação, o que influencia nas atividades e comportamento nas ruas. Essas questões são características importantes, sendo algumas daquelas que determinam as tipologias encontradas. Outros aspectos que auxiliam na caracterização de moradores de rua encontrados nos dados são a existência de vícios, doenças mentais, deslocamentos, entre outros, como será visto no próximo tópico.

2.3.2. Perfis da População de Rua

Partindo de Uberlândia, cidade escolhida para a elaboração do projeto, através da coleta de dados e pesquisas de campo, pode-se observar uma diferenciação dos moradores das ruas sob as várias características já levantadas. Na definição e apresentação dos personagens encontrados, fez-se o uso, na maioria das vezes, de denominações utilizadas pela própria população de rua. Assim sendo, identificou-se, no cotidiano das ruas a presença de recém-deslocados, mendigos, “pardais”, andarilhos, “trecheiros”, doentes mentais, viciados, hippies, e catadores de recicláveis.

a. Recém-deslocados

Neste grupo estão aqueles que estão a pouquíssimo tempo nas ruas, na maioria das vezes, menos de 6 meses. Em geral, é um grupo mais jovem que procura com mais frequência abrigo e instituições, além de trabalhos formais, com maior duração. Não se adequam ainda à situação em que vivem e possuem a tendência de repudiar e não se conformar com o estado que estão, tendo forte desejo de sair das ruas.



Imagem 6 - Moradores de Rua Recém- Deslocados.
Fonte: MDS, 2010.



Imagem 7 - Mendigo. Fonte: Juliana Barros, 2014.
Imagem 8 - "Pardal". Fonte: MDS, 2010

b. Mendigos

O mendigo é caracterizado como o morador de rua tradicional geralmente visto pela sociedade, com roupas bastante sujas, doente, e que geralmente pede esmolas como recurso para sobrevivência. Esse grupo normalmente prefere as ruas em relação aos abrigos e possuem maior tempo nesta situação, grande parte mais de 4 anos. Alguns são fisicamente debilitados, sendo também um grupo com idade mais avançada, em relação ao primeiro.

c. Pardal

O “pardal” é aquele morador de rua que geralmente permanece no mesmo lugar todos os dias. Parte desse grupo pode possuir deficiências físicas, principalmente de locomoção. Normalmente recebem ajuda da comunidade onde se encontra, através de esmolas e assistência em relação às necessidades pessoais.

d. Andarilho

Neste grupo estão aqueles que fazem longos percursos dentro da cidade onde se encontra no decorrer da sua rotina, fazendo parte do seu estilo de vida. Como afirmado por “Jack”, da Casa de Acolhimento Santa Gemma, o andarilho é “o cara que bate perna na cidade inteira, vê hoje aqui e amanhã ‘tá’ lá no Taiaman, anda por aí sem destino”.

e. Trecheiro

O trecheiro é caracterizado como o morador de rua com estilo itinerante, que também faz grandes deslocamentos, porém, com percursos mais distantes, como por exemplo, a migração entre estados e até países. Esses percursos são feitos através de caronas, passagens cedidas pela prefeitura, dinheiro arrecadado ou mesmo caminhando a pé. (COSTA, 2013)



Imagem 9 - Andarilho. Fonte: MDS, 2010.
Imagem 10 - Trecheiro. Fonte: Glauco Capper, 2012.



Imagem 11 -"Hippie". Fonte: Juliana Acco, 2013.

Imagem 12 - Morador de rua com doença mental. Fonte: Quarto Poder, 2014

f. “Hippies” e artistas

Também conhecidos como “malucos de estrada”, os hippies são caracterizados também pela alta migração e tem como principal diferenciação a geração de renda através de arte e artesanato. Dentre eles, parte também se envolve na venda e consumo de drogas.

g. Doentes mentais

Este grupo engloba os indivíduos que de alguma forma estão severamente prejudicados mentalmente. Em geral, é uma parcela que não tem grande índice de vícios, permanece imóvel no local de residência, sobrevive principalmente por meio de doações e assistências. É um grupo excluído também dentre os que vivem nas ruas.

h. Viciados

Este grupo engloba aqueles que possuem como a principal característica o alto consumo e dependência de substâncias, entre elas o álcool e drogas. Em geral, a causa de estarem na situação de rua é o vício. Em alguns casos, como citado nas entrevistas realizadas, parte desse grupo são jovens que podem possuir residência em imóveis na cidade, porém saem às ruas para alimentar o vício. Em Uberlândia, estão principalmente na Rodoviária.

i. Catadores de recicláveis

O último grupo é determinado principalmente pela forma de geração de renda, através da catação de recicláveis. Generalizando, os catadores de recicláveis dormem na rua circunstancialmente (COSTA, 2013). Frequentemente estão sempre acompanhados de um carrinho para armazenamento do material de trabalho. Alguns também apresentam animais domésticos.



Imagem 13 -Usuário de substâncias.. Fonte: MDS, 2010
Imagem 14- Catador de materiais recicláveis. Fonte: MDS, 2010

Uma observação a ser levantada é que um indivíduo que se encontra em situação de rua pode se enquadrar em mais de um dos grupos apresentados, visto que há uma grande variedade de perfis e estilos de vida. Também que, apesar de ter um grupo denominado “viciados”, para o caso de Uberlândia, cerca de 80% são usuários de substância, conforme dados do Centro POP.

Entendendo que existem essas diferenciações entre os perfis dos indivíduos moradores de rua, pode-se, então, propor formas de facilitar a vivência nas ruas ou criar alternativas para a situação de modo que responda às diferentes necessidades encontradas.

2.3.3. A territorialidade do morador de rua

Além da heterogeneidade existente na população de rua, quanto aos perfis e modos de vida, é importante também estudar a apropriação que esta faz da cidade e especialmente do espaço público, para que, enfim, possam ser apresentadas propostas que os auxiliem na rotina das ruas. A relação que os moradores de rua tem com o espaço pode ser categorizado de acordo com as escalas existentes, buscando as relações espaciais que criam com o próprio corpo, ou através das suas atividades rotineiras e em busca de responder suas necessidades, numa abrangência setorial, e sua ocupação na cidade em que situa atualmente, envolvendo a grande escala.



Imagem 15 - Espacialidades geradas pelo morador de rua
Fonte: Autor, 2018

A partir dessa conceituação, temos uma diversidade de relações espaciais encontradas na vivência nas ruas - Imagem 15. Considerando o espaço construído a partir do próprio corpo, vemos casos como moradores de rua com animais, com pertences descartados pela sociedade de consumo (papelão, plástico, etc.) usados para dormir, indivíduos com bebidas, entre outros casos, que acontecem de forma flexível, construindo relações espaciais sem ter território fixo, vinculados somente à própria pessoa. Outras espacialidades são produzidas através das atividades no decorrer do cotidiano dos moradores de rua, como a presença de fogueiras no espaço público, pela necessidade de cozinhar, aquecer; a existência de carrinhos de coleta de materiais recicláveis, pela precisão de trabalho e geração de renda. Do mesmo modo, existem as relações espaciais com a cidade em que vivem, através da construção de abrigos improvisados fixos em locais como viadutos, construções abandonadas, etc.; assim como as espacialidades geradas através da apropriação do que já é existente no espaço público, como mobiliário e equipamentos, que foram construídos com determinadas finalidades, mas são utilizados de modos diferentes pelas pessoas de rua: árvores para guardar pertences, bancos para dormir, fontes para higienizar-se, entre outros exemplos..

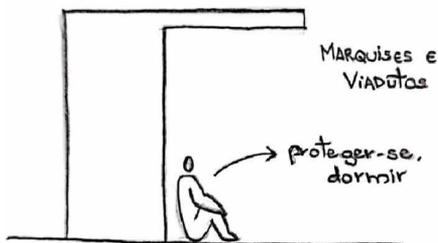


Imagem 16 - Apropriação do espaço público pela população de rua. Fonte: Autor, 2018



Imagem 17: Morador de Rua com animal de estimação
Fonte: Revista Nova Família, 2018

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

“O que devemos fazer então?”, perguntavam as multidões. João respondia: ‘Quem tem duas túnicas dê uma a quem não tem nenhuma, e quem tem comida faça o mesmo’”.
(Bíblia Sagrada, Lucas 3.10-11)

3.1. Panorama Nacional

Para o entendimento da finalidade das políticas públicas de assistência social, do papel do estado e das posteriores reflexões em relação ao tema, tem-se como definição para a política social:

“[...] O conjunto de medidas e intervenções sociais que são impulsionadas a partir do Estado e que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida da população e conquistar crescentes níveis de integração econômica e social, especialmente dos grupos socialmente excluídos, nas diversas dimensões pelas quais se expressa a sua exclusão (econômica, política, territorial, social e/ou cultural).” (CHILE, 1999, p.5, apud BARROS, R. P. de.; [et al.], 2000, p.49).

Deste modo, pode-se destacar a responsabilidade do Estado em elaborar políticas sociais de forma a garantir a todos os cidadãos igualdade em oportunidades e transposição das barreiras de pobreza e exclusão. Além disso, é claro o objetivo dessas políticas em incluir todos os cidadãos sob o sistema social vigente em todos os seus aspectos, isto é, vê-se um consenso de que a melhor forma de lidar com situações de grupos socialmente excluídos e especialmente no caso de pessoas em situação de rua, seja a sua retirada da situação atual e reinserção na sociedade, o que se mostra nas ações do governo e dos municípios, que criam, por exemplo, programas de retirada de pessoas das ruas ou de locação em

albergues que de certo modo, já os disciplinam para que possam atuar no mercado de trabalho (COSTA, 2013), o que tende a ser um pouco equivocada, visto que, pessoas nessa situação estão adaptadas a outros modos de vida.

Outro conceito importante a ser apresentado se dá acerca do significado e objetivo principal das políticas sociais: a segurança. (CHILE, 1998, apud BARROS, R. P. de.; [et al.], 2000). Conforme observado pelo Conselho Nacional de Superação da Pobreza do Chile, referência para as políticas sociais na América Latina:

“As pessoas se sentem seguras quando percebem que são reconhecidas e respeitadas, acolhidas e atendidas pelos demais. Para oferecer segurança, as políticas sociais devem expressar, portanto, o reconhecimento que a sociedade deve a todos e a cada um de seus membros” (CHILE, 1998; apud BARROS, R. P. de. [et al.], 2000, p.60).

No Brasil, a assistência social foi um direito instituído a partir da Constituição de 1988, onde diz, no seu artigo 6º que “é dever do Estado garantir o direito social, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (SILVA, 2015). Embora não apareça especificamente pessoas em situação de rua, torna-se evidente a afirmação dos direitos de qualquer cidadão, incluindo os que se encontram vulneráveis, em serem protegidos e auxiliados pelo poder público.

Em 1993, foi criada então, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, sendo a primeira lei assegurando a assistência social, tendo em vista os direitos dos cidadãos, sendo alterada em 2005, pela Lei nº 11.258, que mudou o parágrafo único do artigo 23, agora dizendo que: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo a II - pessoas em situação de rua”, sendo a primeira vez que aparece a nomenclatura utilizada para essa população, de forma a atribuir ao termo a circunstância temporária de morar na rua. Com a lei, tornou-se também obrigatória a criação de programas que tenham esse público específico como alvo. Ainda em 2005, aconteceu o 1º Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, onde foram apresentadas discussões envolvendo esse público alvo para a elaboração de políticas públicas.

A partir disso, em 2007/2008 realizou-se o 1º Censo Nacional sobre a População de Rua, organizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, cujos resultados apresentaram um quantitativo e qualitativo a respeito dos moradores de rua, contabilizando pessoas que viviam em “calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho, ou pernoitando em instituições” (BRASIL, 2008) em 71 municípios incluindo as capitais e cidades com mais de 300

mil habitantes, embora de forma estimada e cujos dados foram apresentados no capítulo 2. Também em 2008 foi criada a Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de Rua, cujo principal objetivo foi “orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades do poder público”. (BRASIL, 2008). Assim, os municípios passaram a ter a obrigação em prestar atendimento à população de rua.

Com base na Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de Rua, foram criados os Centros POP nos municípios, isto é, Centros de Referência para a População de Rua, que, junto às Secretarias de Desenvolvimento Social, possui como finalidade garantir os direitos deste segmento populacional, além da possibilidade de reinseri-los na sociedade.

No entanto, embora os objetivos das políticas existentes sejam claras, de forma geral, a realidade atual mostra que as ações governamentais desenvolvidas nos municípios tendem a seguir por um viés que objetiva a eliminação dos moradores de rua do espaço público, quase sempre pregando uma política “higienizadora”, fortalecido pela estigmatização desses indivíduos por parte dos outros cidadãos e pelo consenso social de que é necessário tirá-los do logradouro público. Como afirmado por COSTA, 2013, em sua monografia “As táticas de vida de moradores de rua que transitam pelo Triângulo Mineiro”:

Constantemente são criadas políticas públicas para retirar os “mendigos” da rua, seja através das ações voltadas para a ‘integração’ dos moradores de rua na sociedade, abrigos, políticas sociais, etc., seja através de ações de polícia, o que inclui tanto as apreensões como as ações de deslocamento. (COSTA, 2013, p.56)

A cidade de Uberlândia também apresenta essa realidade em relação às políticas sociais concernente a população de rua, com práticas a serem apresentadas no próximos subtópico.

3.2. Políticas Sociais no município de Uberlândia

Com a promulgação da Lei Orgânica do Município de Uberlândia, em 1990, estabeleceu-se como princípio a ser seguido, conforme o capítulo II, artigo 3º, o objetivo de “promover o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, além de “planos, programas e projetos de interesse dos segmentos mais carentes da sociedade”. (UBERLÂNDIA, 1990). Assim, a algumas décadas, a cidade já possui políticas com foco assistencial, porém sem a preocupação em ressaltar a população de rua. Como é observado também na Política Municipal de Assistência Social, que, ao definir os objetivos e o público alvo das ações e programas a serem realizados, não cita as pessoas em situação de rua:

Art. 2º. A Política Municipal de Assistência Social compreende um conjunto integrado de ações socioassistenciais que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios desenvolvidos pelo Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, tendo por objetivos: I - a proteção à família, à infância, à adolescência, à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - o apoio social no processo de habilitação e de reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a habilitação e a reabilitação das pessoas com sobrepeso e obesidade de graus I, II e III e sua integração à sociedade. (UBERLÂNDIA, 2010).

A realidade vista na cidade em relação às ações do poder público, no entanto, é a de que esta não foge da mentalidade higienista presente na sociedade. Em 2014, foi inaugurado o Centro POP de Uberlândia, que assistia às pessoas em situação de rua com banho, alimentação, retirada de documentos, etc., vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho. Entretanto, o estabelecimento foi fechado e englobado pelo Centro de Migração da cidade, localizado em frente ao Terminal Rodoviário Castelo Branco, no Bairro Martins, tornando-se apenas um local para cadastro e encaminhamento. A partir de então, através de um programa denominado “Bem Social”, o poder público desenvolve ações, por meio de rondas sociais

ou recebimento da população de rua no Centro de Migração, que visam a retirada desses indivíduos das ruas, como por exemplo, a oferta de passagem para outros locais ou a encaminhamento dos moradores de rua para albergues e abrigos, através de parcerias com entidades privadas (COSTA, 2013). A estratégia é tirar de vista esse segmento da sociedade, uma operação “tapa-buracos”.

Esse redirecionamento dos moradores de rua de Uberlândia para outras localidades foi alvo de notícias. Assim como a cidade recebe um contingente grande de pessoas encaminhadas de outras regiões, entre elas Bahia, como afirmado pelo coordenador de uma Organização Social de cunho religioso que leva alimento nos pontos de concentração de moradores de rua, existem também uma parcela uma parcela da população de rua de Uberlândia que é encaminhada para outras regiões, de forma a “resolver o problema”. Em sua monografia *“As táticas de vida de moradores de rua que transitam pelo Triângulo Mineiro”*, Camila Aparecida Oliveira da Costa apresenta uma matéria que relata o envio de moradores de rua de Uberlândia para Goiânia:

“[...] Secretário diz que Uberlândia manda para a capital pessoas desempregadas para se livrar do problema. A Prefeitura de Uberlândia tem enviado dezenas de desempregados para Goiânia nos últimos meses. Segundo a assistente social da Prefeitura de

Goiânia que trabalha no posto do Vapt Vupt do terminal rodoviário, [...] chegam diariamente à capital até 5 pessoas vindas da cidade mineira. São migrantes de diversas partes do país, que por algum motivo foram parar em Uberlândia mas acabaram sendo encaminhados para Goiânia, onde buscam assistência da prefeitura. [...] O setor de migração da rodoviária de Uberlândia confirmou que como muitos pedidos de passagens são para o Distrito Federal e para as regiões Nordeste e Norte, as pessoas acabam sendo enviadas para Goiânia já que não há convênio do município com empresas de transporte que levam a esses lugares. De acordo com o funcionário do setor “o principal objetivo da ajuda é mandar as pessoas para mais perto de suas casas e para o mais longe possível de Uberlândia”. Em nota, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social habitação e trabalho de Uberlândia diz que os migrantes que chegam à cidade mineira são atendidos e encaminhados conforme a análise de suas reais necessidades e que “denúncias do envio indiscriminado de pessoas de Uberlândia a qualquer outro município não são procedentes”. No entanto pessoas que chegaram sem emprego a Uberlândia e foram enviadas para Goiânia revelam situações diferentes. [...] Em Setembro uma denúncia feita para Semas afirmava que uma Kombi da Prefeitura de Uberlândia com pedintes teria sido enviada para Goiânia. Segundo informações recebidas pela secretaria, essas pessoas teriam sido recolhidas em bairros da cidade mineira. foram oferecidos lanches e roupas e depois a oportunidade de virem para capital de Goiás outros dois grupos também teriam vindo para Goiânia no mesmo mês.” (LEITE, 2012; apud COSTA, 2013).

O descaso, desta maneira, é evidente quanto às ações da prefeitura. Apesar da Política Nacional de Assistência Social trazer como princípios a garantia de cidadania, respeito à dignidade do ser humano, direito à inserção, ao usufruto e permanência na cidade, erradicação de estigmas e preconceitos, supressão de todo e qualquer ato violento e valorização das diferenças (BRASIL, 2008), na prática ocorre de outra forma para a cidade de Uberlândia, e não somente por parte da iniciativa pública, como também por outros segmentos sociais. O pensamento comum social de estigmatização do morador de rua e sua retirada do espaço público é o que predomina e acaba sendo “justificativa” até para atos de agressão e violência, como apresentados nas notícias seguintes.

Morador de rua é assassinado em rua de Uberlândia

Tabata Martins - Hoje em Dia 12/08/2013 - 16h17 - Atualizado 22h29

Um morador de rua foi assassinado em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, nesta segunda-feira (12). A vítima, identificada apenas como "Nenzinho", foi esfaqueada e encontrada morta na rua Silex, no Bairro Zulmira. De acordo com a Polícia Militar da cidade, o andarilho, que tem idade aparente de 25 anos, foi ferido três vezes na região do tórax, uma no braço e outra no abdômen. O corpo de "Nenzinho" foi localizado por pedestres, que não souberam passar informações sobre a autoria e motivação do assassinato.

(Hoje em dia, acesso em 25 de Setembro de 2018).

Morador de rua é socorrido em estado grave depois de ser espancado em Uberlândia

Por G1 Triângulo Mineiro, 07/06/2017 08h06

Um morador em situação de rua de aproximadamente 30 anos ficou gravemente ferido depois de ser espancado a pauladas no Bairro Santa Mônica em Uberlândia. De acordo com as informações da Polícia Militar (PM), a vítima estava no imóvel inacabado onde funcionaria o complexo aquático do Parque do Sabiá com outros dois andarilhos, quando foi abordado pelo agressor.

(G1, Triângulo Mineiro, acesso em 25 de Setembro de 2018)

Homens confessam assassinato de andarilho em Uberlândia

Portal em Foco, 16 de Novembro de 2018

“A polícia militar de Monte Alegre de Minas prenderam dois homens que confessaram o crime de ter matado um andarilho no Bairro Morada Nova, em Uberlândia, no último dia 12. [...] O andarilho foi encontrado em uma obra inacabada, enrolado em cobertor, sob colchão [...] Foi ferido na cabeça.”

(Portal em foco, acesso em 25 de Novembro de 2018)

4. UBERLÂNDIA

*"estamos na praça
só passa bichanos*

beijos e abraços

*e nós da rua
só observando."*

(Roberto, morador de rua, 2014, Projeto A Fala Rua)

Uberlândia é um município de Minas Gerais e o mais populoso da região do Triângulo Mineiro, com população de 683.247 habitantes e densidade demográfica de 166,03 hab./km², segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, ao conhecer que os dados do IBGE são coletados através de pesquisas e entrevistas em domicílios, sabe-se que nestas informações não está contemplada a parcela da população que vive nas ruas. Apesar disso, é notável a presença de moradores de rua na cidade. Informações coletadas através de entrevistas nas instituições assistenciais da cidade mostram ainda que a situação de morar na rua é encontrada no município a décadas, visto que a criação do Albergue Noturno Ramatisiano, localizado na Avenida Afonso Pena e construído com o objetivo de acolher essa parcela da sociedade, data de 1965, conforme relatado pela assistente social da instituição.



Imagem 18 - Localização do Triângulo Mineiro no estado de Minas Gerais. Fonte: Uberlândia, 2015

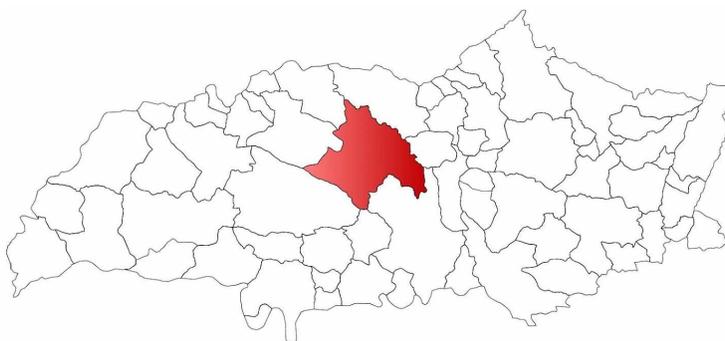


Imagem 19 - Localização do Município de Uberlândia no Triângulo Mineiro. Fonte: Uberlândia, 2015

Ainda assim, não há dados referente ao aparecimento da população de rua em Uberlândia. Porém, entendendo o crescimento e desenvolvimento da cidade, principalmente a partir dos anos 1950, nota-se que muitos fatores fizeram com que um grande contingente populacional fosse atraído para o município, fator que pode ter originado o surgimento dessa parcela da sociedade. Nos anos 1950 houve crescimento econômico e desenvolvimento urbano da cidade, a partir de novas propostas para o espaço urbano, em relação ao tráfego, urbanização, zoneamento e arborização, sem prever, entretanto, iniciativas para o parcelamento do solo e produção de novas moradias, contribuindo para problemas futuros, com o aumento da população (UBERLÂNDIA, 2008). Nas décadas de 50 e 60, com a construção de Brasília, houve também a potencialização da cidade como um polo de passagem entre a capital federal e as cidades mais desenvolvidas do país, como

Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, fortalecendo, deste modo, a característica comercial de Uberlândia e atraindo um grande número de pessoas buscando melhores condições de vida. Além disso, começa também o processo de industrialização, de forma a desenvolver mais o município (UBERLÂNDIA, 2008).

Nos anos 70 e 80, o desenvolvimento de Uberlândia continuou, fazendo a cidade crescer em oportunidades. Como mostrado no gráfico a seguir, a população, durante esses anos, aumentou em um nível acentuado, principalmente, pela migração de pessoas de outras regiões do país, devido às ofertas de trabalho e estudo que o município apresentava.

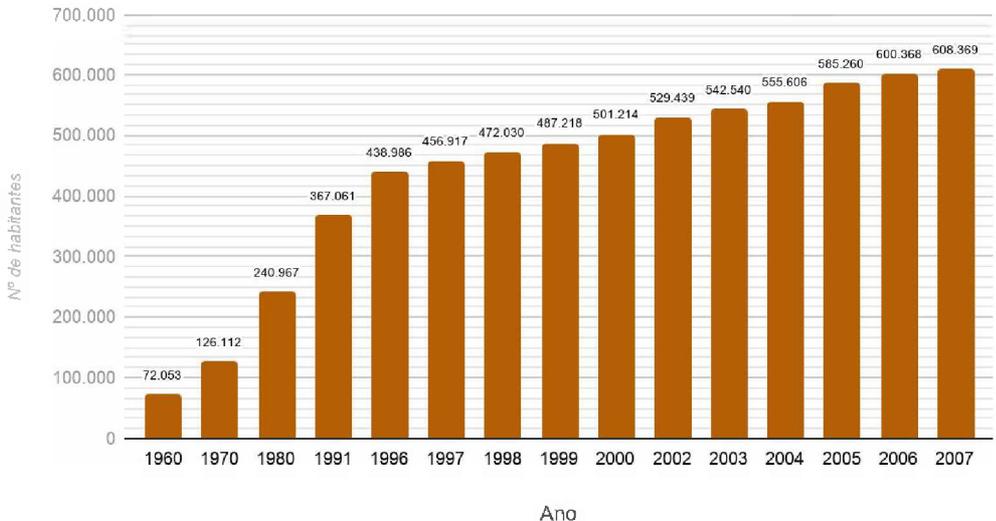


Gráfico 30 - População de Uberlândia - 1960 a 2007.
Fonte: Uberlândia, 2008



Imagem 20 - Capa da Revista VEJA de 1987.

Fonte: CASTRO, 2009

Uma das edições da revista VEJA, de 1987, apresenta a visão de cidade promissora e de desenvolvimento contínuo, fortalecida na época. Além disso também mostra Uberlândia como uma cidade “sem mendigos”, relatando a política higienista da cidade para solucionar o “problema” que a cidade tenta enfrentar e que continua, mesmo nos dias atuais.

Uma cidade sem mendigos

Da mesma forma que conhece todos os seus milionários que têm mais de 1 milhão de dólares, boa parte da população de Uberlândia conhece pelo nome ou apelido os seus cinco ou seis mendigos renitentes, que não aceitam trabalho e preferem viver de esmola, apesar de todo empenho em contrário das autoridades que cuidam da assistência aos pobres. “Esses não se emendam”, afirma o vereador Antônio Naves, do PMDB, presidente da Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia (Icasu), entidade de

filantropia mantida com doações de 1 000 contribuintes regulares.

A Icasu dá assistência a famílias carentes da localidade, arruma emprego para

menores cujos pais não podem trabalhar e manda de volta para suas cidades os mendigos que aparecem em Uberlândia em busca de esmolas. Nesse trabalho, a Icasu age como quem resolve pintar uma parede que tem

infiltrações, para escondê-las. Duas Kombi da entidade circulam pelas ruas à cata de mendigos que porventura escaparam da triagem feita regularmente na rodoviária pela prefeitura. Encontrado esmolando, o indigente é levado para a sede da Icasu, ganha uma refeição, uma passagem rodoviária e uma escolta até o ônibus que o levará de volta a seu lugar de origem. Esses expatriados, no entanto, retornam na primeira oportunidade, e o problema é que as levadas que chegam e saem aumentam cada vez mais.

A Kombi da Icasu: à cata de indigentes nas ruas



VEJA, 18 DE NOVEMBRO, 1987

69

Imagem 21 - Mendigos em Uberlândia pela Revista VEJA
Fonte: CASTRO, 2009.

Embora muitos tenham buscado Uberlândia como alternativa para realização de sonhos e possibilidades de uma vida melhor, a cidade hoje não é como se imaginava. Cresceram os níveis de violência, segregação social e espacial e exclusão social. Conforme os dados apresentados no próximo tópico, é grande o número de pessoas vivendo em situação de rua, sem exercer seus direitos e não sendo reconhecidos como cidadãos que são, e parte da cidade.



Especial

Crise a distância

A 400 quilômetros da capital mais próxima, Uberlândia mantém seu ritmo de progresso e dá um exemplo do vigor das cidades médias do interior

Conforme a imagem feliz que se tornou um lugar-comum em abordagens sócio-econômicas sobre o país, os brasileiros habitam um território de contrastes que tem um pé na prosperidade da Bélgica e a maior parte do corpo encravada na pobreza da Índia. Nas metrópoles que abrigam ilhas de opulência em meio a oceanos de miséria, perde-se de vista muitas vezes que esse panorama faz fronteira com uma realidade diferente, um pouco escondida, muito mais equilibrada e saudável. Pelo Brasil afora,

encontra-se um outro Brasil — o país das boas cidades do interior, geralmente localidades de porte médio que já se livram das carências visíveis nas pequenas cidades perdidas no mapa e ainda estão longe de enfrentar os dissabores que infernizam a vida das grandes capitais.

São bons lugares para viver e para criar os filhos, para ganhar dinheiro e para imaginar que, se há uma cidade melhor do que todas as outras, ela é exatamente esta em que se nasceu. Pode-se ter pensamentos otimistas assim em muitas

cidades brasileiras. Uberlândia, 350 000 habitantes, fincada no Triângulo Mineiro, é apenas uma delas — mas destaca-se fortemente dentro dessa família feliz de aglomerados urbanos por um conjunto de fatores que a transformou numa síntese do bom interior. "Nossa cidade é um resumo do que o Brasil tem de melhor", afirma com orgulho o professor Roberto Carneiro, 67 anos, pró-reitor da Universidade Federal de Uberlândia e neto de um dos fundadores da cidade.

No centro de um polígono formado por



Imagem 22 - Uberlândia pela Revista VEJA. Fonte: CASTRO, 2009.

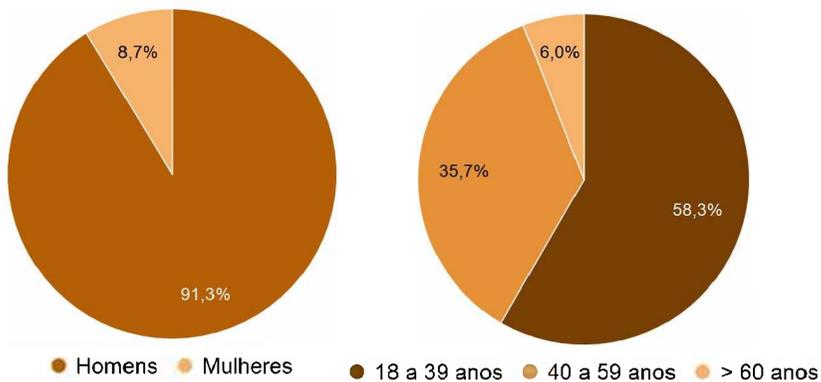
4.1. Dados Censitários da População de Rua do Município de Uberlândia

Os dados apresentados a seguir foram coletados através do Centro de Referência para a População em Situação de Rua, o chamado Centro POP, vinculado ao Município e integrado ao Centro de Migração, no caso da cidade de Uberlândia. Mesmo apresentando-os, entende-se que é apenas uma estimativa da quantidade real de pessoas moradoras de rua, pelo fato destas contagens normalmente serem feitas considerando os cadastros de identificação realizados na cidade pelo Centro de Referência e o número de pessoas abrigadas pelas instituições assistenciais, não contemplando moradores de rua que vivem um estilo nômade de vida, ou que preferem pernoitar nas ruas. Como afirma Snow D. e Anderson L., acerca dos dados coletados da população de rua:

“Trata-se de uma população [...] para a qual poucos, se é que há algum, parâmetros confiáveis de avaliação foram estabelecidos. É até mais significativo que, embora a contagem dos abrigos possa ser feita com facilidade, não fique claro que proporção dos moradores de rua, em qualquer noite dada, reside em abrigos ao invés das ruas. Essa incerteza nasce do fato de que a vida nas ruas não se presta a contagens padronizadas no estilo dos censos [...]. Adicionalmente, muitos dos moradores de rua são bastante errantes, o que torna ainda mais difícil chegar a um cálculo razoável.” (SNOW, D.; ANDERSON, L.; 1998, p.22)

No entanto, sabe-se da importância em contatar as instituições que assistem socialmente, que controlam e lidam diretamente com os moradores de rua, para se ter uma real e mais completa compreensão do que é viver na rua.

Conforme os dados levantados no Centro POP, em 2015 e 2016, existem em Uberlândia 1410 moradores de rua cadastrados no Centro de Referência, sendo a maioria homens (1287 pessoas - 91,3%) entre 18 e 39 anos (822 pessoas - 58,3%), como apresentados nos gráficos 31 e 32. Com a idade entre 18 e 39 anos, foram cadastrados 746 homens e 76 mulheres. Também foram cadastrados 460 homens e 44 mulheres (35,7%) entre 40 e 59 anos, e 81 homens e 3 mulheres (6,0%) acima de 60 anos.

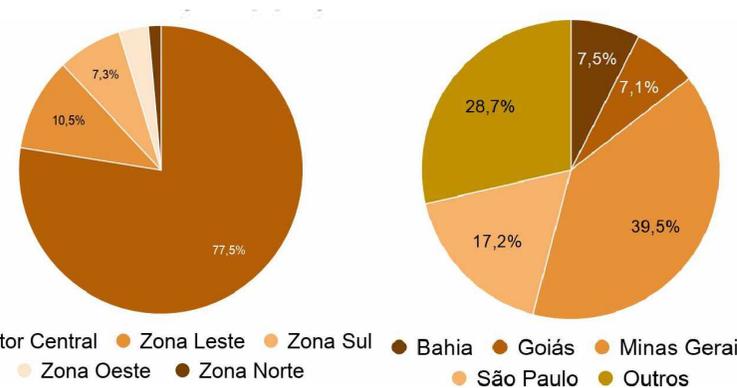


Gráficos 31 e 32 - Sexo e Idade da População de Rua de Uberlândia

Fonte: CORREIOS, 2018. Desenhado pelo autor

Em relação a distribuição espacial dessa parcela da população, tem-se no gráfico 33 que 76,3% dos indivíduos se concentram na região central da cidade, em locais como a Praça Sérgio Pacheco, a Praça Nossa Senhora Aparecida, Praça da Bíblia em frente ao Terminal Rodoviário, além de outros espaços públicos como calçadas, com grande movimentação de pessoas, o que facilita a atividade de mendicância exercida por alguns indivíduos, principalmente nas regiões de maior comércio, onde também podem conseguir recursos dos estabelecimentos existentes, como por exemplo, materiais recicláveis. Além da região central, 7,2% concentram-se na zona sul, 3,3% na zona oeste, 10,3% na zona leste e 1,4% na zona norte. A zona leste apresenta a segunda maior porcentagem devido a presença de instituições como o Albergue Noturno Ramatis na Avenida Afonso Pena, no Bairro Aparecida, e o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD), no Bairro Umuarama, que atraem os moradores de rua e que, mesmo não sendo acolhidos, permanecem nas imediações. A porcentagem também acentuada na região sul é justificada por ser uma zona com alto índice populacional, além do elevado consumo de drogas, que pode levar a situação de rua.

As origens dos indivíduos em situação de rua são bastante variadas. Segundo o cadastro do Centro de Referência, 557 (39%) tem como estado de origem Minas Gerais, sendo tanto de Uberlândia, como de outras cidades do estado. Entre os estados com a maior quantidade de pessoas que chegam em Uberlândia nessa situação, estão São Paulo, estado de origem de 243 cadastrados (17,2%), Bahia, tendo 106 pessoas (7,5%) e Goiás, com 100 pessoas (7%).



Gráficos 33 - Concentração da População de rua por regiões da cidade e Gráfico 34 - Estados de origem da População de Rua de Uberlândia

Fonte: CORREIOS, 2018. Desenhado pelo autor

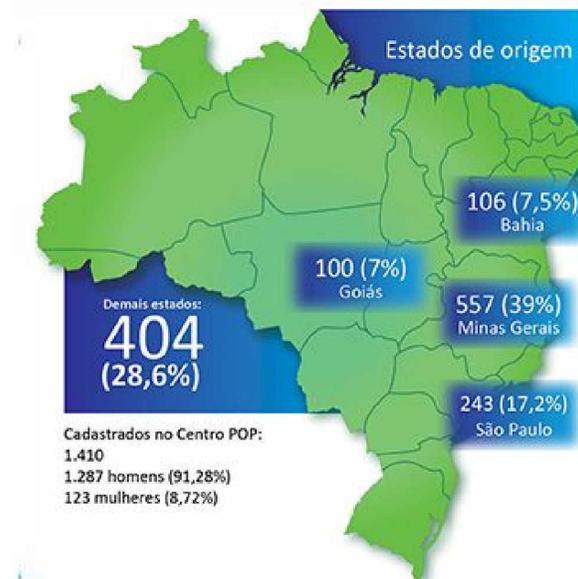


Imagem 23 - Estados de origem da População de Rua

Fonte: CORREIOS, 2018.

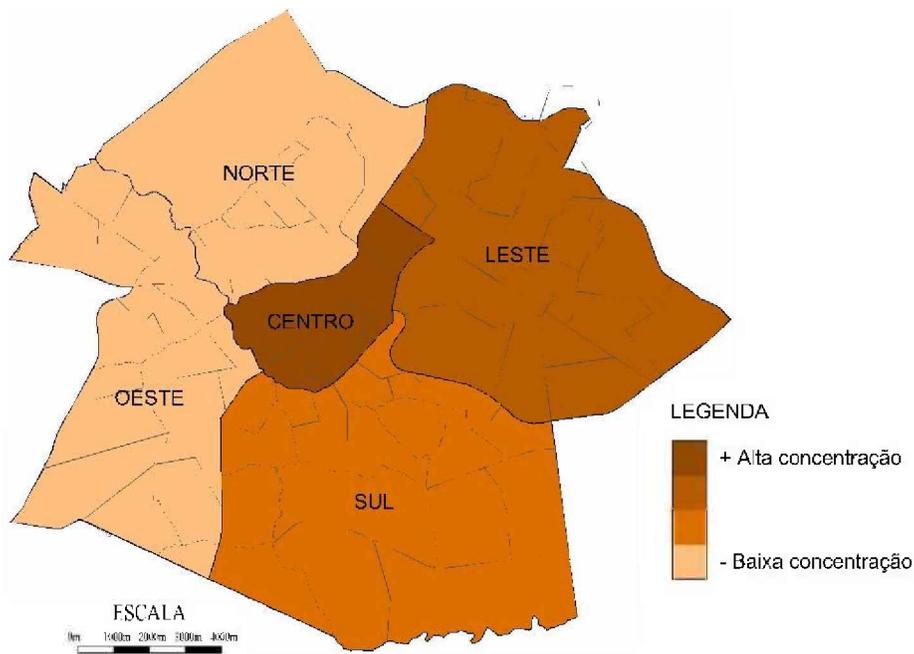
Conforme as informações concedidas pelo Centro de Referência, 80% das pessoas que foram acompanhadas, tem histórico de uso de drogas lícitas e ilícitas. Normalmente, nestes casos, as pessoas são encaminhadas aos CAPS - AD.

Através das informações apresentadas, é possível notar semelhanças em relação os dados nacionais, como a maior porcentagem de homens entre 30 e 40 anos vivendo nas ruas, a predominância de vícios e uso de substâncias, além do local de origem dos indivíduos, que geralmente vem de cidades do mesmo estado ou residiam na cidade atual.

4.2. Análise Urbana

A partir dos estudos e dados coletados podemos analisar questões como concentração espacial do moradores de rua, subentendo os deslocamentos e cotidiano dentro da cidade durante o dia e à noite, e perfis relacionados aos espaços, conforme as necessidades e estratégias dos tipos de moradores encontrados.

No Mapa 1 estão apresentadas as regiões de Uberlândia, de acordo com a concentração de moradores de rua nela residentes. É notável a alta concentração na região central, em contraste com as outras zonas, o que é justificado pela dinâmica existente no setor, que possibilita a visibilidade dos grupos, várias alternativas de arrecadação de recursos para sobrevivência, principalmente a mendicância, e outras atividades como cuidar de carros e catação de recicláveis.



Mapa 1 - Concentração de moradores de rua em Uberlândia
 Fonte: Autor

Nos mapas 2 e 3 estão listados os locais com maior concentração de moradores de rua, incluindo as praças públicas, viadutos e edifícios como o Terminal Rodoviário e o Hemocentro. Na maior parte desses lugares, a permanência se dá no período da noite, para pernoite. Muitos moradores de rua tem a característica do nomadismo em seu estilo de vida, percorrendo locais diversos dentro da cidade durante o dia, de modo a responder às suas necessidades básicas diárias, de alimentação, higienização, etc.

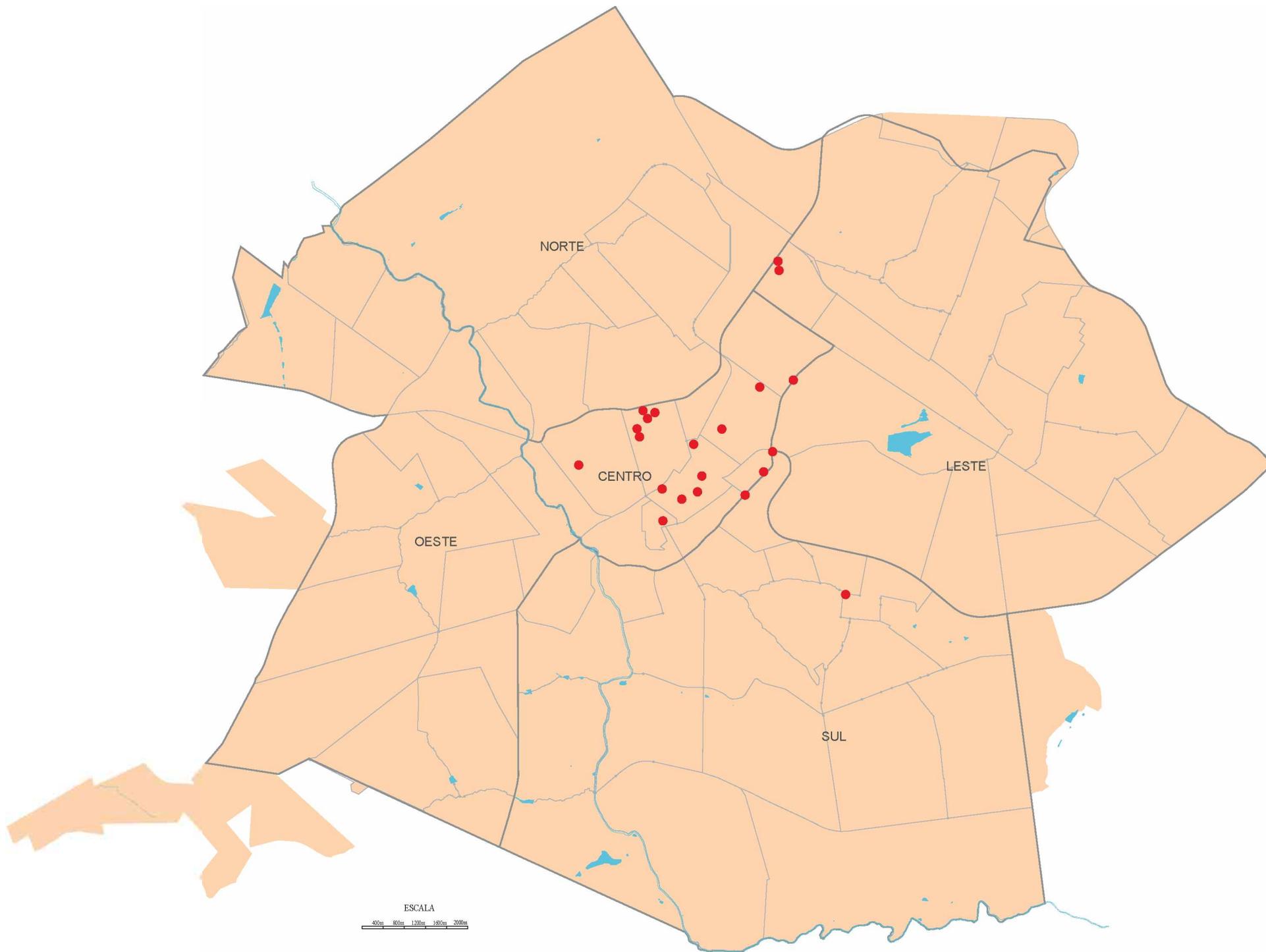
Pode-se destacar também o Terminal Rodoviário Castelo Branco junto à Praça da Bíblia, onde há o maior contingente dessa população, englobando cerca de 70 moradores de rua diariamente, conforme as notícias publicadas pelo Site de notícias G1 e pelo Correios, e que, em muitos casos, permanecem no local também durante o dia. Isto porque o Terminal Rodoviário oferece um espaço com potencial de apropriação e com diversas opções para esta população visto que, no local tem maior acesso a passagem para outras cidades, é um lugar estratégico para abrigar-se, possui uma enorme rotatividade de pessoas, ajudando na mendicância, tem livre acesso a água e meios para higienização através dos banheiros públicos existentes, é um ponto valorizado pelas instituições sociais para distribuição de comida e possui disponibilidade de materiais recicláveis a serem coletados (COSTA, 2013).

O mapa 4 apresenta os equipamentos de assistência aos moradores de rua da cidade de Uberlândia. Para isso, foi utilizada uma legenda, referenciada na monografia “Viver na Rua”, que define as seguintes categorias: Espaços de alimentação, como restaurantes ou locais fixos de distribuição de comida, espaços de higienização, como banheiros públicos; hospital conveniado ao SUS e clínicas de atendimento psicológico e de auxílio a dependentes químicos, como apoio à saúde, abrigo/albergue de pernoite ou de permanência, Atendimento Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Centro de

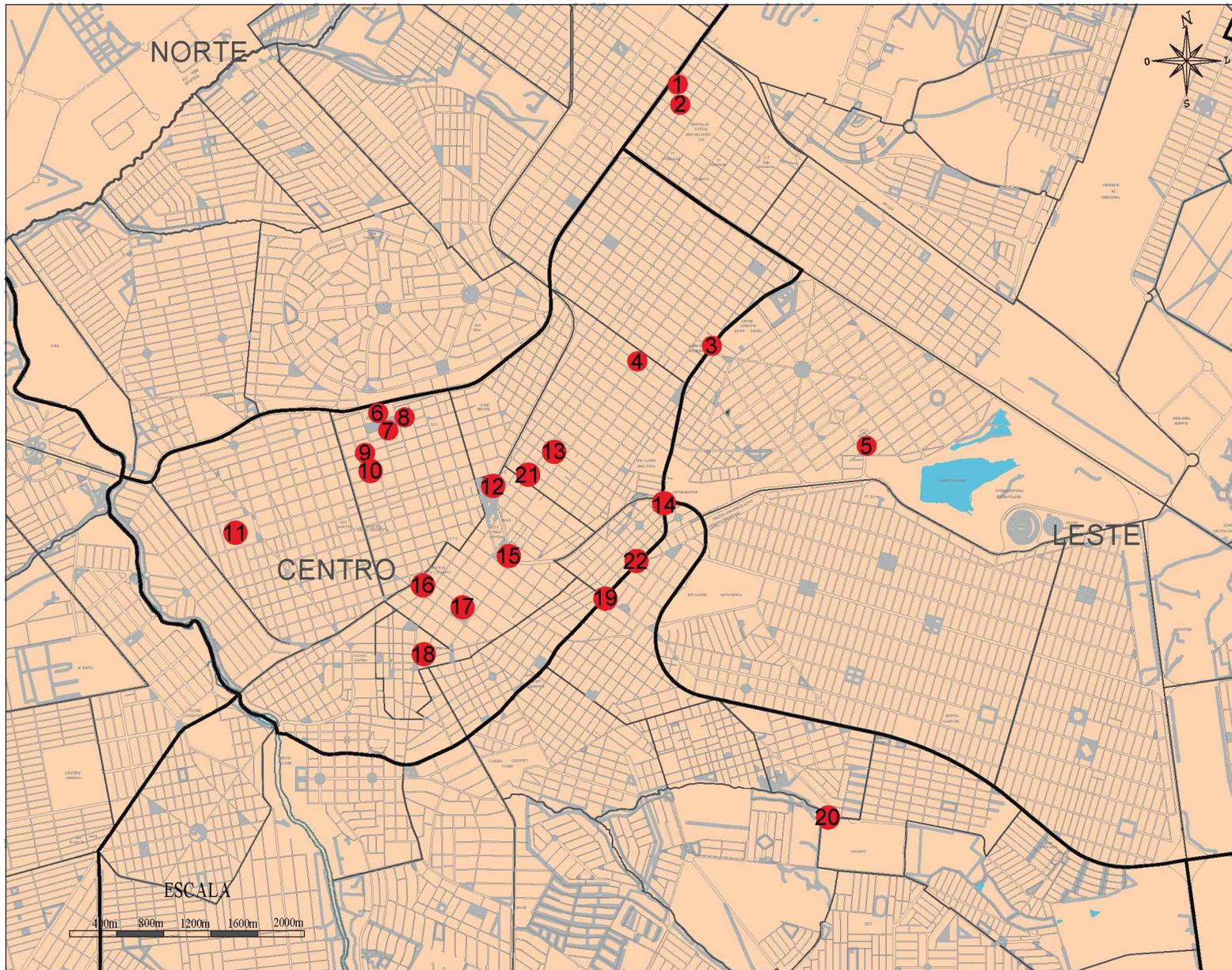
Referência para a População de Rua - Centro POP, locais de triagem, coleta e compra de materiais recicláveis (SALOMÃO, 2014).

Percebe-se que a maior parte dos equipamentos se concentram na região central, entendendo que é o setor com a maior quantidade de moradores de rua. Também se nota a presença de abrigos e casas acolhedoras nas periferias da cidade, muitos sendo de base filantrópica, o que promove o deslocamento contínuo de quem sai à procura de emprego ou de recursos durante o dia e dorme e alimenta-se nesses locais de acolhimento. É importante destacar a coleta de materiais recicláveis, visto que é uma das atividades mais praticadas entre os moradores de rua para arrecadação de recursos para sobrevivência nas ruas, e o que caracteriza alguns perfis, que algumas vezes pode ser observado nas ruas, no decorrer do dia. Esses locais estão principalmente nos setores norte e central, também potencializando o estilo de vida nômade dos moradores de rua.

Através dos mapas apresentados, pode-se pontuar primeiramente a área central como ponto focal para a elaboração do projeto, incluindo também a porção leste da cidade, principalmente nas proximidades do Bairro Umuarama, onde encontram-se o Hemocentro e o CAPS-AD, locais de concentração da população de rua durante a noite, nas calçadas e sob marquises.



Mapa 2 - Locais de concentração de moradores de rua.
Fonte: Autor, 2018



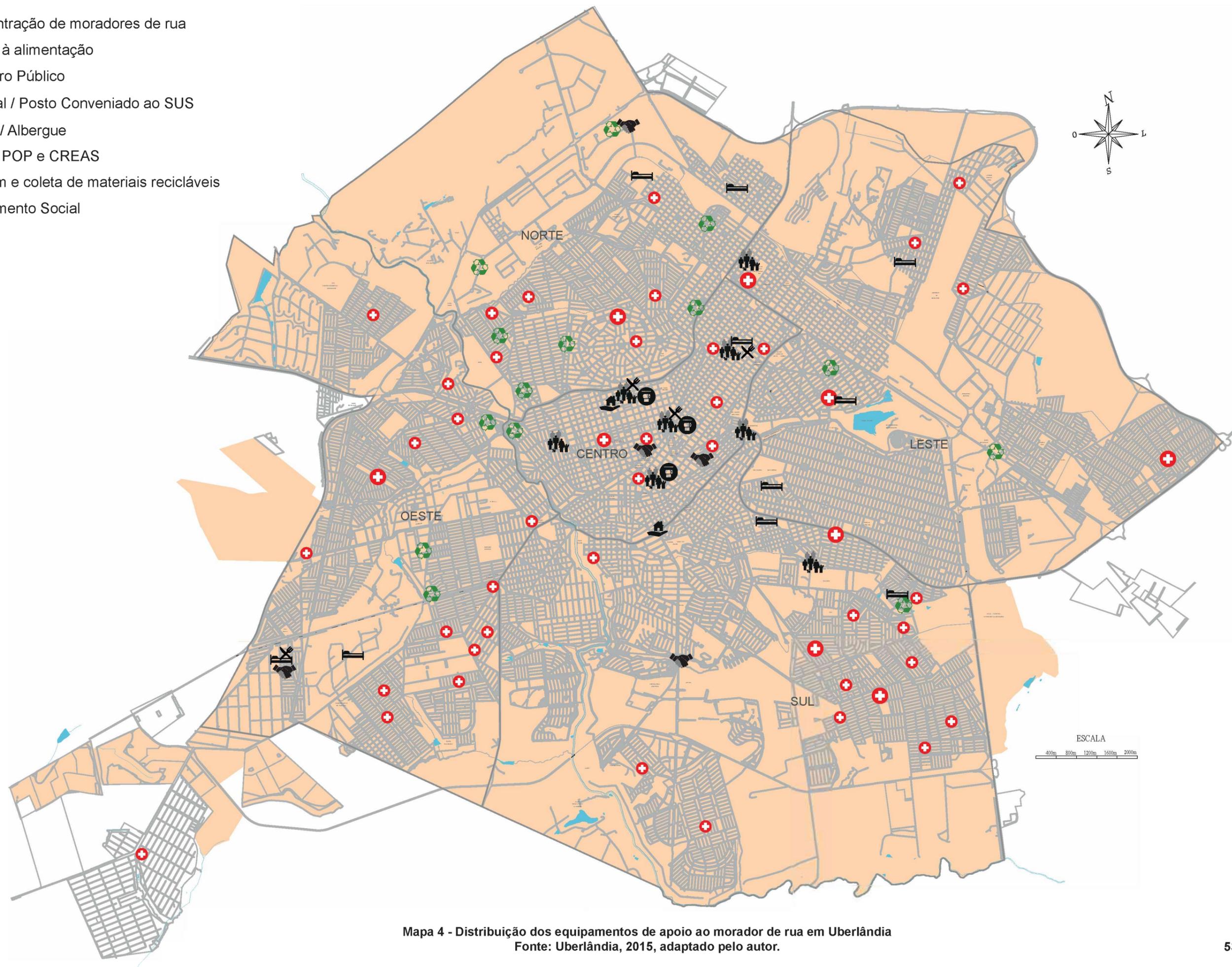
LEGENDA

- 1 Hemocentro
- 2 CAPS-AD
- 3 Av. Rondon Pacheco/ Av. Paraná
- 4 Albergue Noturno Ramatis
- 5 Proximidades UAI Tibery
- 6 Terminal Rodoviário
- 7 Praça da Bíblia
- 8 Terreno vazio próximo à Rodoviária
- 9 CEAMI Resgate
- 10 Praça Nicolau Ferez
- 11 Cemitério Municipal São Pedro
- 12 Praça Sérgio Pacheco
- 13 Praça Nossa Senhora da Aparecida
- 14 Av. Rondon Pacheco/ Av. João Naves de Ávila
- 15 Viaduto Terminal Central
- 16 Mercado Municipal
- 17 Praça Tubal Vilela
- 18 Praça Clarimundo Carneiro
- 19 Viaduto Joaquim Cordeiro (Griff Shop)
- 20 Proximidades do Camaru
- 21 Av. Tenente Virmondes / Av. Floriano Peixoto
- 22 Av. Rondon Pacheco / Rua Segismundo Moraes

Mapa 3 - Locais especificados de concentração de moradores de rua.

Fonte: Autor, 2018

-  Concentração de moradores de rua
-  Auxílio à alimentação
-  Banheiro Público
-  Hospital / Posto Conveniado ao SUS
-  Abrigo / Albergue
-  Centro POP e CREAS
-  Triagem e coleta de materiais recicláveis
-  Atendimento Social



Mapa 4 - Distribuição dos equipamentos de apoio ao morador de rua em Uberlândia
 Fonte: Uberlândia, 2015, adaptado pelo autor.

4.3. Pesquisa de Campo e Entrevistas

Por meio de pesquisas de campo, também conseguiu-se, de forma geral, caracterizar alguns perfis de moradores de rua em cada área de maior concentração, para entender as carências e diversidades das localidades dentro da cidade de Uberlândia. O mapa 5, apresentado ao lado, mostra o trajeto percorrido na visita aos locais de aglomeração de pessoas em situação de rua. Para contextualização, a visita aos lugares escolhidos foi realizada entre 20 e 21 horas, de uma quinta-feira, véspera de feriado. Da pesquisa de campo realizada, destaca-se nas próximas páginas quatro locais específicos, acompanhados de tópicos relatando o que foi possível verificar. Estes lugares são a Praça Tubal Vilela (1), a Praça Sérgio Pacheco (2), localizadas no Centro; a Praça Nicolau Feres (3) e a Praça da Bíblia e proximidades (4), no Bairro Martins.



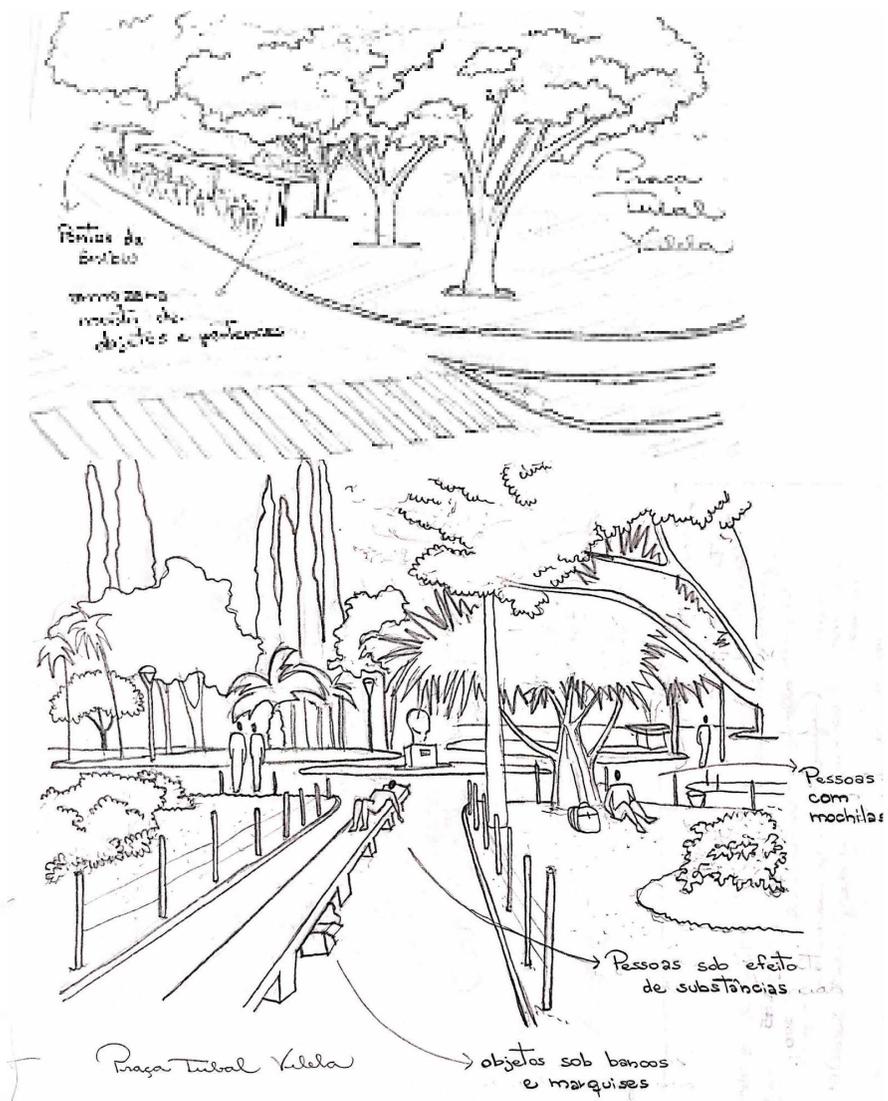
Mapa 5 - Trajeto da visita aos pontos de concentração da População de Rua. Fonte: Google Maps, 2018.

Praça Tubal Vilela - Centro

- Quantidade de moradores de rua vistos - 3
- Grande número de pessoas realizando atividades culturais, relacionando com outros indivíduos, etc.
- Presença de objetos pessoais, incluindo materiais descartados por outros, sob os bancos e sobre as marquises dos pontos de ônibus;
- Perfis identificados - Presença de pessoas sob efeito de substâncias (“Viciados”) e pessoa com mochila junto ao corpo (Andarilho)

Praça Sérgio Pacheco

- Quantidade de moradores de rua vistos - 15
- Presença de pessoas realizando atividades físicas ou relacionando entre si.
- Presença de objetos pessoais preso a árvores, e sob marquises de construções existentes na praça.
- Posto policial fixo ativo
- Perfis identificados - Pessoas sob efeito de substâncias ou fazendo uso no momento da visita (“Viciados”), pessoas com mochilas e roupas de melhor aparência (Recém-deslocados), moradores de rua deficientes físicos.

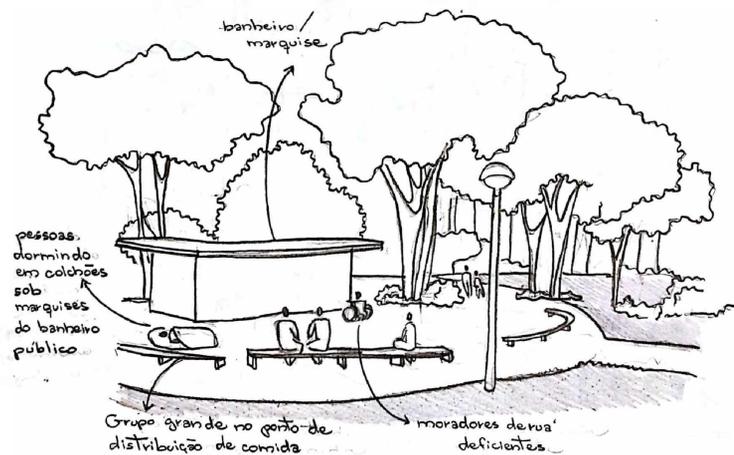
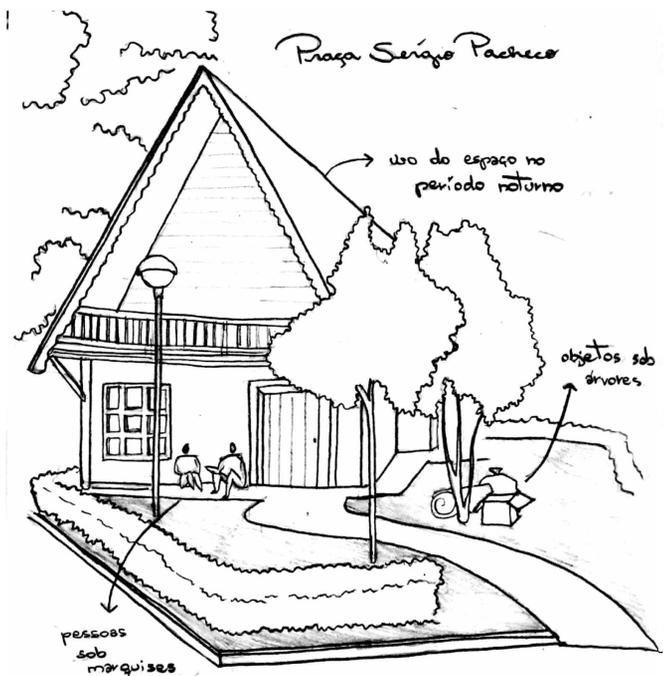


Imagens 24 e 25 -Praça Tubal Vilela.

Fonte: Autor, 2018

- Um grupo grande concentrado próximo ao banheiro público existente, onde normalmente há distribuição de comida. Nesta área também havia pessoas deitadas em colchões, sob a marquise, ou nos bancos.
- Presença de jovens entre os moradores de rua, porém, a maioria aparentava idade a partir de 30 anos.
- Na visita, obteve-se relatos de dois moradores de rua, João* e Pedro*. João é um senhor de idade, cadeirante. Já passou por clínicas de reabilitação devido ao vício em bebidas alcoólicas. Possui problemas cardíacos e toma medicamentos. Tem família na cidade que mantém contato. Pedro tem 50 anos de idade e estava na cidade a dois dias. Possui família, que não mantém contato tendo como causa decepções e consequente desestruturação familiar e está na situação de rua devido o vício em bebidas alcoólicas.

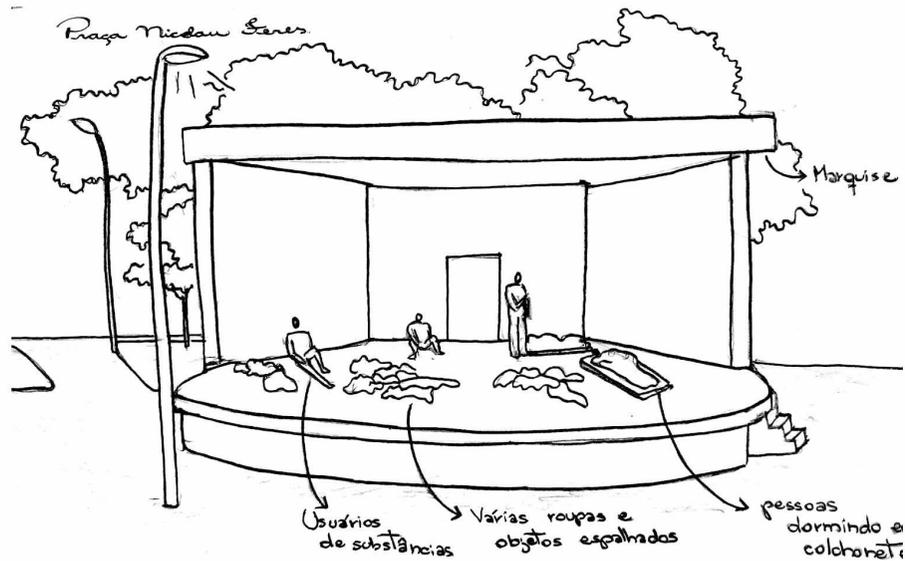
*Os nomes dos moradores de rua foram alterados para evitar exposições desnecessárias



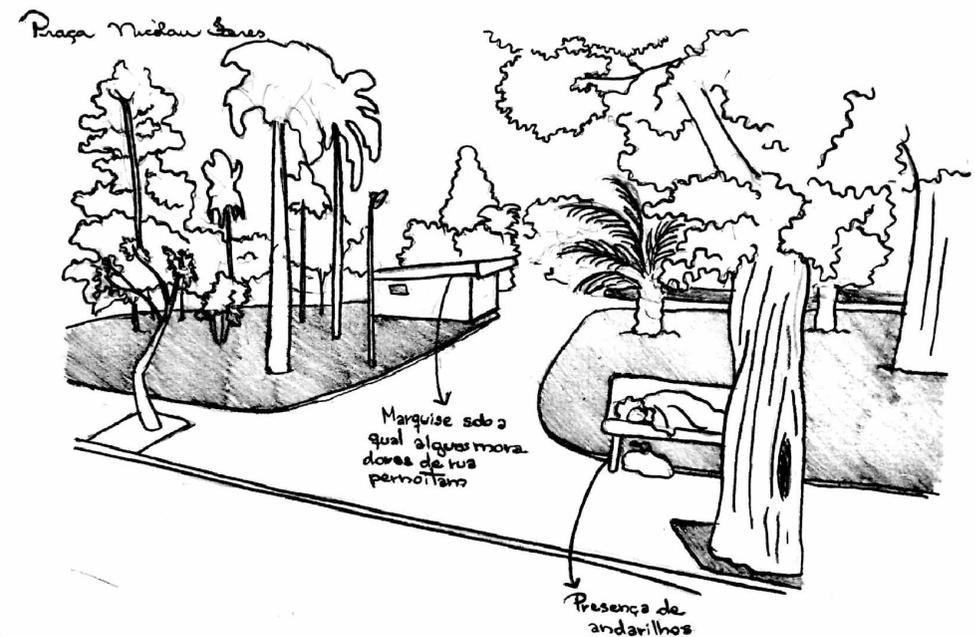
Imagens 26 e 27 - Praça Sérgio Pacheco. Fonte: Autor, 2018.

Praça Nicolau Feres

- Quantidade de moradores de rua vistos - 13
- Presença de pessoas realizando atividades físicas ou relacionando entre si.
- Concentração dos moradores sob marquise existente na praça.
- Perfis encontrados - Aparentemente viciados, andarilhos e mendigos tradicionais.



Imagens 28 e 29 - Praça Nicolau Feres, Martins.
Fonte: Autor, 2018.



Praça da Bíblia

- Quantidade de moradores de rua vistos - 35
- Entre os moradores de rua vistos, estavam 3 mulheres;
- Grande número de pequenos grupos com cerca de 3 moradores de rua. Alguns sentados em bancos, no chão, em escadas ou nos jardins. Presença de pessoas dormindo ao relento.
- Perfis encontrados - Aparentemente viciados, recém deslocados, pardais, andarilhos e mendigos tradicionais.
- No momento da visita acontecia simultaneamente distribuição de comida por uma instituição filantrópica denominada “Obreiros do Senhor”. Segundo relatado pelo grupo, existem no local muitos recém-chegados, como também pessoas fixas, os “pardais”, que sempre encontram no local, e mesmo quando vão embora, saindo das ruas, acabam voltando.
- No interior da rodoviária não foi visto moradores de rua. Isto pode ser justificado pelo posto policial existente no edifício, que aborda os moradores de rua, como também o horário da visita

Praça da Bíblia

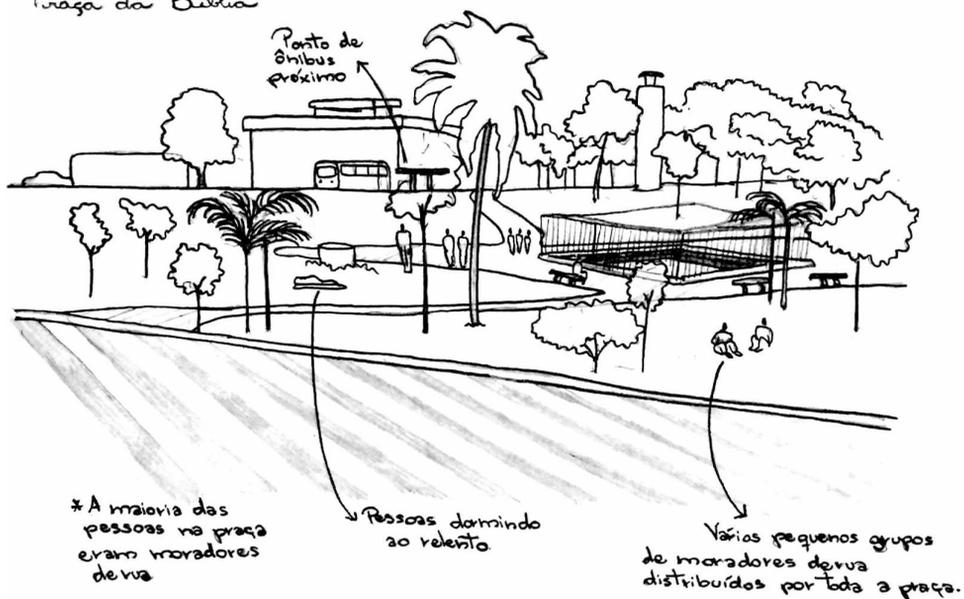


Imagem 30 - Praça da Bíblia.

Fonte: Autor, 2018.

A determinação, de modo geral, dos perfis de moradores de rua conforme as localidades dentro da cidade de Uberlândia, norteia a decisão de qual será o tipo de projeto necessário para cada área. O que se pode perceber é que a área da rodoviária possui um grande contingente de moradores de rua, sendo muitos recém deslocados, que estão num processo de transição que pode ou não ser permanente. Geralmente, este perfil é o que mais procura acolhimento em instituições de pernoite e os que procuram sair dessa situação. Também apresenta muitos viciados, principalmente jovens, que pode ter ou não residência na cidade. É importante destacar também que a maior concentração de moradores se dá nas praças, onde aproveitam o mobiliário existente no espaço público, como bancos, marquises, etc., tanto para abrigo, como para armazenamento de objetos.

Entrevistas também foram realizadas de forma a entender os perfis de moradores de rua encontrados na cidade, formas de abrigo e assistência existentes, conhecimento de histórias de vida diversas desses indivíduos, além de comprovação de muitas informações e fatos encontrados em livros sobre o assunto. Buscou-se compreender nelas as diferentes formas de assistência existentes em Uberlândia, que foram categorizadas em organizações de distribuição de alimento, abrigos e albergues e o Centro de Referência para a população de rua no município - Centro POP, único no qual não foi feita a

entrevista, senão pesquisas. As entrevistas, para leitura completa, estão anexadas ao final da monografia.

a. Organizações de distribuição de alimento

De acordo com a pesquisas realizadas, as organizações que levam alimento aos locais de concentração de pessoas em situação de rua geralmente são de base filantrópica, associadas a instituições religiosas. Dentre eles levantou-se grupos católicos, evangélicos e espíritas, que, de maneira geral, possui um padrão de organização que possui um efeito paliativo, não tirando das ruas, mas respondendo de forma a atender as necessidades básicas dos indivíduos, através da alimentação e doações, e de forma a cuidar de problemas psicológicos e espirituais, relacionando com os moradores de rua através de conversas, músicas e palavras de conforto. Normalmente essas instituições realizam suas atividades nas praças, proximidades de hospitais públicos, etc., ou seja, onde há concentração de moradores de rua. Conforme um dos fundadores da Casa de Acolhimento Santa Gemma, “Jack”, todos os dias da semana há nesses locais um ou mais grupos distribuindo comida. Entre eles, foram levantados o Grupo “Anjos da Rua”, que realizam suas atividades nas terças, o grupo “Obreiros do Senhor”, que distribuem alimento nas quintas feiras e o Grupo de Evangelismo da Igreja Assembleia de Deus Missão aos Povos, que realiza a distribuição de

alimento nas segundas e sextas feiras, a partir das 19 horas e cujo coordenador foi entrevistado. (ANEXO)

b. Abrigos/ Albergues

Na cidade também é notável a presença de abrigos para pernoite e / ou permanência. Eles auxiliam a população de rua concedendo alimento em horários determinados e abrigo para noite e para o dia, podendo ser ou não vinculados com a Prefeitura. Os estabelecimentos se diferenciam quanto a localização dentro da cidade e funcionamento, no entanto, possuem objetivos semelhantes, acolhendo as pessoas em situação vulnerável e que desejam sair das ruas por iniciativa própria, oferecendo cuidados, alimentos e incentivando a reintegração na sociedade como cidadãos. Como já citado, parte da população de rua rejeita a assistência destes lugares, devido às dificuldades encontradas em relação a regras e normas a serem seguidas dentro das instituições, assim como horários, proibição do uso de substâncias, entre outros fatores. Dentre as instituições da cidade, foram entrevistadas as lideranças da Casa de Acolhimento Fraternal Santa Gemma Galgani, localizada na Rua José Flores, 351, no bairro Aclimação, zona leste de Uberlândia; e o Albergue Noturno Ramatis, localizado na Av. João Pinheiro, 3150, bairro Brasil. A Casa Santa Gemma foi fundada em 2003 por Jefferson Albernaz Resende, e Sílvia Expedito Cardoso e abriga hoje 18 homens. É interessante destacar acerca da liberdade na casa,

que, apesar dos regulamentos, não obriga os abrigados a permanecerem no local durante o dia. Outro fator a ser destacado é acerca das tarefas domésticas, que são todas realizadas pelos próprios moradores. Já o albergue foi fundado em 1965, sendo o primeiro albergue da cidade, e funciona também como uma casa de abrigo, tanto diurno quanto noturno - apesar do nome. É uma instituição vinculada com a Prefeitura e por isso possui contínua relação com o Centro de Referência da cidade. (ANEXO)

c. Centro POP

O Centro de Referência para População em Situação de Rua é a instituição designada pelo poder público para atender essa camada da sociedade e oferecer os primeiros atendimentos aos indivíduos, através de Cadastros, retirada de documentos, alimentação, encaminhamentos para as instituições da cidade, sejam de saúde, acolhimento, reabilitação, conforme a necessidade, ou para outras regiões. No caso de Uberlândia, o Centro POP está integrado ao Centro de Migração da cidade, localizado numa pequena construção na Praça da Bíblia, bairro Martins e realiza o cadastro e encaminhamento das pessoas em situação de rua. Além disso, também possui a Ronda Social, que, realizando um percurso pelos pontos de concentração de moradores de rua, aborda os indivíduos encontrados e auxiliam àqueles que querem sair da situação em que se encontra.





Imagem 31: Grupo de Moradores de Rua
Fonte: MDS, 2008

5. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

“[...] É repartir seu alimento com o esfaimado,
dar abrigo aos infelizes sem asilo, vestir os
maltrapilhos, em lugar de desviar-se de seu semelhante”
(Bíblia Sagrada, Isaías 58. 7)

A seguir estão apresentados e analisados quatro projetos que visam solucionar ou auxiliar na questão da falta de moradia da população que vive nas ruas. Essas propostas são de várias localidades e são importantes para a formação de conceitos norteadores para a proposição de um projeto para a cidade de Uberlândia, assim como outras questões que foram estudadas, adaptando-os conforme a realidade do contexto e as necessidades locais.

Os projetos iniciais procuram resolver a questão imediata de abrigar atividades como dormir, sentar, armazenar objetos, etc., levando ou não em consideração a questão de fácil locomoção. O terceiro projeto traz a proposta de intervenções urbanísticas no espaço público, de forma que possa auxiliar a vida nas ruas como também evidenciar a situação diante da sociedade. O último projeto já apresenta um edifício construído como centro de acolhimento para a população de rua, mostrando a diversidade do programa de necessidades.

É importante destacar que, de diferentes formas, essas propostas atuam na vida do morador de rua, seja na relação de proximidade com o corpo e atividades básicas do indivíduo, seja também relacionando com o cotidiano de vida nas ruas, ou ainda trazendo uma alternativa para a situação de morar na rua.



Imagens 32 e 33 - Homeless Vehicle.

Fonte: Adhocracy Athens

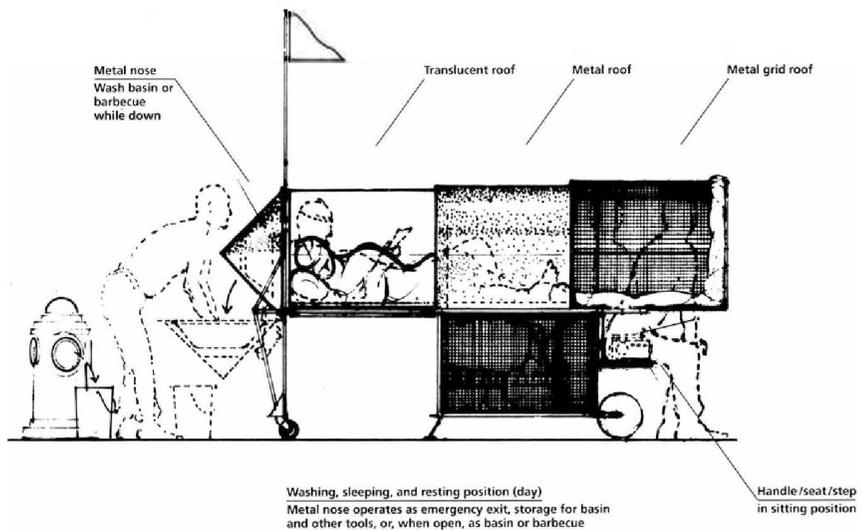


Imagem 34 - Funcionamento: Homeless Vehicle.
 Fonte: Walker, 2012.

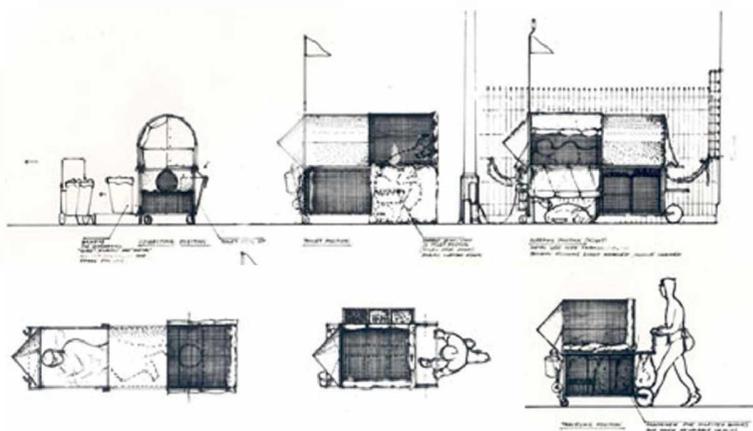


Imagem 35 - Formas de uso: Homeless Vehicle.
 Fonte: Adhocracy Athens

5.1. Homeless Vehicle

Artista: Krzysztof Wodiczko

Local: Nova York, Estados Unidos

Ano: 1987 - 1989

Através de um objeto articulado, com possibilidade de extensão, projetado em metal, com quatro rodas, o artista propõe um aparelho onde o morador de rua possa realizar atividades como dormir de forma protegida, sentar, lavar e higienizar, além de armazenar objetos em um compartimento, adaptando-o ao cotidiano de vida nas ruas, ao apresentar um projeto móvel, como um veículo fácil de locomoção, uma evolução de um carrinho de supermercado, muitas vezes usados pela população de rua. Apesar de ser uma ferramenta criada com o objetivo de melhorar a vivência do indivíduo nas ruas, o projeto, através de seu desenho, que se assemelha a um míssil, e materialidade, também evidencia o morador de rua diante da sociedade, tornando-o visível no espaço público, como cidadão urbano e participante das atividades da cidade.

5.2. Park Bench house

Designer: Sean Godsell Architects

Local: Parques Públicos (sem endereço fixo), Melbourne, Austrália

Ano: 2002

O projeto define o conceito de abrigo de uma forma simples vinculando-o com o espaço público ao transformar um banco em local para dormir durante a noite, através da elevação, de forma inclinada, da parte superior do mobiliário. O projeto também traz como objetivo a exposição da situação presente na sociedade de se viver na rua e o papel do arquiteto em fornecer estratégias que possam trabalhar essas questões de forma a considerar todos os indivíduos urbanos. O Park Bench House, embora seja um equipamento fixo, pode ser instalado em qualquer espaço público adequado, sendo dinâmico também em relação à sua articulação conforme a necessidade da pessoa.

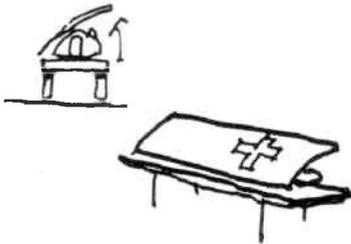




Imagem 36 - Park Bench House. Fonte: Sean Godsell, 2002.

5.3. Intervenção Arte-Cidade - Largo do Glicério

Arquiteto/Artista: Vito Acconci

Local: Largo do Glicério, São Paulo

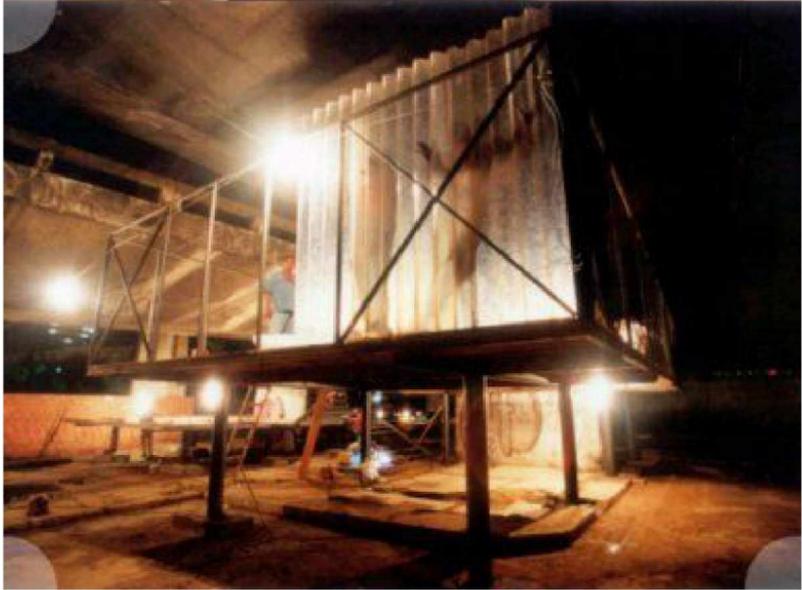
Ano: 2002

Sendo uma das propostas do Evento Arte/Cidade em São Paulo (2002), o projeto consistiu em um equipamento urbano-arquitetônico implantado sob estruturas viárias e em edificações institucionais abandonadas e parcialmente apropriadas pela população de rua na região leste de São Paulo. Através da ocupação de postes de iluminação, além da edificação anteriormente construída como base do controle do trânsito da cidade, a proposta traz a criação de passarelas ligando vários níveis e um programa que abriga anfiteatro, mirantes voltados para a cidade, unidades sanitárias e equipamentos para lavagem de roupas, trazendo a ideia de uma “vila” através da incorporação de elementos urbanos, onde os moradores de rua tivessem a possibilidade de realizar suas atividades básicas e de interação.

No entanto, apenas as unidades sanitárias e de serviços foram construídas, utilizando como materiais a aço nas estruturas e fechamento em telhas de fibra de vidro corrugada translúcida, com a intenção de tornar visível as condições de vida desta parte da população, acentuando a questão das atividades básicas pessoais terem se tornado “públicas” ao viverem nas ruas. Além disso, a própria forma e



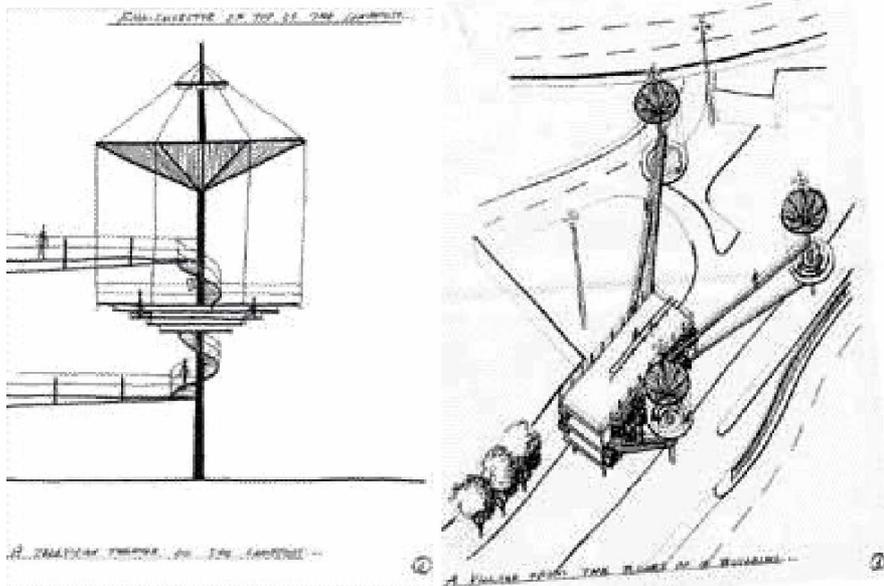
Imagens 37 e 38 - Intervenção Largo do Glicério
Fonte: Arte Cidade.



Imagens 39 e 40 - Intervenção urbana
Fonte: Arte Cidade.

locação dessas unidades, que projetavam-se para fora do edifício, fazem referência a ocupação provisória e inadequada dos moradores de rua.

Nota-se com a proposta o papel importante do arquiteto em trazer como projeto uma intervenção que fosse suporte para a vida na rua e também que evidenciasse a situação desses cidadãos.



Imagens 41 e 42 - Desenhos projetuais - Intervenção urbana
Fonte: Arte Cidade.

5.4. Shelter Home for the Homeless

Arquitetos: Javier Larraz - Larraz Arquitectos

Local: Navarra, Espanha

Ano: 2010

O Shelter Home for the Homeless é um Centro que acolhe a população de rua momentaneamente ou a médio prazo, também oferecendo alimento, enquanto, em troca, os moradores desenvolvem tarefas diárias de limpeza e manutenção. O projeto foi escolhido por trazer um programa que considera as necessidades dos moradores de rua, para um número limitado de indivíduos, de modo que possa ser administrado com eficiência. A proposta traz um volume organizado espacialmente de forma a tornar flexível seu funcionamento, facilitando também a convivência entre os grupos de usuários do local, os que estão de passagem e aqueles que estão abrigados temporariamente.

O seu espaço físico contém 18 quartos duplos para os que estão pernoitando, 9 quartos duplos para os que estão abrigados temporariamente, refeitórios com até 48 assentos, salas de lazer, oficinas de ocupação, sanitários e banheiros, áreas de serviço, administração, recepção e armário.



Imagem 43 e 44 - Shelter Home for the Homeless
Fonte: Larraz Arquitectos, 2010.



Servicio ITINERANTES

- | | |
|-------------|-----------------------|
| 1 Acceso | 8 Comedor |
| 2 Vestibulo | 9 Aseos |
| 3 Ascensor | 10 Estar-comedor |
| 4 Control | 11 Dormitorio mujeres |
| 5 Consigna | 12 Taller mujeres |
| 6 Oficina | 13 Oficio-cocina |
| 7 Escalera | |

Servicio MEDIA ESTANCIA

- | | |
|---------------|------------------|
| 14 Acceso | 18 Instalaciones |
| 15 Estar | 19 Vial |
| 16 Dormitorio | 20 Jardín |
| 17 Aseos | |

Imagem 45 - Planta Térreo
Fonte: Architizer, 2010.



Servicio ITINERANTES

- | | |
|--------------|--------------------|
| 1 Ascensor | 5 Estar-comedor |
| 2 Escalera | 6 Taller |
| 3 Dormitorio | 7 Sala de personal |
| 4 Aseos | 8 Almacén |

Imagem 46 - Planta Primeiro Pavimento
Fonte: Architizer, 2010.

6. PROJETO

*“ [...] porque tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me destes de beber; era forasteiro, e me acolhestes; estava nu, e me vestistes; adoeci, e me visitastes; estava na prisão e fostes ver-me.
(Bíblia Sagrada, Mateus 25. 35-36)*

Fundamentando-se em toda a pesquisa realizada e entendendo as necessidades reais das pessoas que vivem em situação de rua, as propostas apresentadas dividem-se em três vertentes, considerando todos os perfis e modos de vida dos moradores de rua, de modo a incorporar este sujeito urbano na sociedade, evidenciando-o diante dos outros indivíduos urbanos.

Para a escolha do projeto, foi importante considerar as diversas escalas dentro da cidade, a relação com o corpo dos indivíduos moradores de rua, das suas atividades e deslocamentos cotidianos e carências reais, também tendo em vista os diferentes pontos de concentração, a diversidade de perfis e necessidades em cada local de pesquisa. Deste modo, criou-se três propostas em diferentes escalas, adaptando-se às diversas regiões da cidade que são geralmente ocupadas, para abrigo / acolhimento imediato. A primeira proposta apresenta um abrigo portátil, para aqueles que preferem as ruas e possuem o modo de vida de deslocamento frequente, sendo um objeto pensado para o corpo do morador de rua, acompanhando-o conforme as suas necessidades, visando a menor escala. A segunda proposta traz intervenções urbanas para os pontos de concentração de moradores de rua, de modo à subsidiarem sua vivência no espaço público. Sua abrangência é setorial, considerando os bairros onde está situada a população de rua e as atividades frequentes no cotidiano da vida nas ruas. Já a terceira, possui local fixo de implantação e traz como projeto um centro de

acolhimento que seja referência na cidade para pernoite ou abrigo temporário, englobando não só o município, como também regiões circunvizinhas, sendo, deste modo, o projeto de maior escala.

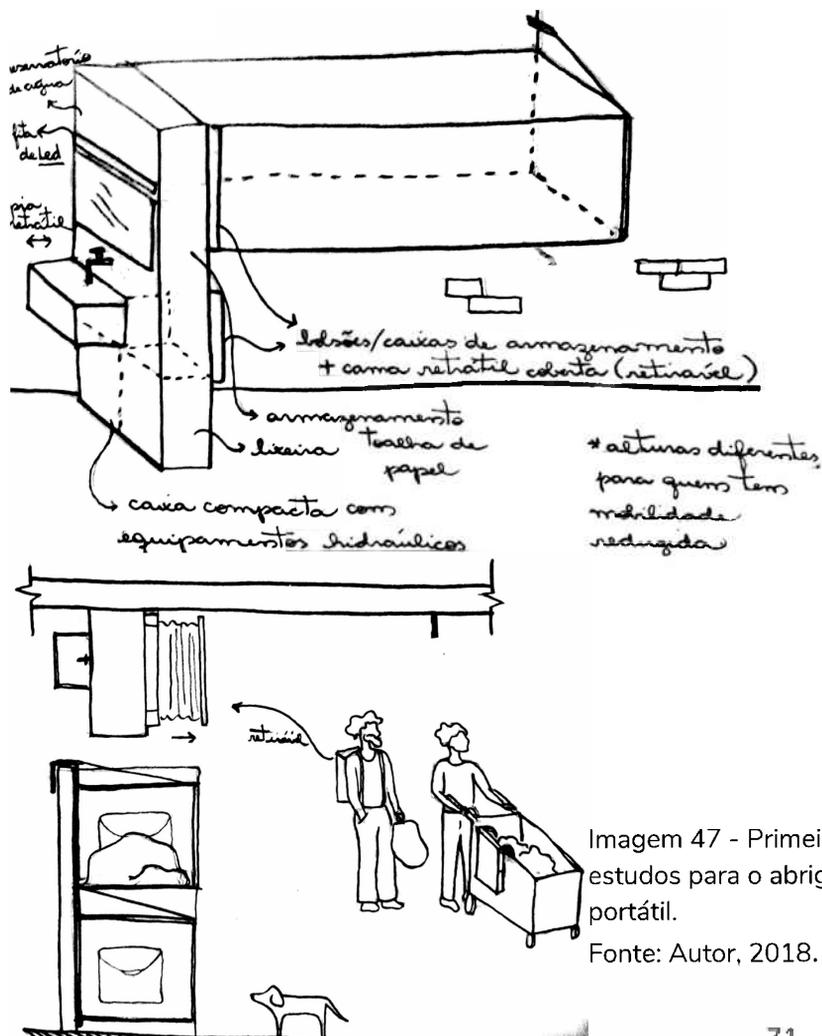


Imagem 47 - Primeiros estudos para o abrigo portátil.

Fonte: Autor, 2018.

6.1. Escala do corpo - Abrigo portátil

O abrigo portátil responde às necessidades dos indivíduos moradores de rua que preferem pernoitar nas ruas a se encaminharem para instituições de abrigo. Também auxilia àqueles que fazem deslocamentos constantes e extensos na realização das atividades cotidianas e busca por recursos de sobrevivência. Ou ainda para aqueles indivíduos que se mudam com frequência, funcionando como uma cama / banco protegida de intempéries. Assim, o abrigo é deslocável, leve, chegando a aproximadamente 4 kg somando tecido e estrutura, com possibilidade de dobra para ser carregado facilmente como uma mochila ou junto aos carrinhos de recolhimento de materiais recicláveis. Também foi feito para ser de fácil instalação e adaptável aos níveis variáveis de piso, tendo pés do tipo “rosca” que possibilita a variação das alturas, sendo que a altura mínima que possui é 5 cm acima do nível do solo / superfície. Este ajuste de altura permite que o equipamento seja utilizado por pessoas com mobilidade reduzida, sem complexidades, além de impedir o contato com o solo, evitando umidade e chuva. Os materiais utilizados para o abrigo portátil são impermeáveis e garantem isolamento térmico, sendo utilizado tecido de nylon resinado como fechamento, na cor laranja, destacando o projeto onde ele for colocado, de modo a evidenciar a situação de rua do indivíduo diante da sociedade.

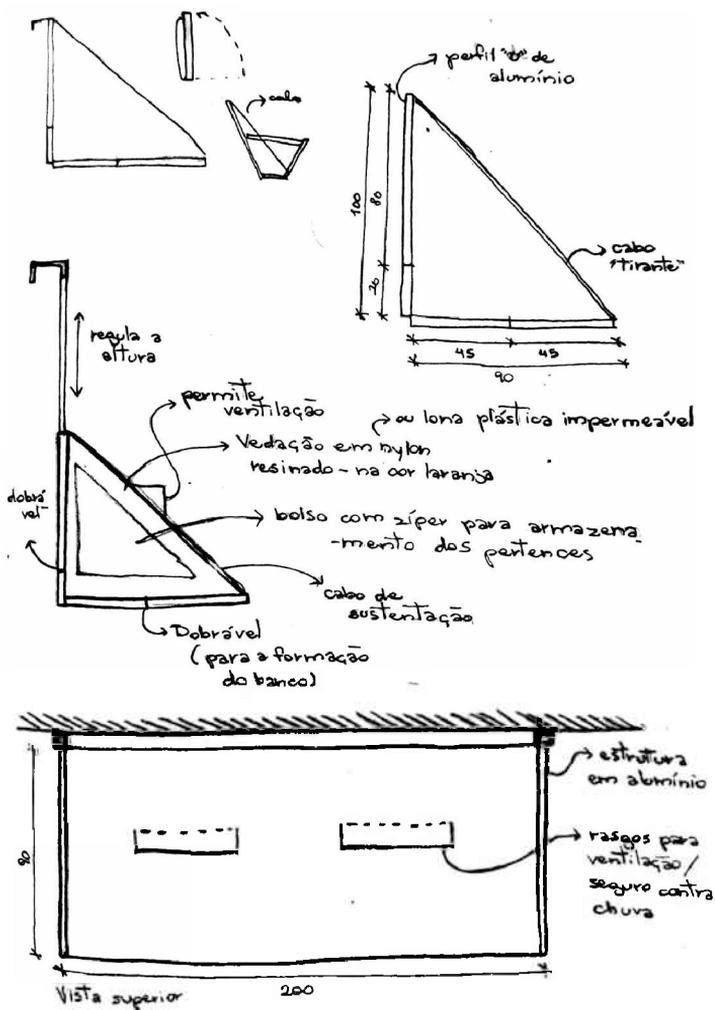


Imagem 48 - Abrigo portátil - Estudos iniciais. Fonte: Autor, 2018.

O equipamento é montado pelo próprio usuário, possuindo uma estrutura semelhante às estruturas de barracas de acampamento. A estrutura principal, que está localizada nas extremidades laterais do abrigo, é formada por 2 barras de duralumínio com perfil tipo “u” ligadas em um ângulo de 90°, formando um triângulo retângulo com uma barra de aço galvanizado tipo mão francesa que faz o travamento da estrutura. Essas estruturas, ao estender o abrigo, são ligadas por dois tubos dobráveis de perfil circular cujo interior é preenchido com uma tira elástica, colocadas na face posterior formando um x, e que montadas, exercem uma tensão contrária que trava a estrutura. O tecido nylon envolve todo o equipamento, incluindo a parte da cama, que recebe também um enrijecimento através de uma rede elástica que ao ser fixada, tensiona e diminui a flexão do tecido. Na face frontal, sob a vedação de nylon resinado (que pode ser retirada), há também uma tela mosquiteiro, para permitir a ventilação do abrigo. A entrada é feita lateralmente, onde uma

das faces do tecido se conecta às outras por um sistema de fixadores auto adesivos (Velcro), que se repete na vedação frontal. Na face oposta, já no interior do abrigo, há uma bolsa embutida no tecido para guardar itens pessoais.

A possibilidade da retirada na camada de vedação dianteira, e de ajuste na altura da cama em relação ao chão, assim como a presença da rede elástica que diminui a flexão do tecido, permite que o abrigo se adapte às necessidades dos moradores de rua, podendo ser usado como um espaço para dormir ou banco para sentar, adequando-se também aos locais onde normalmente vivem, no espaço público.

O duralumínio foi utilizado na estrutura principal visto que é um material muito leve, resistente à corrosão, desgaste e fadiga superficial, formado por uma liga de alumínio e magnésio. Ao ser entregue ao usuário, o abrigo inclui um manual de instruções para a montagem do equipamento. Quando desmontado, a própria rede elástica da cama, funciona como mochila para facilitar o carregamento do item.

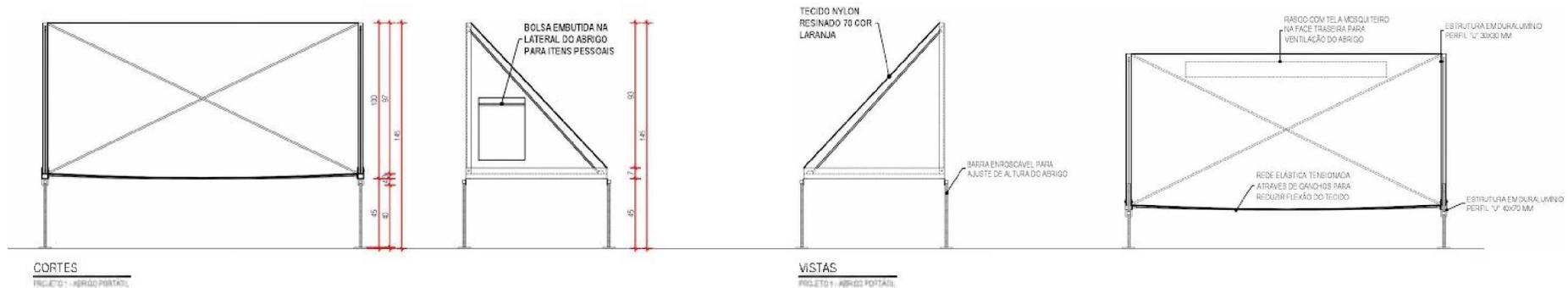






Imagem 50 – Abrigo – Hemocentro
Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor, 2018.



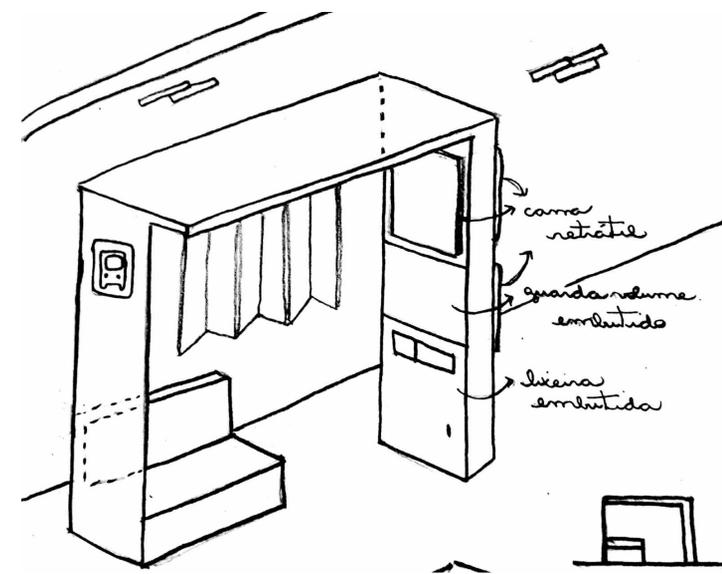
Imagem 51 – Abrigo – Rondon Pacheco
Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor, 2018.

6.2. Escala setorial - Mobiliário urbano: Ponto de ônibus

A segunda proposta tem como ponto de partida o frequente deslocamento e as atividades cotidianas dos indivíduos de rua dentro da cidade de Uberlândia tendo o objetivo de subsidiar seus modos de vida. A ideia é fazer de um mobiliário urbano existente na cidade, um abrigo imediato para os moradores de rua, forçando a convivência deste sujeito urbano com os outros cidadãos.

O mobiliário traz a ideia de uma parada de ônibus, possível de ser colocada em praças e calçadas largas, e que inclui nele um dormitório e uma cabine que pode funcionar como guarda-volumes (cabine 1) ou um box hidráulico (2) para higienização, contendo lavatório, sanitário, espelho, armário, lixeira, chuveiro e reservatório.

O abrigo para parada de ônibus traz um assento para três pessoas, com revestimento em lambris de madeira plástica, coberto e iluminado por fitas de LED embutidas no forro. A face posterior do banco é usada como dormitório, de dimensão 60x60x190cm, que é revestido com uma manta para isolamento térmico e possui fechamento com uma porta de correr de madeira com tela perfurada para permitir a ventilação do interior. O interior também possui iluminação do mesmo tipo. Abaixo do dormitório encontra-se um espaço para guardar pertences, com duas portas de abrir. Anexado ao lado, tem-se a cabine de 110x110, com uma parede de equipamentos compactados, do qual a manutenção é feita por



↳ modular(?)
elemento fixo em praças, etc.

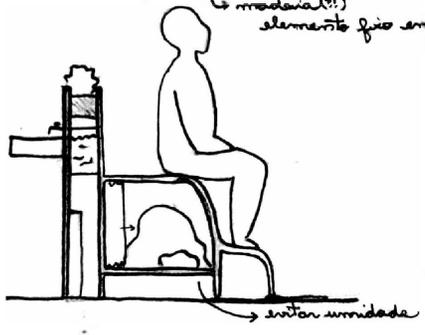


Imagem 52 -
Primeiros estudos
mobiliário urbano.
Fonte: Autor, 2018.

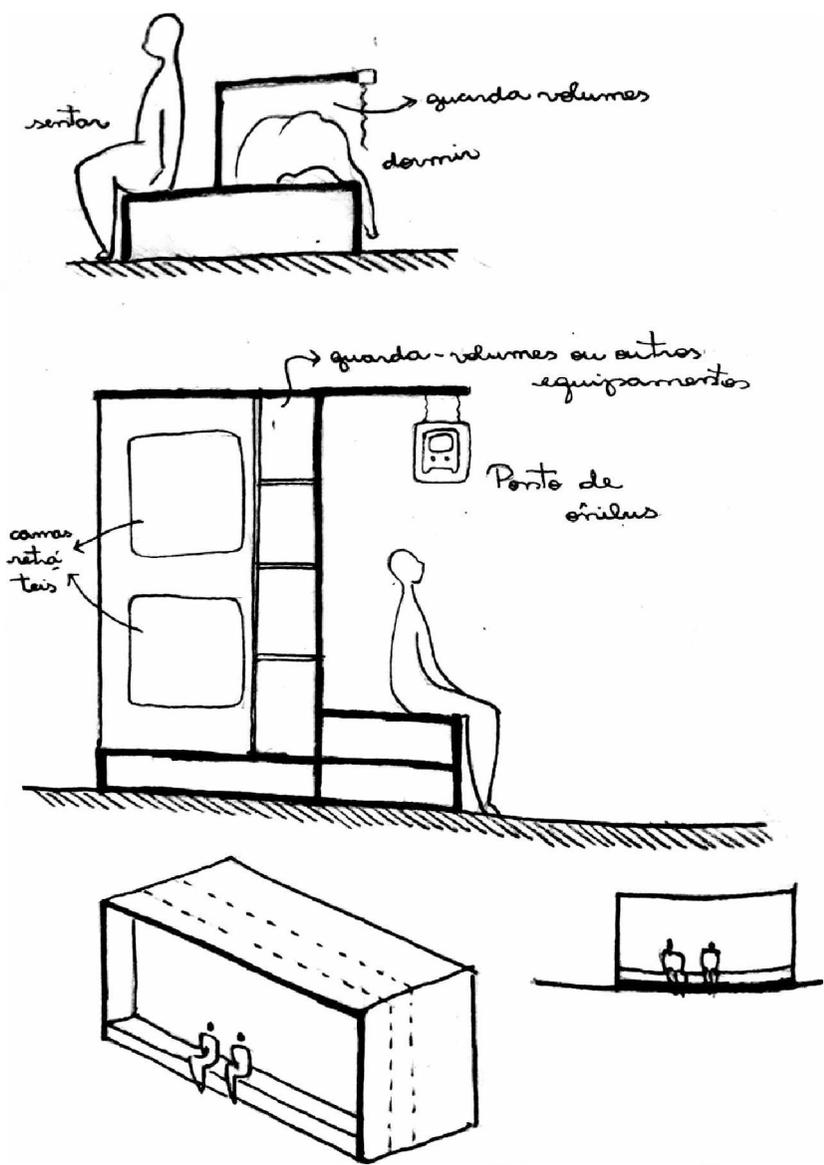


Imagem 53 - Estudos de mobiliário adaptado. Fonte: Autor, 2018.

uma porta externa, na fachada frontal, local também usado como letreiro para mapas das rotas de ônibus e guia de horários. A cabine é fechada por uma porta de madeira plástica tipo sanfonada. O desenho e a forma compactada do mobiliário foram desenvolvidos de modo a minimizar os impactos de atos de vandalismo e as derivações da cabine são usadas conforme as necessidades de cada local. além disso, o módulo existente de assento + dormitório + cabine, podem ser construídos de forma duplicada, ou triplicada, adaptando-se a demanda de cada localidade na cidade, sejam praças de grande dimensão, como a Praça Tubal Vilela, Praça Sérgio Pacheco e a Praça da Bíblia, localizadas na região central, onde há grande demanda de usuários, ou em calçadas em regiões mais periféricas como as proximidades do Hemocentro e o CAMARU.

O equipamento é construído com uma estrutura leve de aço, sistema *steel frame*, e por vedação em placa de OSB reciclado, isopor para isolamento térmico e acústico, manta hidrófuga e revestimento de alumínio composto na cor cinza claro, com acabamento fosco. A parede de equipamentos dentro da cabine é feita em fibra de vidro.

O mobiliário também apresenta em sua cobertura a possibilidade instalação de placas fotovoltaicas para geração de energia utilizada na iluminação e no aquecimento da água do chuveiro, além do reservatório para água quente, no caso de conter a cabine hidráulica. O sistema de abastecimento de água é conectado à rede pública local. A tubulação desce pela

parede de equipamentos e abastece o lavatório e o sanitário, que, além disso, possui um sistema de descarga a vácuo, como o utilizado em aviões, de modo a reduzir o consumo de água, que passa a ser de cerca de 1 litro por descarga. O chuveiro é conectado ao reservatório de água quente localizado na cobertura e possui acionamento temporizado e manual. A cabine possui um piso elevado gradeado que permite a coleta da água do chuveiro, para que o piso não permaneça molhado durante o uso dos outros equipamentos. As tubulações para eliminação de água servida também são conectadas à rede local de esgotamento sanitário, sem necessidade de armazenamento para descarga posterior. Toda a fiação para iluminação do mobiliário está embutida na parede divisória entre a cabine e o abrigo para espera do ônibus. Nesta parede também estão implantadas tomadas para carregamento de celulares. As dimensões do módulo são de 300 x 110 cm e altura de 240 cm, ocupando uma área pequena e tendo a possibilidade de extensão.

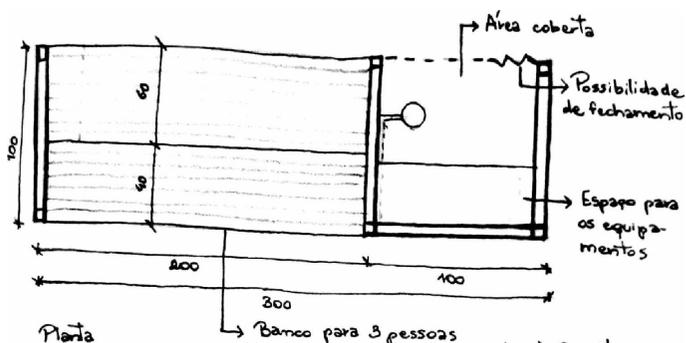


Imagem 54 - Ponto de ônibus - Croqui. Fonte: Autor, 2018.

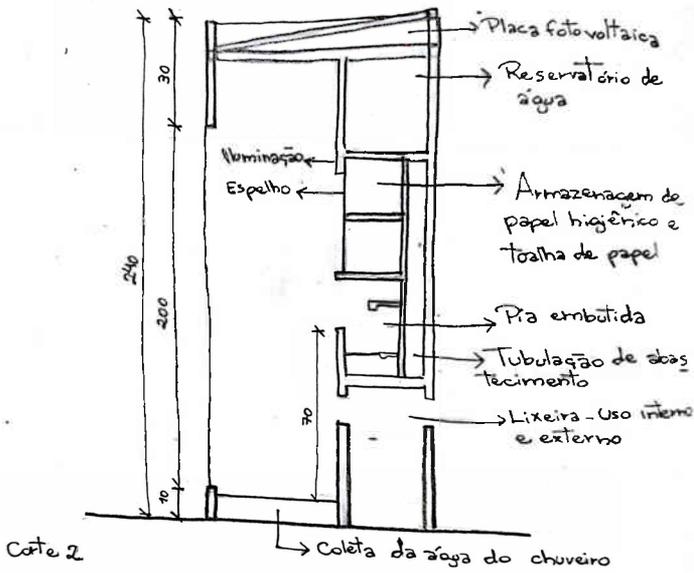
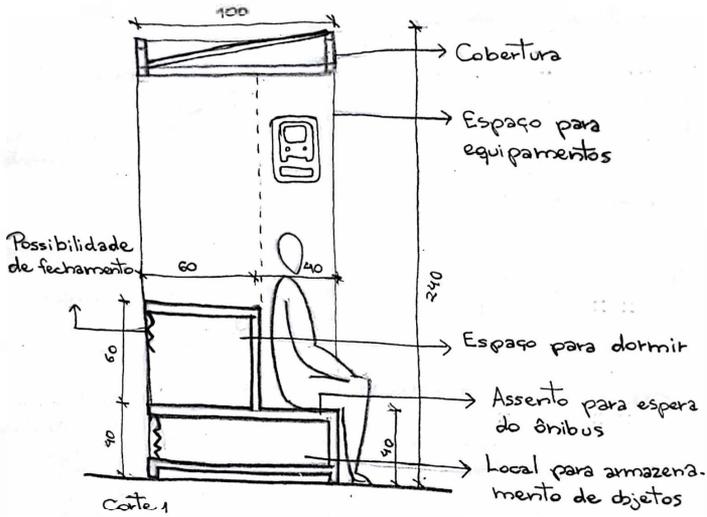
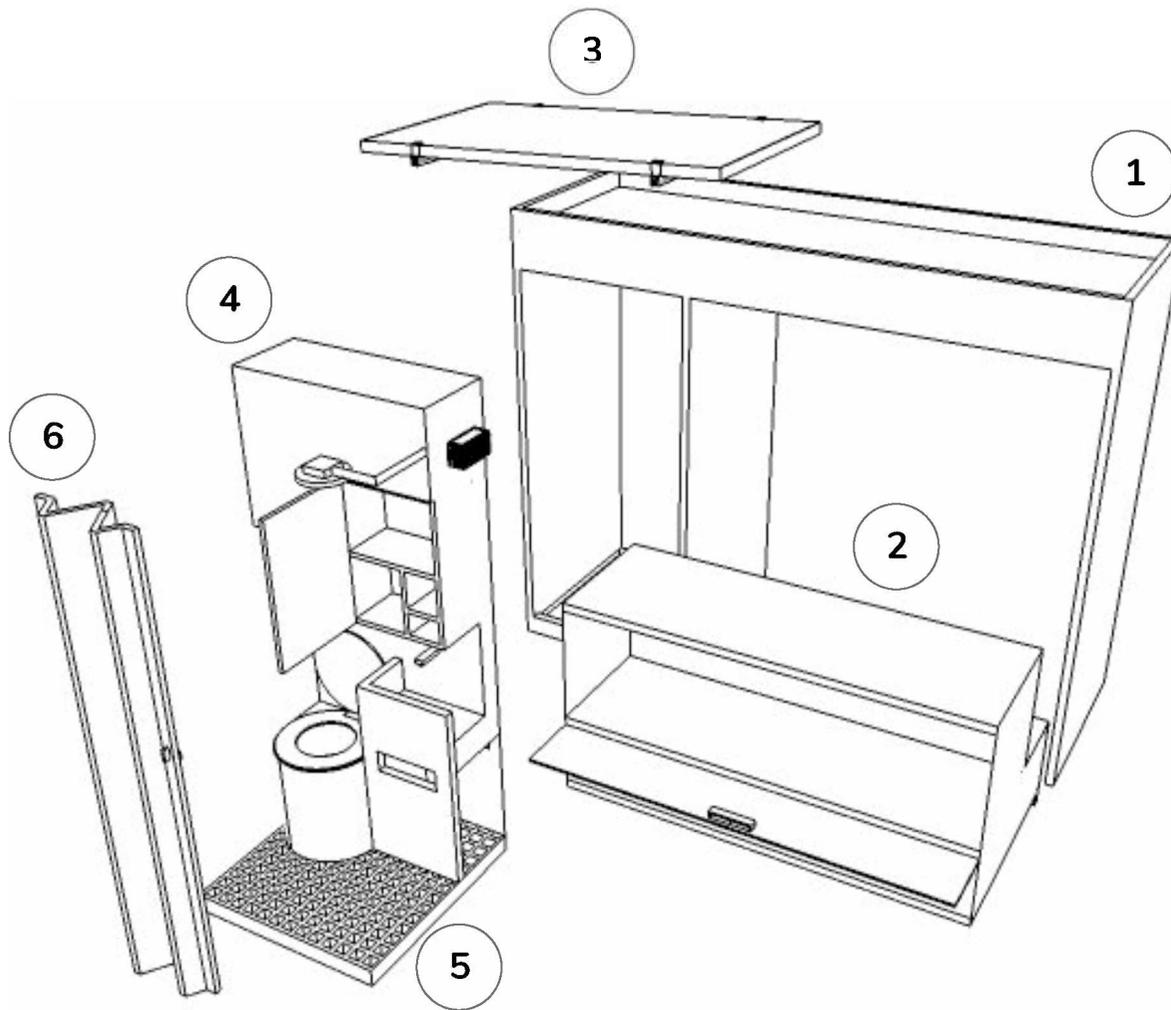
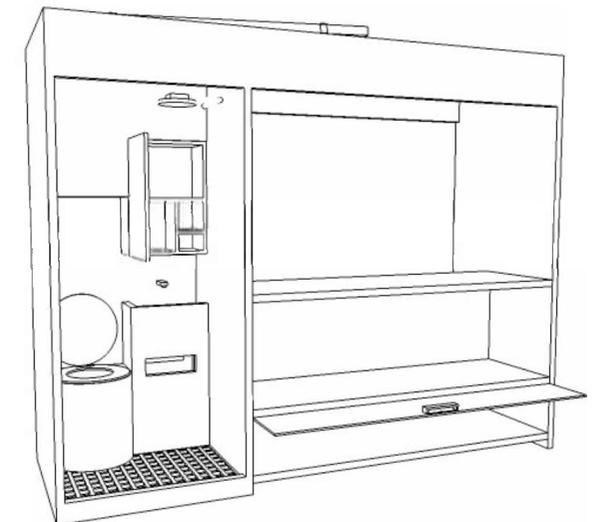


Imagem 55 - Ponto de ônibus - Cortes esquemáticos.

Fonte: Autor, 2018.



- Alternativas para parede da cabine -
Guarda volumes ou equipamentos
hidráulicos.



1 - Fechamento do ponto de ônibus em sistema steel frame com vedação em OSB e revestimento em alumínio composto cor cinza e acabamento fosco

2 - Banco em OSB revestido com madeira plástica e com dormitório e guarda-volumes na parte posterior.

3 - Placa fotovoltaica para aquecimento de água e iluminação

4 - Parede de equipamentos hidráulicos contendo sanitário, chuveiro, lavatório, espelho, lixeira, porta papel e reservatório de água fria.

5 - Piso gradeado para coleta de água do chuveiro

6 - Porta sanfonada em madeira plástica para fechamento da cabine



Imagem 57 – Ponto de ônibus - Camaru
Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor, 2018.

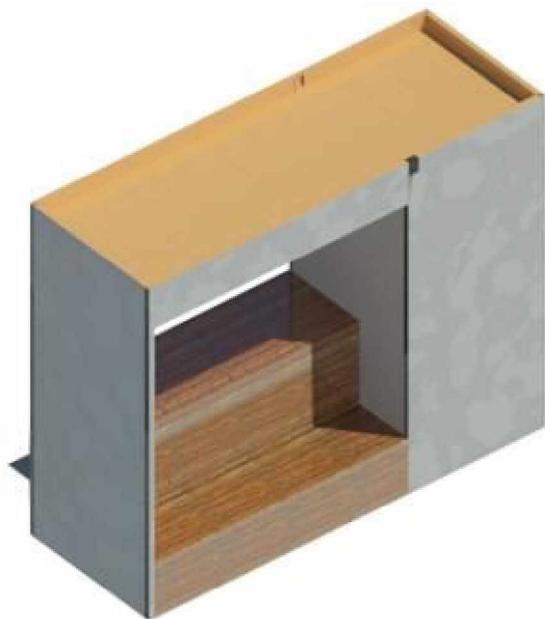


Imagem 58 - Perspectivas. Fonte: Autor, 2019.



Imagem 59 – Ponto de ônibus – Praça Tubal Vilela
Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor, 2018.

6.3. Centro de Referência e Acolhimento para pessoas em situação de rua

A terceira proposta tem como foco toda a cidade e proximidades, visando o atendimento imediato e acolhimento para as pessoas em situação de rua, sendo implantado na área central de Uberlândia, num terreno próximo ao Terminal Rodoviário Presidente Castelo Branco, região onde há a maior concentração de moradores de rua da cidade, muitos deles sendo recém-deslocados, que são o grupo que mais procuram instituições de assistência. Nesta área também se encontra o atual Centro de Referência para a População em Situação de Rua - Centro POP. Observando as necessidades do local e a situação do Centro POP, a proposta é criar um real Centro de Referência e Acolhimento na cidade, que, vinculado ao município, estará implantado em uma área subutilizada para acolher das mais diversas formas a população de rua.

Este Centro, então, se encontraria próximo aos locais de adensamento de moradores de rua, contemplando, além do abrigo, espaços de higienização e alimentação de acesso livre, e espaços para realização de atividades para aqueles que querem mudar a situação em que estão ou mesmo para atividades de recreação e lazer. Também propõe a integração com o entorno imediato, fazendo uma conexão e continuação da Praça da Bíblia, através da forma do edifício, que possui a entrada principal para um amplo espaço aberto e coberto de convivência e alimentação ligado a uma área livre com jardins

e horta, e da materialidade, que se assemelha ao da Praça da Bíblia, quanto ao piso, convidando os transeuntes a encaminharem para o interior do edifício.

O Centro de acolhimento foi projetado para acolher de 80 a 95 pessoas incluindo 50 homens, 10 mulheres, 5 pessoas debilitadas, como por exemplo pessoas muito idosas ou mulheres grávidas; 10 pessoas de forma permanente e 5 famílias de 3 a 4 pessoas, contendo ainda um refeitório para até 100 pessoas e cozinha com espaço e capacidade para a preparação de cerca de 150 refeições por período.

6.3.1. Área de projeto

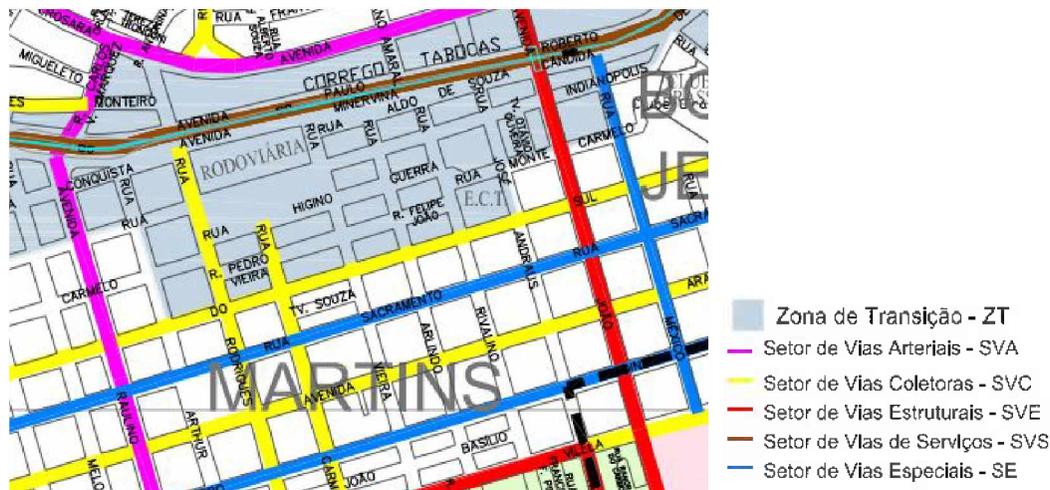
a. Terreno, Legislação e Índices Urbanísticos



Mapa 6 - Localização do terreno em Uberlândia.

Fonte: Google Maps, 2018.

O terreno escolhido está localizado em uma esquina entre a Rua Vieira Gonçalves e a Rua Higino Guerra, no bairro Martins, em frente à Praça da Bíblia, possuindo uma área de 2000m². Encontra-se numa área de transição, envolto por ruas locais de médio fluxo, onde é permitido a construção de equipamentos comunitários de uso local. A taxa de ocupação (TA) do terreno é de 60%, isto é, 1200m²; o coeficiente de aproveitamento (CA) é de 2,75, podendo assim, construir uma área total de 5500m². Com a taxa de ocupação de 1200 m² pode-se construir até 4 pavimentos. Acima de quatro, utiliza-se a TA = 40%, podendo construir até 7 pavimentos. O recuo frontal deve ser maior que 3m e recuos laterais e de fundo maior que 1,5 metros.



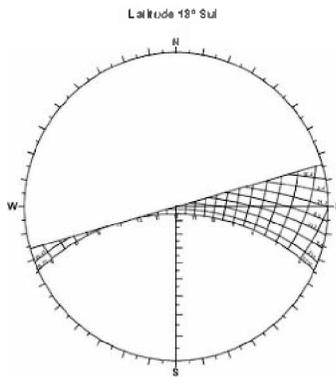
Mapa 7 - Zoneamento e sistema viário do entorno do terreno.

Fonte: Uberlândia, 2015.

Usos / Zona	ZI
H1 - Habitação Unifamiliar	A
H2h - Habitação Multifamiliar Horizontal	A
H2v - Habitação Multifamiliar Vertical	A
H3 - Habitação de Interesse Social	A
C1 - Comércio Varejista Local	A
C2 - Comércio Varejista Diversificado	A
C3P - Comércio Especial e/ou Atacadista de Pequeno Porte	A
C3M - Comércio Especial e/ou Atacadista de Médio Porte	A
C3G - Comércio Especial e/ou Atacadista de Grande Porte	A
C4-I - Comércio Atacadista Especial I	A
C4-II - Comércio Atacadista Especial II	P
S1 - Serviço Local	A
S2 - Serviço Diversificado	A
S3 - Serviço Especial	A
E1 - Equipamento Social e Comunitário - Local	A
E2 - Equipamento Social e Comunitário - Geral	A
E3-I - Equipamento Social e Comunitário - Especial I	A
E3-II - Equipamento Social e Comunitário - Especial II	P
I1 - Indústria de Pequeno Porte	A
I2 - Indústria de Médio Porte	A
I3 - Indústria de Grande Porte	P
M - Misto*	A

Tabela 2 - Adequação dos usos. Fonte: Uberlândia, 2015

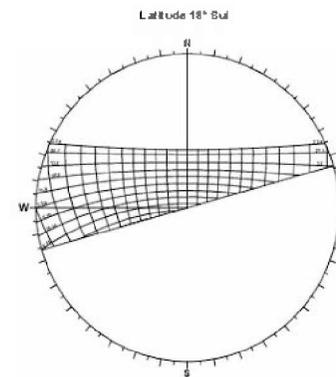
d. Insolação



Sudeste - Rua Higino Guerra

A insolação direta acontece predominantemente no período da manhã, sendo uma fachada adequada para implantação de ambientes ao ar livre ou que necessitam de iluminação durante o dia. No verão, a fachada também recebe irradiação no final da tarde, entre 16h e 18h30.

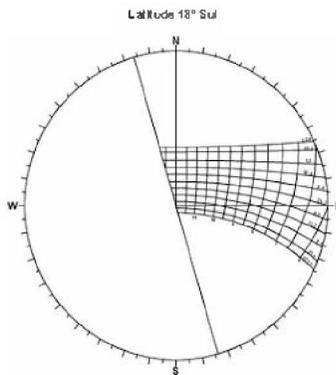
Solstício de verão - 5h30 às 13h e 16h às 18h30
Solstício de inverno - não recebe insolação direta
Equinócios - 6h às 9h



Noroeste - Rua Indianópolis

Recebe insolação direta praticamente o dia todo nas épocas de outono, inverno e primavera. Por isso deve atentar para os usos localizados nesta fachada, assim como a adoção de elementos de proteção solar.

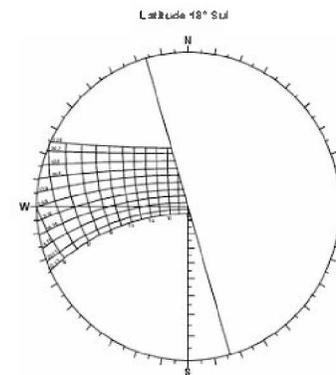
Solstício de verão - 14h às 16h
Solstício de inverno - 6h30 às 17h30
Equinócios - 9h às 18h



Nordeste - Rua Arlindo Teixeira

A fachada recebe insolação direta durante todo o ano somente no período da manhã, sendo propícia para a locação de ambientes com grandes aberturas para iluminação e áreas descobertas.

Solstício de verão - 5h30 às 12h
Solstício de inverno - 6h30 às 13h
Equinócios - 6h às 12h30



Sudoeste - Rua Vieira Gonçalves

A insolação direta acontece durante o ano todo no período da tarde. Por isso, é importante atentar para propostas de proteção solar nesta fachada, visto que é uma fachada problemática.

Solstício de verão - 12h às 18h30
Solstício de inverno - 12h4 às 17h30
Equinócios - 12h30 às 18h30

e. Ventilação

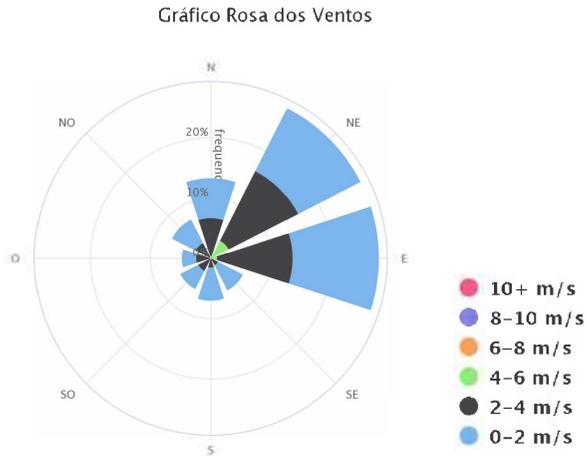


Imagem 60 - Ventilação de Uberlândia.

Fonte: PROJETEEE, 2017.

O vento predominante em Uberlândia origina da direção nordeste / leste e velocidade variando entre 2 a 4 m/s predominantemente, conforme o gráfico apresentado. Uma questão a atentar-se é o direcionamento da chuva, que segue o caminho do vento. Com base nas informações, deve-se prever aberturas que auxiliam na circulação do vento no interior do edifício, como também propor elementos que permitam proteger das águas pluviais, como beirais e varandas.

f. Topografia



Mapa 10 - Topografia.

Fonte: Uberlândia, 2015, adaptado pelo autor, 2018.

O terreno escolhido para a implantação do Centro de Referência e Acolhimento se encontra na esquina entre as ruas Higino Guerra e Vieira Gonçalves, ruas de mão única e fluxo médio, devido à proximidade com a Rodoviária. O terreno possui 2000 m² e possui desnível de 1,50 m de um extremo ao outro, tendo como referência a fachada da Rua Vieira Gonçalves.

6.3.3. Programa

O programa enquadra as áreas e ambientes vistos como necessidades básicas, a partir das pesquisas realizadas. Ele foi desenvolvido de modo que possa atender de 80 a 95 abrigados. A escolha desse número tem como base a quantidade de pessoas que é possível atender de forma eficiente, como visto nas referências de Centros de acolhimento que funcionam ou não. Além disso, o uso dos banheiros e vestiários e do refeitório, se estende para as pessoas que quiserem continuar a pernoitar na rua.

Para a elaboração do projeto, notou-se a importância de manter a conexão com o espaço público da cidade, para não interferir radicalmente nos modos de vida dos abrigados, fazendo com que o edifício tenha o térreo acessado livremente, como uma praça que se integra a Praça da Bíblia. Desta área tem-se acesso aos banheiros e vestiários masculinos e femininos e lavatório de uso público, além do refeitório e biblioteca, com área de informática e telefonia, todos de livre acesso, de modo a promover uma integração com a comunidade local, tornando visível a participação da população de rua na sociedade. O acesso livre é importante para aqueles que precisam realizar as atividades de higienização e alimentação mas não irão pernoitar no lugar.

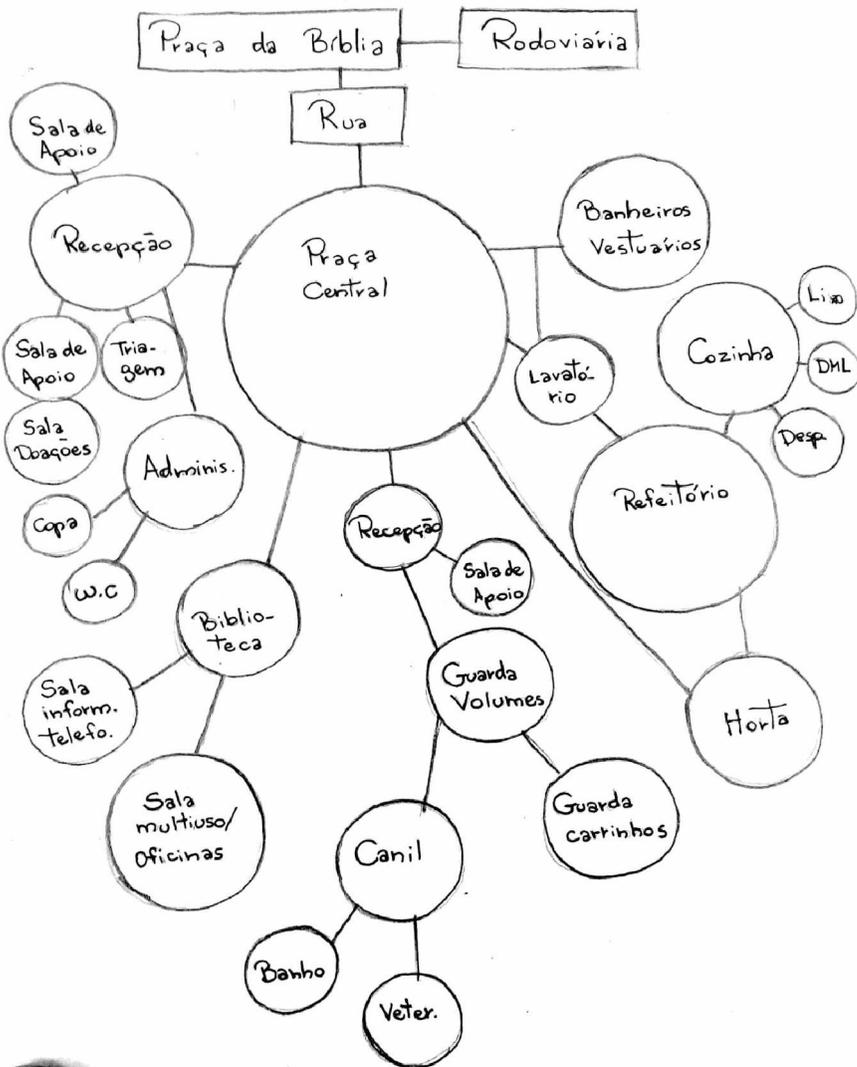


Imagem 61 - Esquema - Organização espacial por áreas.

Fonte: Autor, 2018

O refeitório é aberto e ocupa uma área coberta de 113m², fornecendo espaço para cerca de 100 pessoas se alimentarem. Junto a este ambiente há uma cozinha de apoio para preparação das refeições do Centro e para subsidiar as diversas organizações que oferecem alimento durante a semana, funcionando como espaço de distribuição e de preparo, conforme a necessidade de cada grupo. Próximo ao espaço, há uma horta comunitária, mantida pelos abrigados no local, para consumo próprio e também para a venda e consequente geração de renda.

No projeto propõe-se uma sala multiuso para realização de oficinas e atividades diárias como artesanato, pintura, etc., para oferecer alternativas aos moradores de rua de reinserção no mercado de trabalho. Também um espaço para a triagem dos materiais recicláveis recolhidos pelos catadores e encaminhamento para instituições que recolhem e compram, auxiliando-os e proporcionando a geração de renda no local, com acesso próximo para carga e descarga dos materiais. Próximo a esta área, necessita-se de um espaço para o armazenamento de bagagens, carrinhos de coleta de materiais, entre outros pertences dos abrigados, mantendo-os seguros num local ventilado e protegido de intempéries, de modo a evitar a proliferação de doenças e pragas. Junto com um canil, com divisórias entre os animais e área gramada para abrigo dos animais de estimação, com sala de banho para higienização e veterinário para tratamento dos que estão doentes, fornecendo assim um serviço de utilidade

pública. Há no projeto um dormitório próximo ao terraço jardins para possibilitar aos donos dormir junto aos seus animais, quando for necessário.

A administração do Centro de Acolhimento está próxima a entrada do edifício. Esta parte apresenta uma área de espera, junto à recepção, cuja responsabilidade é efetuar o cadastro do morador de rua que será abrigado. Ao lado está a sala de triagem, para conversar e conhecer o indivíduo acolhido. A diretoria do Centro de Referência atual da cidade passaria da Praça da Bíblia para este novo Centro, sendo acomodados nesta ala do edifício. Próximo a esses ambientes também existe as salas especializadas de atendimento aos abrigados contendo sala de atendimento psicológico, odontológico, salão de cabeleireiro, loja de roupas e sala de donativos para recebimento de doações, que são distribuídas conforme sua categoria (alimentos são encaminhados para a dispensa, cobertores para a área de serviços, livros para biblioteca, etc). As roupas recebidas são organizadas e encaminhadas para a loja, onde são colocadas de forma que ofereça aos usuários a possibilidade de escolher as próprias roupas, conforme suas preferências, tamanhos adequados, etc., tendo como referência organizações que realizam este tipo de ação, como por exemplo um projeto iniciado em 2014 na África do Sul, intitulado “The Street Store”, idealizado pela ONG de mesmo nome. O projeto já teve edições realizadas em Uberlândia.



Imagens 62 - Street Store. Fonte: The Street Store.

Para a higienização das roupas, os abrigados tem acesso a uma lavanderia coletiva, onde cada usuário lava suas próprias roupas. Ao lado da cozinha há outra lavanderia de acesso restrito aos funcionários, para a lavagem e armazenagem de roupas de camas, cobertores, toalhas de banho do Centro de Acolhimento.

O primeiro pavimento contém as alas dos dormitórios de pernoite e é acessado restringindo-se aos acolhidos. A ala dos dormitórios masculinos, que possui o maior número de dormitórios, é separada da área que abriga as mulheres, famílias e pessoas debilitadas, sendo que ambas as alas terão acesso aos banheiros, conforme o sexo. Na ala masculina, os 11 dormitórios terão de 4 a 5 leitos em cada. Esses dormitórios estão conectados a uma grande terraço jardim, onde há a possibilidade de pessoas que desenvolveram fobias

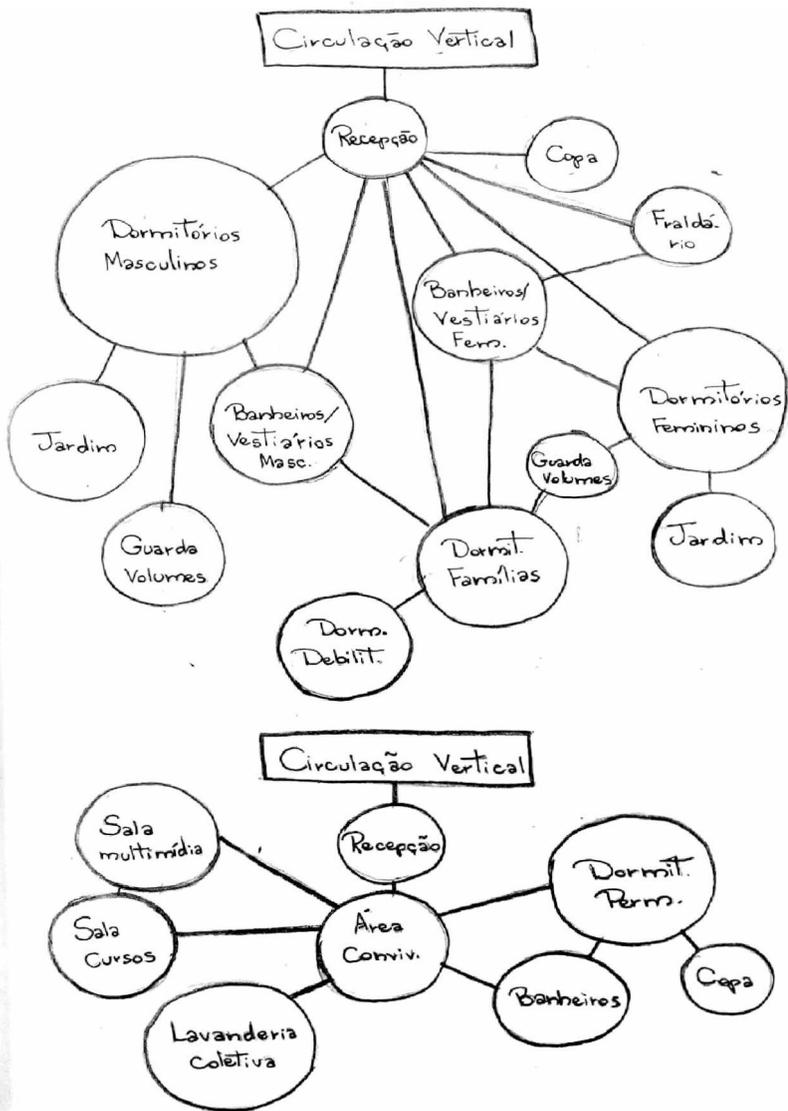


Imagem 63 - Organização espacial por áreas. Fonte: Autor, 2018.

de lugares fechados ou daqueles que preferem dormir ao relento, pernoitar ali também, de forma segura.

Na outra ala do pavimento estão locados 5 quartos individuais para famílias, um quarto com espaço para 5 leitos, para pessoas debilitadas e 2 quartos para abrigarem 10 mulheres, todos tendo acesso aos sanitários, vestiários e lavatórios, além de uma copa e um fraldário, para o caso da presença de crianças muito pequenas. Nesta ala também há salas de estudos para uso dos acolhidos e duas salas de cursos, que podem estar vinculados a instituições de assistência, como a ICASU, de modo a oferecer oportunidades para aqueles que querem reingressar no mercado de trabalho, isto é, obter emprego formal fixo.

O último pavimento se restringe aos acolhidos de forma permanente. Nesta parte há 10 quartos individuais, sendo 6 com varandas, além de banheiro comum, copa e uma sala multimídia para lazer dos usuários fixos, contendo espaço para assistir televisão, e realizar jogos, de modo a criar um ambiente acolhedor e que incentiva relacionamento com outros usuários. Desta área tem-se acesso a um pequeno terraço jardim.

6.3.3. Projeto

O projeto está implantado em um terreno de esquina delimitado em suas fachadas Sudoeste e Sudeste por ruas asfaltadas, de médio fluxo. A edificação se desenvolve a partir

de uma continuação da praça que existe em frente ao terreno, buscando construir os blocos em torno dessa área livre de convivência. O formato do terreno foi escolhido dentro a área total livre de modo a considerar as ocupações já existentes ali dos moradores de rua, além de prever a possibilidade de ampliação do Centro.

A edificação ocupa cerca de 56% da área do lote, possuindo um recuo frontal de 4,20 metros, com a presença de áreas verdes. Possui três acessos, sendo um, na fachada sudoeste para serviços e carga e descarga e um na fachada sudeste com acesso à praça interna e ao galpão de triagem de materiais recicláveis, além do acesso principal. O acesso principal está na fachada sudoeste e encaminha até uma grande área central coberta que funciona como uma praça de alimentação e convivência. Os blocos, dispostos em volta desta área, considera a topografia do terreno, sendo implantados com até 1 metro de desnível entre eles, ligados por rampas e escadas.

Quanto a insolação, a fachada sudeste se mantém sombreada durante a maior parte do ano, por isto, nesta foram previstas grandes aberturas, algumas sendo totalmente de vidro, para também permitir a visibilidade do interior de alguns ambientes de acesso público e da praça interna. Já a fachada Noroeste recebe sol o dia todo a maior parte do ano de modo que nela há a presença de dormitórios com varandas e outros com um brise fixo vertical para proteção solar. Esses

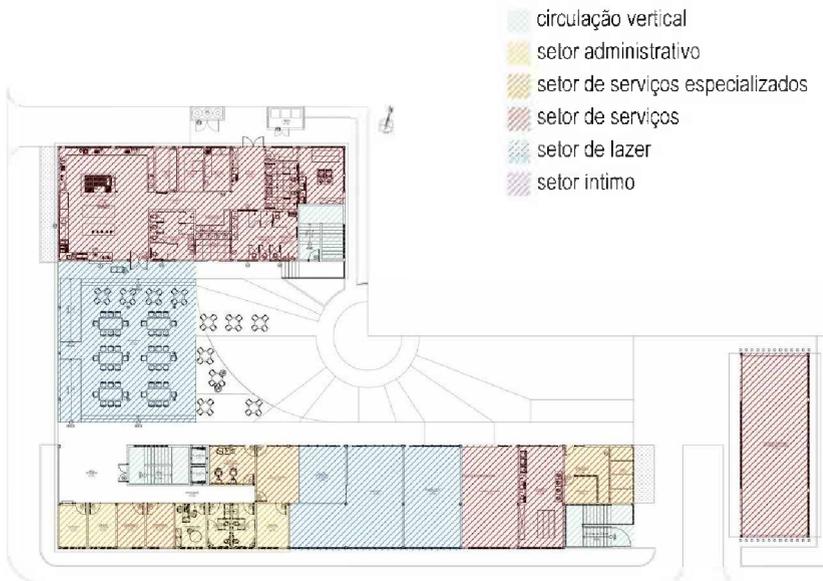


Imagem 65 - Estudos para 2º pavimento.

Fonte: Autor, 2019.

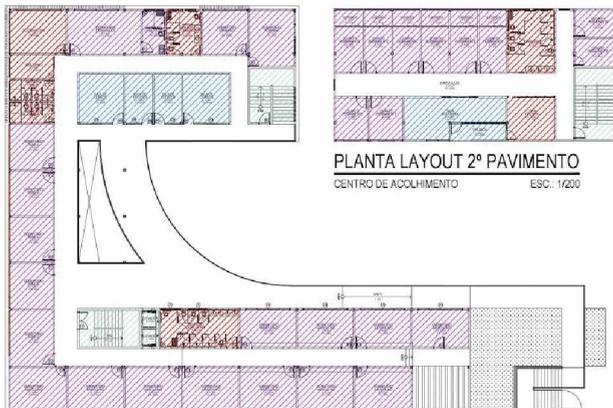
brises se repetem na fachada principal que recebe sol no período da tarde.

A circulação externa acontece de forma linear do início ao fim do terreno, com poucos desníveis. Na praça central a circulação se desenvolve convergindo a uma área de hortas, que são mantidas pelos próprios abrigados para consumo e venda. A circulação horizontal continua linear no interior dos blocos apresentando três acessos verticais, sendo duas escadas enclausuradas conforme normas do Corpo de Bombeiros, e uma escada externa que dá acesso ao terraço jardim existente. Os ambientes acompanham a linearidade da circulação existente.



PLANTA LAYOUT TÉRREO

CENTRO DE ACOULHIMENTO ESC. 1/230



PLANTA LAYOUT 2º PAVIMENTO

CENTRO DE ACOULHIMENTO ESC. 1/220

PLANTA LAYOUT 1º PAVIMENTO

CENTRO DE ACOULHIMENTO ESC. 1/220

Imagem 66 - Setorização Fonte: Autor, 2019.

No pavimento térreo foram implantados dois blocos, além do galpão de triagem. No bloco localizado na fachada de maior dimensão estão concentrados os setores de administração do Centro de Acolhimento, de atendimento especializado aos abrigados e o setor de uso comum público. O outro bloco, neste pavimento abriga o setores de serviços. Já nos pavimentos superiores o uso é somente para os acolhidos, seja de forma temporária ou permanente.

O primeiro pavimento possui os dormitórios de pernoite, diferenciando-se entre homens, mulheres, famílias e pessoas debilitadas e dispostos em torno de uma área de convivência. Este piso possui um vão coberto um pavimento acima por uma estrutura envidraçada, que permite a visibilidade da forma e dos pavimentos do edifício desde o térreo, buscando uma sensação de alongamento do pé direito. A organização dos espaços é bem delimitada e os acessos se tornam mais restritos a cada pavimento, sendo o último para acesso dos acolhidos de forma permanente. A maioria dos dormitórios possuem aberturas para as fachadas do edifício, sendo que, apenas quatro quartos possuem aberturas voltadas para a praça interior, no primeiro pavimento.

Quanto à volumetria, o edifício trabalha com um jogo de volumes sendo que, cada pavimento possui um formato diferente que se alinha através da estrutura, embora segue a mesma identidade visual através da materialidade. A circulação vertical é marcada dentro dessa construção através de dois volumes rígidos retangulares que avançam da

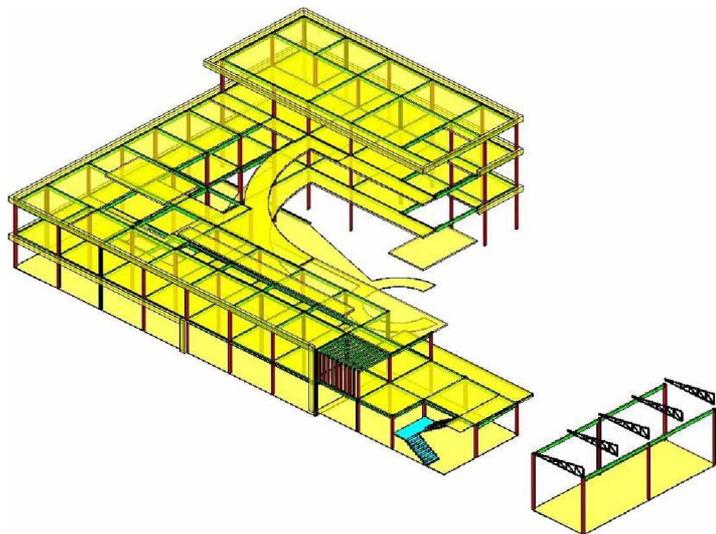
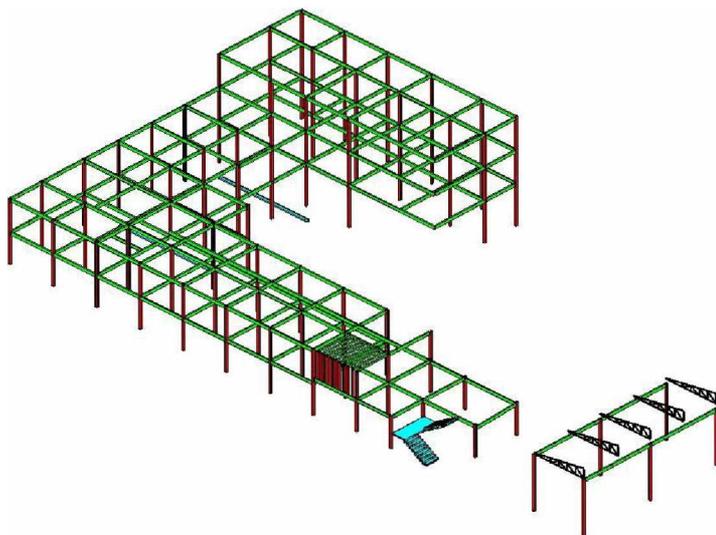


Imagens 67 - 69 - Volumetria Fonte: Autor, 2019.

cobertura e possui materialidade diferente das vedações das fachadas. Os pavimentos são marcados por linhas horizontais que seguem as fachadas acompanhando os pisos possibilitando trabalhar de forma diversificada com os planos de cada andar. Essas linhas também marcam a separação dos diferentes tipos de esquadrias no projeto.

As fachadas se assemelham pela materialidade e estão ligadas através das linhas horizontais que marcam o volume. A diferenciação entre elas se dá pelo formato e tratamento das esquadrias, cujas cores marcam o tipo de função do ambiente. Esquadrias de cor cinza estão presente nos ambientes de serviço, administração e comuns, esquadrias de cor laranja marcam os dormitórios masculinos de pernoite e permanentes. E esquadrias de cor amarela marcam os dormitórios de famílias, mulheres e pessoas debilitadas.

A estrutura da edificação segue o sistema tradicional de viga e pilar, com estrutura metálica, sendo vigas perfil “I” com $h = 30\text{cm}$ e pilares perfil “H” de $20 \times 20\text{ cm}$, envelopado por chapa metálica e revestimento nas fachadas externas com painel de madeira, além da laje *steel deck* de 15 centímetros de espessura. O vão no primeiro pavimento é contornado por uma viga em concreto maciço conectada ao restante da estrutura metálica.



Imagens 70 - 71 - Concepção estrutural. Fonte: Autor, 2019.

O edifício recebe vedação seca com paredes em drywall de 12 cm com isolamento acústico e 14cm para paredes hidráulicas. A circulação vertical é construída com paredes estruturais de concreto aparente, material que também aparece nas linhas da fachada, onde placas cimentícias são utilizadas para marcação dos andares. A vedação externa recebe revestimento em painéis de madeira, procurando trazer a sensação de um ambiente acolhedor e familiar. As esquadrias dos dormitórios possuem os mesmos tipos de painéis em quatro folhas sanfonadas que se abrem expondo as cores das esquadrias. A maior parte das esquadrias são de abrir, porém não seguem um padrão, variando em suas dimensões, em material de metal e vidro.

A cobertura da edificação é em telha metálica tipo sanduíche oculta por platibanda. No bloco da fachada sudoeste há também uma espécie de clarabóia que, através da iluminação zenital feita por grandes aberturas, auxiliam na iluminação natural e conforto térmico dos dormitórios masculinos.



Imagem 72 - Fachada Sudeste com claraboia. Fonte: Autor, 2019.

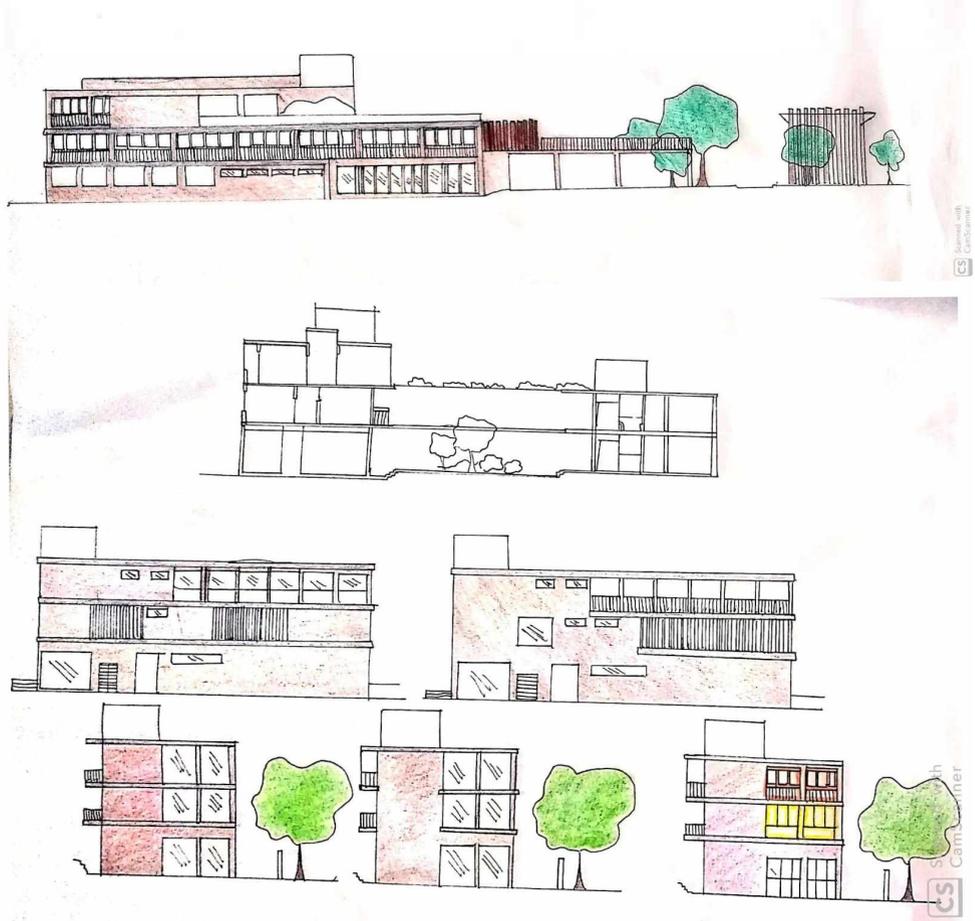
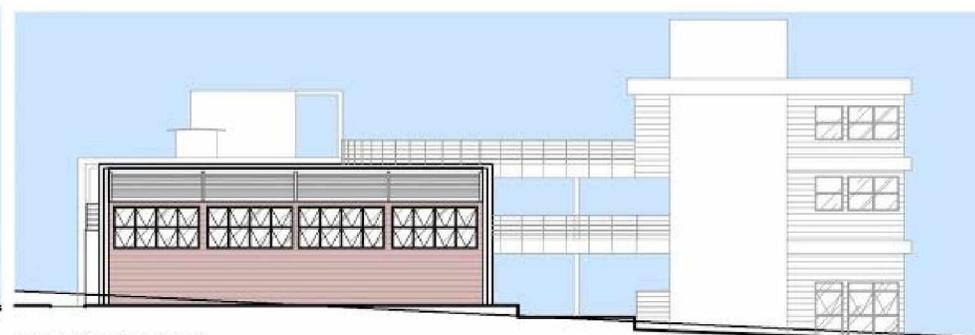


Imagem 73 - Estudos de volumetria e fachadas.
Fonte: Autor, 2019.



FACHADA 1 SUDOESTE



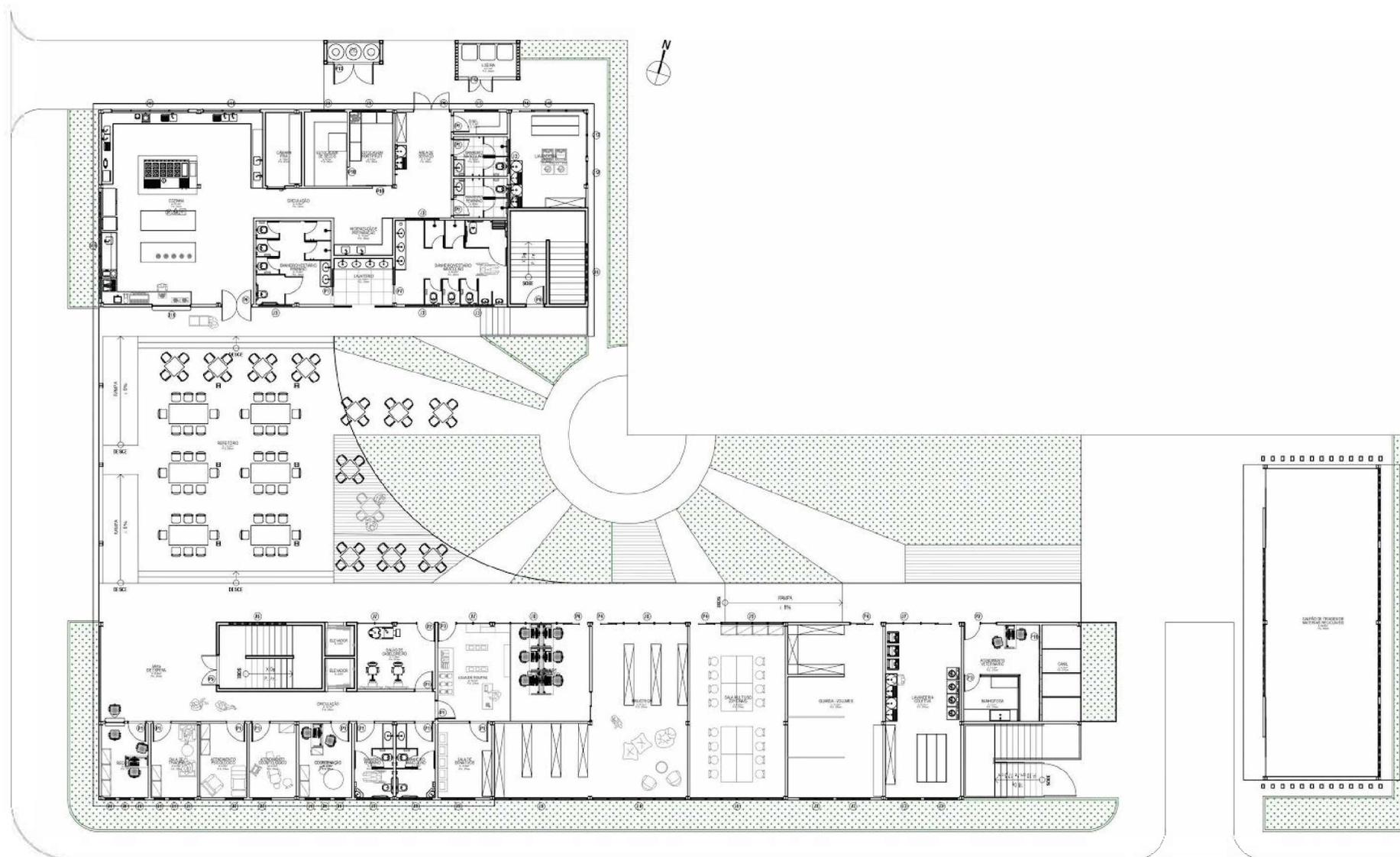
FACHADA 3 NORDESTE
CENTRO DE ACOLHIMENTO ESC. 1125



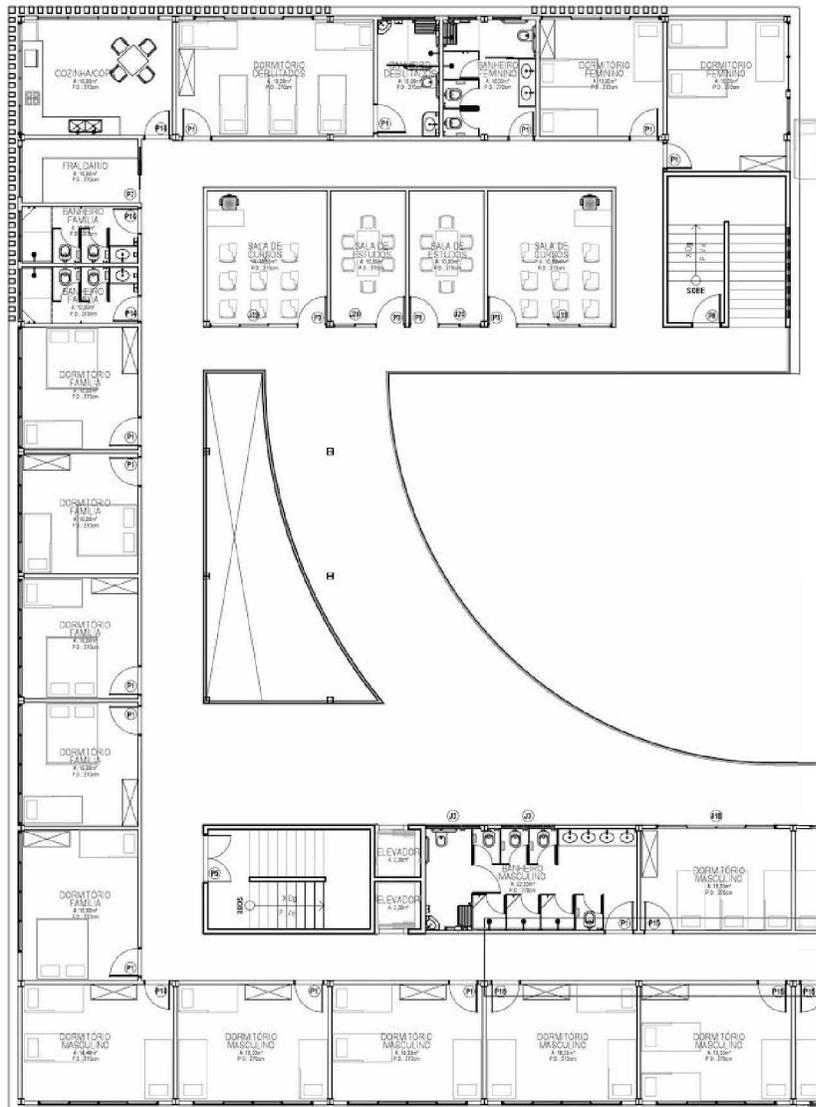
FACHADA 2 SUDOESTE
CENTRO DE ACOLHIMENTO ESC. 1125



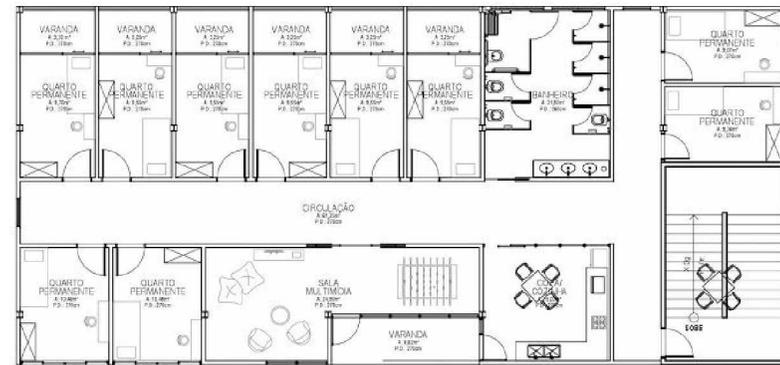
FACHADA 4 NOROESTE
CENTRO DE ACOLHIMENTO ESC. 1125



PLANTA LAYOUT TÉRREO
 CENTRO DE ACOLHIMENTO ESC.: 1/200



PLANTA LAYOUT 1º PAVIMENTO
CENTRO DE ACOLHIMENTO ESC.: 1/200



PLANTA LAYOUT 2º PAVIMENTO
CENTRO DE ACOLHIMENTO ESC.: 1/200

Pré - Dimensionamento - Áreas do Programa

SETOR ADMINISTRATIVO		
AMBIENTE	QTD.	ÁREA T.
Área de Espera	1	20 m ²
Recepção Entrada	1	15 m ²
Administração/ Coord.	1	30 m ³
Almoxarifado	1	10 m ²
Banheiro / Vestiário	2	30 m ²
Copa	1	30 m ²
Banheiro funcionários	2	6 m ²
Sala de Triagem	1	15m ²
Recepção dormitórios	2	20 m ²

SETOR DE LAZER		
AMBIENTE	QTD.	ÁREA T.
Biblioteca	1	40 m ²
Sala de informática e telefonia	1	20 m ²
Sala multiuso	1	60 m ³
Sala multimídia	1	50 m ²
Salas de cursos	2	40m ²

SETOR DE APOIO / SAÚDE		
AMBIENTE	QTD.	ÁREA T.
Sala de Donativos	1	15 m ²
Loja	1	20 m ²
Sala de apoio a programas ocasionais	1	25 m ³
Sala atend. psicológico	1	20 m ²

SETOR ÍNTIMO		
AMBIENTE	QTD.	ÁREA T.
Dormitório Masculino	11	150 m ²
Dormitório Feminino	3	50 m ²
Dormitório Famílias	5	75 m ³
Dormitório Debilitados	1	30 m ²
Dormitório Permanente	5	50 m ²
Sanitário Masculino	2	40 m ²
Sanitário Feminino	1	20 m ²
Fraldário	1	15 m ²
Copa	2	20 m ²

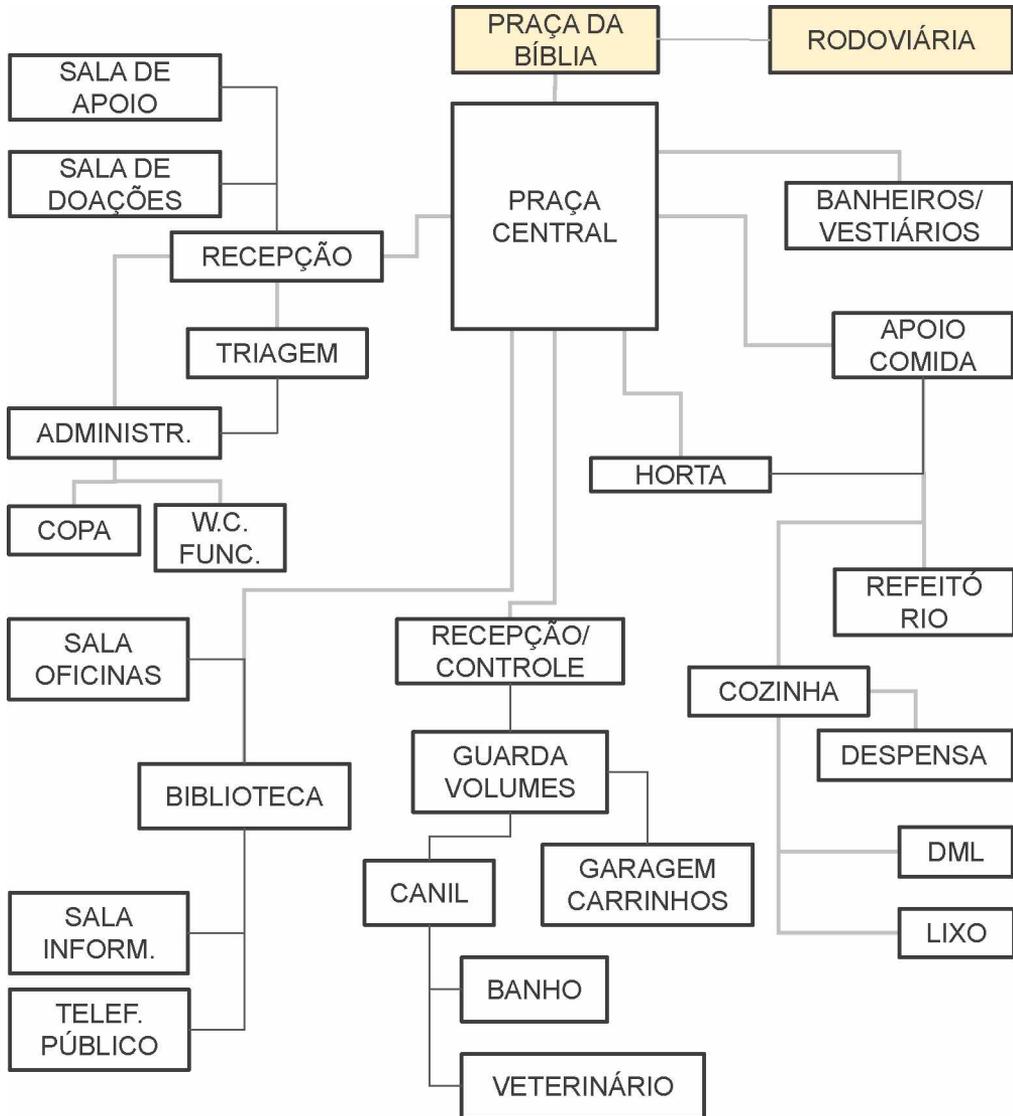
SETOR DE SERVIÇOS		
AMBIENTE	QTD.	ÁREA T.
Canil	4	32 m ²
Sala de Banho e Veterinário	1	25 m ²
Cozinha	1	100 m ³
D.M.L.	1	5 m ²
Banheiro funcionários	2	6 m ²
Casa de gás	1	3 m ²
Lixo	1	8 m ²
Despensa	1	15m ²
Refeitório	1	150 m ²
Lavatório	1	20 m ²
Horta	1	50 m ²
Guarda - Volumes	1	30 m ²
Controle Guarda Vol.	1	10 m ²
Lavanderia Coletiva	1	100 m ²

ÁREA TOTAL = 1470 m²

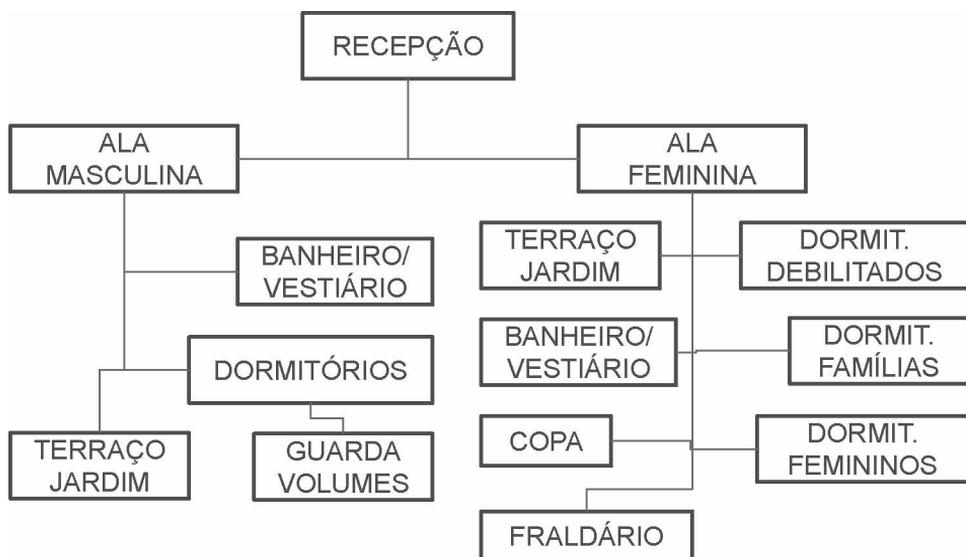
Para atender 80 pessoas abrigadas e refeitório para 110 pessoas.

Fluxogramas

Pavimento Térreo



Primeiro Pavimento



Segundo Pavimento

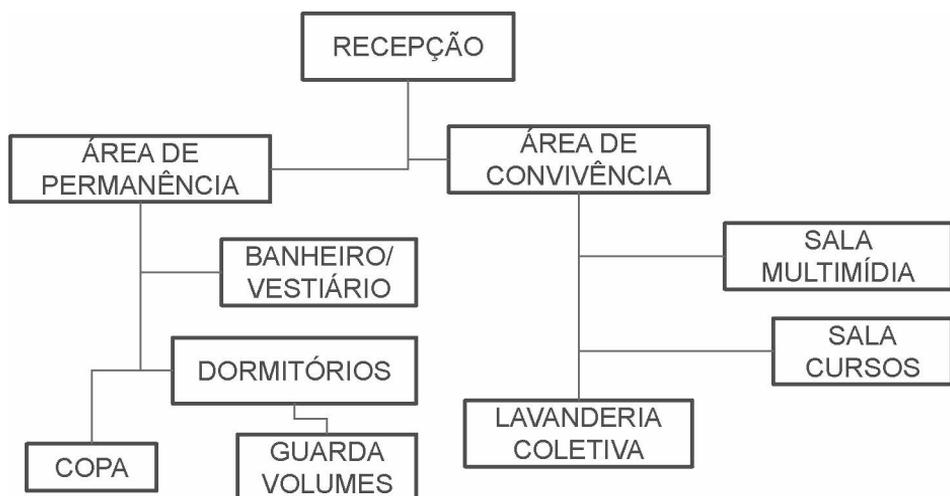






Imagem 84: Morador de rua
Fonte: Hénry Milleo / Gazeta do Povo, 2018

7. REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. de.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Cadernos Adenauer: Pobreza e Política Social. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

BRASIL. Lei nº 8.742: Lei orgânica da Assistência Social.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: Aprendendo a Contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Brasília, DF: SAGI, SNAS, 2009.

BRASIL. Política Nacional para inclusão social da População em situação de Rua para consulta pública. Brasília, DF. 2008.

BURSZTYN, M. et al. No meio da Rua: Nômades, excluídos e Viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

IPEA. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2016.

META, Instituto de Pesquisa de Opinião. Sumário Executivo: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua. MDS, SAGI, 2008.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Seminário Nacional sobre Direitos e garantias da População em Situação de Rua Mesa: Perfil da População em Situação de Rua Brasília, 30 de novembro de 2010.

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SOUZA, E.; PEREIRA, M. Arquitetura Hostil: A Cidade é para todos?. Archdaily, 2018.

SNOW, D.; ANDERSON, L. Desafortunados: Um estudo sobre o povo da Rua. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998

UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 525: Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Uberlândia, 2011.

UBERLÂNDIA. Lei Ordinária nº 10.630: Política Municipal de Assistência Social, 18 de Novembro de 2010.

UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia. Câmara Municipal, 05 de Junho de 1990.

WWP: World Without Poverty. A Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua. Série WWP Relatos de Uso M&A. MDS, 2015.

MONOGRAFIAS

ARAÚJO, G. M. de. Centro de apoio e acolhimento aos moradores de rua: um espaço de oportunidades em Uberlândia. 2016. 76 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia, [S.l.], 2018.

CASTRO, D. A. Resistores urbanos: Itinerários, territórios e deslocamentos. Uberlândia, 2009. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

COSTA, C. A. O. As táticas de vida dos moradores de rua que transitam pelo Triângulo Mineiro. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

GARCIA, M. M. R. Arquitetura no âmbito social: Centro de Apoio ao Morador de Rua. 2014. 94f. Trabalho Final de Graduação - - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2014.

SALOMÃO, L. C. F. Viver na rua: Arquitetura, Urbanismo e Vida Cotidiana. 2014. 118f. Trabalho Final de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2014.

SILVA, Ana Ligia Wu da. Centro de Referência e Acolhida para população de rua. Trabalho Final de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU UBC. Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes, 2015.

SITES

BRASIL ECONÔMICO. Desigualdade de Renda: IBGE. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2018-04-11/desigualdade-renda-ibge.html>> Acesso em Novembro de 2018.

CORREIOS. 1,4 mil pessoas estão em situação de rua em Uberlândia. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/14-mil-pessoas-estao-em-situacao-de-rua-em-uberlandia/>> Acesso em Setembro de 2018.

CORREIOS. Moradores de Rua ocupam Rodoviária de Uberlândia e geram queixas. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/moradores-de-rua-ocupam-rodoviaria-de-uberlandia-e-geram-queixas/>> Acesso em Setembro de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>>. Acesso em Novembro, 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>> Acesso em Novembro de 2018.

G1, Triângulo Mineiro. Albergues de Uberlândia registram aumento de moradores de rua. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/02>> Acesso em Setembro de 2018.

G1, Triângulo Mineiro. Projeto discute situação de moradores de rua em Uberlândia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/11/projeto-discute-situacao-de-moradores-de-rua-em-uberlandia.html>> Acesso em Setembro de 2018.

PROJETAR. Concursos de Arquitetura: Abrigo Portátil. Disponível em: <<https://projetar.org/concursos/1/arquitetura>> Acesso em Outubro de 2018.

8. ANEXO

8.1. Entrevistas

Casa Santa Gemma - Rua José Flores, 351, Aclimação

Fundação: 2003

Fundadores: Jefferson Albernaz Resende, 43 anos / Sílvio Expedito Cardoso, 69 anos

Entrevistado: Jefferson Albernaz “Jack” Data: 10/09/18

1- Qual a história da Casa Santa Gemma?

Foi aberta em 2003. Porém o trabalho com moradores de rua remonta a 1997, quando o sr. Ditão servia comida e depois passou a acolher os moradores de rua. Em 1999, Jack já fazia da mesma forma. então decidiram abrir uma casa com esse objetivo, com ajuda financeira através de doações. Em 2005 abriram a ONG e em 2007 iniciaram um trabalho com crianças e adolescentes denominado “Meninada”, cuja sede está em construção. Em 2011 compraram o imóvel onde hoje é a sede, e um terreno ao lado de 1000 m², onde atualmente está sendo construída a nova sede, para atender 40 abrigados. A antiga, que atende 14 pela lei e abriga 18, será destinada a acolher mulheres moradoras de rua, especialmente gestantes.

2- Como funciona o programa de acolhimento?

A gente vai pras ruas, pra entregar comida e no decorrer da entrega de comida, vamos conversando, conhecendo quem está precisando de ajuda, que está pedindo e quem não quer ou não fala nada. [...] Na verdade a comida é uma isca, porque se for pra rua fazer uma atividade e não ter nada pra oferecer, [...] não tem conversa, quem tá com fome, não tem ânimo pra nada. Então a gente utiliza esse esquema da comida, da música para aproximar com o morador de

rua. Inicialmente chegávamos já dizendo pra pessoa “você tem que sair da rua”, chegamos a trazer a força. Porém muitos moradores já vem até nós, inclusive de fora de Uberlândia.

3- Existe algum tipo de triagem na seleção de quem vai para o abrigo?

O nosso trabalho é bem diferenciado porque pegamos qualquer pessoa que precisa de ajuda, exceto menores de idade. Então a pessoa tá lá esquisita, machucada, feia, doente, bêbada, drogada, precisando ou pedindo ajuda, ou aceitando ajuda, vem pra cá. No convívio que descobrimos mais sobre a pessoa. Tem coisa que a pessoa só fala quando tem certa confiança em você. Tem pessoas que omitem nome, dá nome errado, tem pessoas que tem problema na justiça e evita falar, gente que carrega crimes e outros segredos, tem gente que não quer ver a família, tem gente que tá morrendo de saudade, tem gente que tem problema mental, sequelas graves de acidentes, vários tipos de pessoas. Na rua, de fato, a única coisa é abordar e na medida do possível ajudar. Os únicos casos que não vem diretamente pra cá são casos de doenças graves e infecciosas. Vai direto pro hospital. Encontramos pessoas “podres”, sendo comidas por bichos, [...] ou muito magras, provavelmente com tuberculose, ou doença mais grave como pancreatite algo que impeça a pessoa de ter uma evolução na casa sem contar que a gente pode se contaminar. Nós já pegamos muitas doenças, não há como evitar. E ficamos atentos a isso. Tem casos de dependência química, alcoólica que devem ser mandados as instituições de referência. a gente não obriga ninguém a ficar, e se a pessoa não quer tratamento, a gente não encaminha.

4- Quais são suas funções na casa?

Nós somos poucos voluntários no dia dia da casa, somos 5, 6 pessoas pra cuidar das atividades normais. As atividades

domésticas, quem cuida são os próprios moradores. No final das contas, minha função é cuidar da parte burocrática, documentação, fazer a ponte com a academia, divulgação, promover eventos beneficentes, criar parcerias. O trabalho é sem subsídio de verbas públicas, então sou responsável pelas várias atividades de arrecadação. O Ditão acompanha os moradores, busca arrecadações [...].

5- Sobre o espaço arquitetônico, qual o local de maior importância para os moradores?

Em primeiro lugar, o banheiro, ele tem que ser confortável para tomarem banho, principalmente quando chegam da rua e tá com aquela sujeira danada, aquele “trem” esquisito, pra tomar um banho bem caprichado que é o hábito que ele vai começar a ter. Os quartos, que devem ser confortáveis. O pessoal não tá acostumado a dormir em cama [...] e temos que tentar adequar. A casa hoje está fora do padrão de acessibilidade. [...] Por isso estamos construindo do lado. [...] Depois, o refeitório. Lugar com cozinha caprichosa, que possa ter bastante comida e fácil acesso, aliás, a acessibilidade é fundamental. Tem muita pessoa em situação de rua com sérios problemas de locomoção, alguns estão travados por conta de álcool mesmo, alguns estão deficientes, muita gente que quebra a perna e não conserta, tira o gesso, ou que quebra a perna, põe fixadores e não volta porque acha que aquilo vai arrecadar algum dinheiro. Coisas absurda que a gente vê.

6- O que gostaria que fosse diferente em relação aos cômodos? Qual a necessidade hoje para esta casa?

A casa hoje não vai ficar ociosa, ela será um abrigo para mulheres, sobretudo pra gestantes. Teremos que pensar em quartos arejados e confortáveis, hoje temos essa dificuldade e também melhorar a

acessibilidade na entrada da casa. A gente não soube mexer ali ainda. [...] Talvez abrir mais portas.

7- O que gostaria que fosse implantado? Um jardim.. É uma necessidade?

Jardim é tão bom. Aqui não temos espaço. A gente até tentou fazer um jardim suspenso aqui na frente e não deu certo. Nesta casa seria interessante.

8- É importante ter um local para atendimento dentário, psicológico, médico em geral?

Pensamos em ter na nova construção espaço para odontologia porém teria que ter mais papelada, documentos, então não vai ter. Mais uma sala específica com atendimento psicológico, que não tenha intervenção com maquinários, etc, a gente precisa.

9- Vocês fazem cursos, oficinas com os acolhidos?

Temos poucas atividades. normalmente são as oferecidas pelos estudantes que vem desenvolver algum projeto aqui [...] leitura e produção de textos, artesanato, [...] a cada 15 dias. Semanalmente acontecem momentos de oração. Mas poderia ter coisas mais rotineiras. Tentamos ter projetos de alfabetização aqui mas não deu certo porque às vezes a pessoa ta ali e no outro dia foi embora. Não temos o objetivo de segurá-los. [...]

10- Em questão de lavanderia, como funciona?

Temos uma máquina bem grandona. jogamos as roupas lá e pronto e arruma um canto pra secar.

11- Quais são as maiores dificuldades encontradas, tanto o espaço físico, quanto nas ruas?

A nossa grande dificuldade hoje é ter o espaço acessível. [...] A casa não foi pensada pra ser um abrigo. [...] Nas ruas, a gente não tem tanta dificuldade. Na verdade tem até muitos grupos que fazem entrega de comida e só acompanhamos. [...] Hoje temos grupos praticamente de segunda a segunda, [...] já dá uma aliviada e também facilita nosso trabalho. No final podemos focar mais na conquista dos direitos, no que o morador de rua merece, pensar na moradia e lutar por isso. Essa é a ideia da Pastoral Nacional do Morador de Rua. Mesmo sendo uma ONG, somos ligados a Pastoral de Rua. [...]

12- Vocês tem parcerias com outras ONG's e instituições?

A casa Santa Gemma, por ser uma casa de referência, de certa maneira, pode participar da fundação de outras casas [...] A casa Santa Cecília, [...] E a demanda é muito grande [...] A casa Getsêmani. Tem outros lugares também que iniciaram inspirando-se em nós. [...] É muita alegria para nós. Aqui não temos funcionários, são todos voluntários, não temos dinheiro públicos [...] e também não somos obrigados a receber demanda da prefeitura. As vezes a Ronda Social sai e se nós tivéssemos subsídios, os moradores abordados por eles teriam que vir pra cá e teríamos que reservar espaço. Isso nos dá uma liberdade muito grande pra trabalhar a vontade e pra dar essa liberdade pro morador de rua, se quer sair ou ficar, se quer apenas um banho, vamos respeitando.

13- A respeito das pessoas que estão em situação de rua mas preferem estar na rua do que ir para abrigos ou albergues. Normalmente, por que elas escolhem?

Isso aí tem vários pontos. Nesses anos todos que a gente acompanha, a gente percebe que muita gente desenvolveu problemas mentais ou que já esteve doente, que desenvolveu depressão profunda. Tem gente que hoje nem fala direito, parece que grunhi, é tanta distância do convívio social que a pessoa vai ficando ali e pra ela está bom. Por mais que seja esquisito dizer isso, porque não é sonho de ninguém querer morar na rua, ser mendigo, ou ser drogado, querer estar debaixo da ponte. [...] Mas acontece, se tem tanta gente nessa situação hoje é porque tem motivos. A gente percebe que a maioria dos casos de pessoas que não querem vir é porque as vezes estão frustradas demais com a vida, já recebeu muito não e descreditou na humanidade. E em alguns [...] a gente detecta sério problema mental. É complicado forçar vir nessas condições, e nesses casos, só a família pode deliberar ou alguém que responda por ela. Nosso papel é oferecer ajuda. Ou eles tem problema na saúde mental ou simplesmente gostam desse estilo de vida.

14- Normalmente as pessoas que escolhem a rua ao invés de abrigos tem muito tempo que estão nas ruas?

Isso é interessante, um fator primordial. Pessoas com 10, 15, 30 anos.. Nós chegamos a trazer um senhor que tinha 40 anos que morava na rua e um dia aceitou vir [...]. Aí ajeitamos um quarto pra ele e uma caminha [...]. Nessa época eu morava na casa. Na hora que pus ele pra dormir, achei que tava tudo certo, tinha tomado banho... Foi 2, 3 minutos depois, escutamos “Ai, me tira daqui, socorro, eu to sem ar.. Meu Deus.. me tira daqui, me leva pra o lugar onde eu tava, quero ir embora!”. Pensei “vixi, esse homem vai morrer”. Peguei e deixei ele no cantinho da praça onde ele estava. Fiz mal pra ele trazendo pra cá. Então ele acostumou com a situação de rua, tomava a pinguinha dele de boa, era um conforto

pra ele. e a pessoa quando acostuma a não ter família, relacionamento familiar, rotina e depender só do dia mesmo, você não consegue tirar da situação de rua. Quem somos nós para obrigar alguém a sair? [...] Até ficamos atento com as pessoas, aqueles que estão muito tempo nas ruas, se precisar ajudar, pode deixar, mas se tiver algum que está chegando hoje, dá prioridade pra ajudar esse porque é mais fácil dele perder o dinheiro, perder documento, ser assaltado. então a gente prefere muitas vezes ajudar quem está a menos tempo. As pessoas que estão a mais tempo precisam de um certo tempo pra refletir se quer ajudar. Em alguns casos a pessoa só aceita ajuda quando está morrendo. [...] Um caso interessante foi o sr. Ubiratã, conhecido como Ubira, durante 7 anos acompanhamos ele sempre oferecendo ajuda e vimos ele definhando, se acabando e ele “Não, só volto pra minha casa quando eu tiver dinheiro no bolso, arrumado meus dentes, tiver andando direitinho. Eu sou empresário moço, tenho escritório”. E foram 7 anos tentando ajudar o homem. Daí um dia ele foi mexer numa assadeira de frango, talvez queria furtar algum, não sei, e caiu em cima dele e ele se queimou, foi parar no hospital, do hospital ele precisava de um lugar que não fosse a rua pra recuperar, foi aí que ele aceitou o convite pra vir. E quando ele teve aqui, mesmo assim não quis se abrir conosco. Por fim, ele sonhou que a mãe [...] havia morrido, passou o número da família em Curitiba [...]; a família ficou doida, fazia 13 anos que não o via, ele era realmente empresário, o irmão havia dado um golpe nele [...] e decepcionado com isso acabou afundando na bebida [...]. No final das contas, perdeu tudo e ficou morando como mendigo aqui na cidade. nós conseguimos no mesmo dia enviá-lo pra família.

15- O que vocês oferecem? Além de alimentação, higienização, atividades ocasionais, vocês tem algum projeto de reinserir novamente o abrigado à sociedade?

Sim, vocês podem ver aí o Robson, nosso cozinheiro. Ele estava em situação de rua, mexendo com drogas e tudo. e ele veio pra cá, cuidamos dele,[...] botou fé, começou a trabalhar aqui na cozinha. Quando deu 3 meses, tiramos os documentos. Nesse meio tempo, ele fez um curso de manipulação em alimentos no Sebrae e hoje vamos levá-lo a uma entrevista daqui a pouco, e depois, tenho certeza que será aprovado, vai começar a trabalhar e seguir a vida dele. Aqui perto de nós tem muitos ex moradores da casa, pessoas que conseguiram benefícios, que conseguiram firmar no trabalho, pessoas que estão bem encaminhadas, tem a casinha deles. [...] De cada 100 pessoas que passam aqui, 90 voltam pra rua mesmo, aí desses 10 que sobram, 7 a gente tem algum encaminhamento pra eles, pra alguma cidade, pra família, ou que morreu... E 3 temos certeza que nunca mais vai voltar pra situação de rua. São pessoas que conseguiram superar isso. A gente tem muitos momentos de espiritualidade aqui, não só católicos, como evangélicos, grupos que fazem momentos de oração e a gente acha isso importante porque é alimento espiritual para eles e vai contribuir porque a pessoas olha e fala “É, eu tenho valor, poxa, eu sou um ser humano”. Não tem nenhum coaching que faz instrução não mas nós aqui brincamos que somos “coaching irmão de rua”, que a gente pega e ajuda nessa vontade de querer progredir. [...] Essa obra mesmo aí, é tocada por dois ex moradores da casa de acolhimento. Estão recebendo direitinho pra trabalhar ali. O Pedreiro José Alves, a gente acolheu na rua, ficou com a gente e foi recuperando, tinha família em Goiás. Quando ficou bom e sentiu firmeza recebeu visita da família. [...] Começou a trabalhar, alugou a casinha e a família veio, hoje a filha mais velha está na universidade, tudo encaminhado e é pedreiro de mão cheia. [...] É possível haver uma transformação. Infelizmente muitos colocam preconceito acima de qualquer possibilidade. “Cachaceiro, vagabundo, dá escola pra esse cachaceiro não”. Não tem política pública, o que a prefeitura de Uberlândia faz é tapar buraco. um subsídio aqui, outro acolá. Não

tem nenhum prédio público voltado exclusivamente para o acolhimento do morador de rua. Nós temos um centro de referência na porta da rodoviária, que é um cubículo, que seria o Centro POP que foi transformado naquilo ali, e aquilo não atende a demanda. Aquela triagem deles é muito fácil. Mais fácil mandar uma pessoa pra outra cidade do que tentar mantê-la aqui e restaurar, dar uma oportunidade pra ela. População de rua não dá voto. Todo mundo tem medo, tem nojo, quer se esquivar, o prefeito vai queimar o filme dele se mexer com isso. Então esse estigma da população de rua é terrível. Até pra nós, que trabalhamos com a população de rua tem preconceito, a gente tem que lidar com isso no dia a dia.

16- Quais trabalhos fazem externamente?

Entrega de comida, mas não é o foco principal e chuveiro solidário. Levamos de vez em quando com um grupo para aqueles que querem ficar na rua. A fila é grande. Tem 30 chuveiros. E acompanhamento de pessoas em situação de rua para assentamentos, é tipo um direito à moradia, passando em cima de um monte de coisa, mas é outra história.

17- Quem trabalha nas atividades da casa são os próprios moradores?

Todas as atividades da casa são feitas por eles. Nós não colocamos escalas, eles que organizam. [...]

18- Tem regras e regulamentos?

As regras são simples: Por exemplo, principalmente acerca das obrigações domésticas, não fazer uso de bebida alcoólica, drogas, se for trabalhar, o dinheiro não pode ficar no bolso, na mão, tem que ficar no banco ou a gente guarda pra pessoa e quando sai ele

pega 100% do dinheiro dele. Dinheiro aqui na mão é um perigo, como temos 3 botecos na porta e uma biqueira ali embaixo, então é perigoso. No relacionamento, limitar linguagem de cadeia, gírias relacionadas a drogas, prostituição, tentar um diálogo diferenciado e outras coisas básicas como horários para refeições, higiene diária, [...] regras básicas de convivência.

19- Como o abrigo se mantém?

Através de doações e eventos. Estamos sempre vendendo alguma coisa, sorteando alguma coisa, fazendo eventos beneficentes [...]. tudo pra construção ao lado e para manter o funcionamento. A pessoa não é um cachorrinho que você dá comida e pronto. O ser humano precisa de atenção maior. [...]

20- Quais são os locais de Uberlândia onde encontram a maior quantidade de moradores de rua e qual a tipologia que encontram?

Posso usar as definições que aprendemos com os próprios moradores de rua [...]. Hoje o termo politicamente correto é pessoa em situação de rua e enquadra até o feirante que prefere não dormir na própria casa por ser longe, travestis, etc. Aqui em Uberlândia tem muita gente em situação de rua. Mas em geral, a definição que falam é: mendigo, é um cara sempre sujo, doente, pedindo dinheiro, o que o caracteriza é principalmente a sujeira. O andarilho, o cara que bate perna na cidade inteira, vê hoje aqui e amanhã tá lá no Taiaman, anda por aí sem destino. O trecheiro é mais radical, sai daqui e vai parar lá em Roraima, andando, pega carona, etc. Pardal é uma espécie de morador de rua que fica sempre no mesmo lugarzinho, está ali com a comunidade e recebe ajuda desse pessoal. [...] E cada um tem um estilo. A maioria tem dependência química e alcoólica. Tem um grupo de dependentes

químicos que são jovens, tem casa mas saem pras ruas pra cometer pequenos delitos, buscar drogas, a maior concentração desse perfil fica na Rodoviária. Agora a população de rua mesmo, [...] você vai encontrar nas principais praças, principalmente nossa sra. Aparecida e Sérgio Pacheco, Pr. Nicolau Feres. Na rodoviária tem a maior concentração, porém tem muito usuário de drogas. [...] E nos bairros também tem casos isolados de concentração, o ponto mais conhecido próximo ao centro da cidade é no bairro Tubalina, onde fica um grupo bem na porta da igreja São Francisco de Assis. E também nas portas dos cemitérios e hospitais. Usuários, sobretudo na área central e rodoviária. E temos um cuidado muito grande em definir quem é quem pra não prestar um tipo de serviço errado. Por exemplo, nós aconselhamos que ninguém dê dinheiro nas ruas mas que dê outra alternativa de ajuda [...].



Imagem 85 - Fachada da Casa Santa Gemma.
Fonte: Facebook da instituição, 2018.

Grupo de Jovens cristãos que levam alimento e promovem diálogo com pessoas em situação de rua.

Coordenação: Sarah Marinho e Miquéias Marçal

Entrevistado: Miquéias de Souza Marçal, 25 anos. Data: 25/09/2018

1. Quem faz parte da liderança desta ação social?

Eu e a Sarah. Nós fazemos parte da Assembleia de Deus Missão aos Povos, dentro da igreja tem um departamento de jovens e dentro deste departamento tem um setor de evangelismo que trabalha com assistência social aos moradores de rua. Buscamos sempre levar uma palavra de esperança, de conforto, não só o alimento, mas tentar conhecer as ideias que os levaram a chegar nessa situação.

2. O que é a ação que fazem, como e quando acontece?

Toda segunda e sexta feira a gente reúne um grupo de jovens e levamos o alimento pra eles. O alimento é o que a gente recebe de doação, de contribuição do pessoal da igreja; aí a gente compra o alimento, minha mãe geralmente prepara ou então outra pessoa... A gente reúne na porta da igreja e sete horas, sete e meia estamos saindo. Chegou lá na praça a gente entrega o alimento pra eles e aí a gente tenta estabelecer um diálogo tentando se aproximar mesmo. Pergunta de onde veio, porque chegou lá, qual o vício... Porque a maior parte é viciada. Nem todos são, mas a maior parte tem algum vício. [...] Geralmente o que mais levam as pessoas à rua, pela nossa experiência é o crack e a bebida alcoólica. [...] Aí a gente

convida pra igreja, se possível leva para uma casa de recuperação se quiser, porque nem todos querem sair da rua. Mas vamos estabelecendo um contato permanente com eles, com quem fica mais tempo lá. Tentamos estabelecer um vínculo com eles, porque através desse vínculo fica mais fácil de convencer a recuperação, a mudar de vida, deixar o vício. É assim que trabalhamos.

3. Quais lugares frequentam?

Com os moradores de rua, o projeto é na Praça Sérgio Pacheco, é o mais comum. Mas quando sobra comida, a gente vai na rodoviária ou vai para algum lugar que tem concentração de moradores de rua como a porta do CAPS Umuarama. O Hemocentro, na parte da noite também tem concentração de morador de rua, [...] a Praça Nossa Senhora Aparecida que a gente vai também no bairro Brasil. Então vamos nesses locais, mas o primeiro lugar que a gente sempre vai é a Praça Sérgio Pacheco.

4. Esses são os pontos de maior concentração de moradores de rua?

O maior ponto de concentração que eu conheço é na rodoviária. Depois é a Sérgio Pacheco. São os dois principais locais [...] mas pode ter outros. Na rodoviária tem mais ou menos 70 pessoas. Já aconteceu da gente levar 100 cachorros quentes para lá e em questão 5, 6 minutos acabar tudo. Só que lá tem várias outras organizações, então ultimamente a gente não vai muito lá porque já sabe que tem assistência.

5. Todos os dias da semana tem organização que assistem?

A gente vai toda segunda e sexta. Nas segunda e sextas-feiras que fomos lá vimos outras organizações. Não sei nos outros dias.

6. Os moradores de rua da Praça sempre são os mesmos ou variam muito?

Tem alguns que são fixos, ficam lá, a gente conhece até pelo nome. E tem aqueles que também vão mudando. Tem alguns que a gente sabe que vai encontrar lá, mas a maioria são transitórios. Às vezes tem brigas entre eles também, então o morador que ficava lá não pode ficar mais, tem que ir para outro lugar. Às vezes você chega lá e a pessoa já foi para outra cidade, principalmente esses que, como dizem, fazem o trecho, fica mudando de cidade em cidade, essa galera muda bastante. Mesmo assim a gente chega lá e pergunta “porque você veio”, “qual seu objetivo na cidade”, muitos vem procurar emprego.

7. Concernente aos vínculos familiares, como é a relação dos que possuem família?

As pessoas que estão na praça e conversamos são viciados em alguma coisa. Quando são viciados, chegam ao ponto em que começam a vender as coisas de casa, a relação com a família se torna insuportável, então a família coloca para fora de casa, não aguenta mais a convivência. Então as relações familiares geralmente são cortadas. E tem as pessoas que geralmente a gente percebe, eu acho que é a maioria, que chegaram a situação de drogas pela desestruturação familiar. Então quando você vai conversar mais profundamente como é a relação, você já percebe que o pai ou a mãe era um viciado ou a pessoa não tinha os pais

presentes, não tinha uma família estruturada; tem gente que não tem nem mesmo nome do pai na identidade, você percebe que aquilo lá afeta a situação dele.

8. Sobre os perfis geralmente encontrados, estilos de vida, O que normalmente encontram?

Nós encontramos estrangeiros, venezuelanos, [...] peruanos, mas não são maioria. Hippies também são poucos. A maioria que a gente percebe são usuários, alguns poucos que perderam o emprego, tem outros que, por exemplo, brigou com a mulher e passou duas, três noites ou uma semana na rua. Mas a maioria é caso de dependência de alguma substância. Tem bastante jovens [...], 25 a 35 anos. Também tem adolescentes. Tem muitos casos de família e residência aqui [...].

9. Qual a sua opinião a respeito das ações realizadas pelo poder público?

Eu não tenho muito contato com as ações da prefeitura. Geralmente as pessoas que ajudamos que eram de outra cidade, arcamos com a viagem delas. Por exemplo, tivemos um caso de um morador que queria voltar para São Paulo e ele não conseguiu a passagem pelo centro de migração. Eu sei que chega muita gente aqui [...], o que eu tenho é reclamação dos moradores de rua que às vezes querem voltar para o Maranhão e não consegue passagem... Não sei se é verdade ou não. Reclamação dos moradores que queriam passagem para fora mas não conseguiam da prefeitura. Eu sei que muitas pessoas chegam aqui nessas condições, que outras

prefeituras pagaram para as pessoas virem para cá, de Ituiutaba, das cidades da Bahia, já ouvi casos assim.

10. Quais são as maiores dificuldades encontradas durante a ação e abordagem?

A principal dificuldade está em conseguir convencer os moradores de rua a saírem da praça, da situação de rua. é a parte mais difícil do trabalho em geral. Porque verba, graças à Deus, Ele vai providenciando de onde a gente não espera e as coisas vão acontecendo. [...] temos muitas dificuldades em convencê-los a sair da situação porque tem muito preconceito da parte deles quando por exemplo a gente fala que vai internar numa clínica, eles dizem “eu não sou louco”, “eu não sou viciado”, então essa parte a gente tem dificuldade. E depois que a gente convence, a gente tem dificuldade em conseguir a clínica, de pagar, de fazer os exames, de todos os processos para internação.

11. Existe alguma relação com o tempo em que estão nas ruas?

Acho que sim porque quando a pessoa tem um hábito de muito tempo, para você quebrar aquele hábito é muito complicado, readaptar para novos costumes, novas ideias é complicado. Quanto mais tempo a pessoa tem de rua mais difícil fica convencer ela de que ela tem a possibilidade de uma vida melhor. E a gente tem dificuldade principalmente com os mais velhos porque para eles, na percepção deles, já não tem mais jeito. Tem um morador de rua, o “Jhow”, foi muito difícil convencer ele a sair da rua porque para ele não havia mais perspectiva, porque ele está velho demais para entrar no mercado de trabalho, só que está novo demais para

aposentar nos termos sociais, a gente sabe como funciona a sociedade, então seria muito difícil arrumar um emprego porque ele sempre foi trabalhador rural e não tem muita qualificação formal. Ele vivia sem perspectiva. Conseguimos uma vaga social no grupo Sarai de reabilitação, mas ele não quis. Mas é um processo, o Jhow já tem mais de um ano que a gente conversa com ele e a nossa abordagem é sempre pessoa por pessoa, individual.

12. Sobre as pessoas que preferem as ruas, o que elas apontam como problemas em albergues e abrigos?

Elas têm dificuldade de relacionamento e de se adaptar às regras. Mas eles não falam abertamente para nós quais são os problemas. Você pergunta e eles falam “Ah... Lá é meio embaçado, não dá muito certo”. Eles não falam diretamente.

Grupo Ramatisiano - Albergue Noturno Ramatis

Coordenadora: Adail

Entrevistada: Márcia Faria - Assistente Social

1- O que é o Albergue, como funciona?

O Albergue foi fundado em 1965, a gente atende pessoas em situação de rua, essas pessoas vem em busca de trabalho, de melhores condições, algumas vem em busca de tratamentos de saúde, alguns são alcoólatras ou pessoas que são usuárias, dependentes químicos, e as vezes passam pela instituição e a gente faz os encaminhamentos para as casas de recuperação, clínicas. E quando eles chegam em Uberlândia, quando vem direto pra instituição, a gente pede que no dia seguinte eles vão ao Centro de Referência, pra pegar o encaminhamento para o Albergue Ramatis ou para as outras instituições. Então tem um trabalho bem ligado com o Centro de Referência, pra fazer os encaminhamentos, pra documentação, enfim, o que é necessário. Encaminhamento pro CINE, marcação de consulta, quando necessário, sempre em comunicação com eles. Temos a visita, semanalmente, da assistente social e da psicóloga. E o atendimento aqui é alimentação, pernoite, higienização corporal e atendimento social. A alimentação inclui café da manhã, almoço, lanche à tarde e a janta à noite e as vezes até uma colação. O pessoal fica direto no albergue, então não é só pernoite, é um abrigo. O pessoal chega, tem esse apoio, pra resolver o que tem que ser resolvido, alguns são encaminhados de volta para suas famílias, e as pessoas que vem, o pessoal do Centro de Referência coloca 10 dias, então depois desses 10 dias, a gente as vezes estipula um prazo maior, se ele conseguiu trabalho ou não, ou se ele ainda está nesse processo de

distribuição de currículos, fazendo entrevistas... Então dependendo de cada caso, a gente permite mais um pouco, conforme o necessário.

2 - Qual o maior período de tempo que alguém esteve abrigado no albergue?

Já teve casos de ficar mais de 6 meses, 8 meses, as vezes 1 ano, depende.

3 - Quantas pessoas o albergue atende?

Temos em média 48 leitos. Então atendemos 48 pessoas, até 50 as vezes, a gente coloca colchões. Mas com todos os procedimentos, [...] alimentação, higienização corporal.

4 - E quanto aos regulamentos? Vi algumas pessoas ajudando na limpeza

Eles ajudam, temos um termo, e lá já está colocado que eles podem, não uma pessoa só todos os dias, mas eles podem colaborar com a limpeza, com a organização do trabalho, não na cozinha, mas limpeza e manutenção, pra eles também não ficarem com tempo ocioso.

5 - Quantos funcionários trabalham aqui?

Nós temos 11 funcionários. [...] Não são voluntários, são contratados com carteira assinada.

6 - Como o albergue se mantém?

Através de doações e o recurso de repasse da Prefeitura.

7- Então tem um vínculo com a Prefeitura?

Exatamente.

8 - Você tem algum trabalho externo de abordagem?

Não. É só a Ronda Social, que é o pessoal do Centro de Referência que faz. Eles fazem a Ronda e encaminham pra cá.

9 - Tem algumas pessoas que preferem as ruas em relação aos abrigos. Vocês conhecem as causas e motivos dessa decisão?

Eu acredito que seja por causa do problema com bebida alcoólica, drogas, é um espaço que eles ficam mais livres, que eles não tem regras, e nas instituições que possam ter acolhimento, eles tem que cumprir regras, normas, então pode ser por isso. [...] Acho que podem perguntar para Centro de Referência essas informações. [...]

10 - Vocês realizam algum tipo de atividade, oficinas?

Temos uma palestra todas as terças, com a Adail, que é a nossa coordenadora, é um trabalho voluntário, tem um grupo de pessoas pra fazer, e tem corte de cabelo, também com pessoas voluntárias, quinzenalmente, eles vem e fazem um trabalho para a auto estima deles. Temos outros grupos também, que vem, traz um violão, um trabalho assim com eles, durante a noite. O corte de cabelo é durante o dia. Nós temos um grupo que também veio e fizeram currículos para eles.

11- A psicóloga é semanalmente? Todos passam por ela?

Ela é do Centro de Referência, junto com a Assistente Social, e ela vem e reúne comigo pra gente discutir os casos. Então no albergue a gente não tem uma psicóloga específica [...].

12- Os abrigados tem permissão pra sair durante o dia?

Sim, eles saem pra resolver suas coisas, a procura de trabalho, as vezes está arrumando documentos, ou consulta médica, depende. Também se quiser sair pra andar na cidade, pode. A gente não segura. Mas tem os horários. Os horários são... As 6h o café da manhã, 11h fazem uma ficha para almoço, que é servido ao meio dia. Logo após o almoço, as vezes eles ajudam nessa colaboração, uns ficam, outros saem, se atendemos 48, uns 15 ficam. Aí tem o café da tarde, entre 3 e 4 da tarde. O jantar a noite, às 19h30. O banho para os que já estão aqui, a tarde eles já começam a tomar banho, ficar organizado pra noite. Agora os que chegam a noite, vai tomar banho. Aí o jantar é servido. Quando tem uma palestra, é nesse momento do jantar.

13- O abrigo é procurado por trabalhadores?

Não. Acontece assim... de morar em Uberlândia, ficar desempregado e vir pra instituição por não ter condição de pagar sua moradia. Aí perdeu o emprego, vem, “eu moro em Uberlândia a 5 anos, mas estou nesse momento precisando desse acolhimento até que eu consiga meu emprego de volta”. Não é de fora, está aqui a mais tempo, mas não tem família pra acolher, já aconteceu assim.

14- Nas regras também está inclusa a proibição do uso de substâncias?

Sim. Jamais, a gente não permite, então é fiscalizado na hora de entrar, na hora de guardar as bolsas, roupas, se não está com material perfurante ou então alguma substância, e aí não pode entrar.

15- Acolhe só homens, ou mulheres e crianças também?

Também acolhe. Famílias, mulheres também. E aqui em Uberlândia também temos o CEAMI que atende famílias. Então as vezes passa pelo Centro de Referência e é encaminhado pra lá. Quando não tem vaga, aí é encaminhado pra cá. Os alojamentos são separados. Nós temos os quartos masculinos e 1 quarto feminino para acolher crianças com as mães.

16- Quais normalmente são os perfis encontrados? Por exemplo usuários, deficientes, doentes mentais, etc.

Pessoas com doenças mentais evitamos de ter esse acolhimento. Alguns a gente acolhe, quando tem uma medicação controlada, então isso tudo é avaliado, tem que verificar direitinho. Alguns são encaminhados também pra fazer esse tratamento, então tem pessoas que a gente atende que toma medicação, que tem algum surto psicótico e aí a gente já aciona a saúde também, pra fazer os encaminhamentos. Tem uma triagem, através do Centro de Referência e através do serviço social da instituição.

17 - Quais são as maiores dificuldades, tanto no acolhimento quanto espaço físico?

Nós temos uma estrutura antiga, nós precisamos fazer reformas e não temos verba pra fazer. Essas reformas são feitas aos poucos, com o passar do tempo a gente vai consertando onde precisa, então precisamos muito de recursos pra isso. Então fazemos um trabalho de captação de recursos pra ver se consegue algumas coisas.

18- Quando realizou-se a construção, ela foi realizada com a intenção de ser um abrigo?

Sim, quando foi construída, na avenida não tinha nada, era terra. [...] e aí construíram, vendo essa necessidade, que as pessoas ficavam nas ruas, vinham de outras cidades... Uberlândia começou a crescer, no início aqui era só a sopa e pernoite, era bem pequeno o número de pessoas e depois foi aumentando os atendimentos e assim, sempre tem que ter melhorias, mais profissionais pra atendê-los.

Nós precisamos melhorar a ventilação no refeitório, o telhado precisa ser trocado, não temos verba pra isso agora, [...], agora vamos reformar os banheiros internos, já conseguimos reformar os banheiros externos, que ficam na varanda. Essa aranda eles podem ficar durante o dia, é área mista, tem a ala masculina e feminina, onde tomam banho, lavam suas próprias roupas, tem o estendal, e onde podem ficar durante o dia. Tem os banheiros também. Na parte interna, estamos precisando reformar os banheiros [...] e depois pintura. [...] A gente tem o telhado baixo do refeitório e a ventilação precisa ser melhorada [...].

19- O espaço é acessível? Vem muitos idosos?

Vem idosos, cadeirantes às vezes recebemos. Aqui as adaptações estão sendo feitas. A parte externa já está pronta e vamos fazer o banheiro interno também.

20- A cozinha é separada do restante da construção?

Não, e lá só trabalham os funcionários. [...]

E temos os alvarás de funcionamento, corpo de bombeiros, vigilância sanitária...

21- Pode falar sobre o Centro POP? É junto ao Centro de Migração?

Sim, é uma sala onde atendem e outra salinha da Migração juntas praticamente. Eles só encaminham, antes tinha né, no outro eles as vezes serviam marmitas, agora não. [...]

22- Vocês tem algum programa que visa reinserí-los na sociedade, no mercado de trabalho?

Não temos. A gente sempre dá o apoio em função disso, de conseguir melhores condições e a gente fica acompanhando pra saber se a pessoa está ou não evoluindo, que a intenção é essa. E quando a gente tem alguma indicação de emprego, a gente passa pra eles. Mas não tem nenhuma atividade.

23- Qual a faixa etária média?

A maioria tem de 25 a 55 anos.

24- Vocês auxiliam na retirada de documentos?

Sim, a gente encaminha pra poder renovar a documentação. quando ele renovou várias vezes, aí ele perde o direito e tem que pagar por aquilo, porque é benefício. Por que as vezes a pessoa também já pegou passagem e quer pegar de novo. Aí tem o tempo estipulado. Até pra atender aqui no albergue, dependendo da situação, a pessoa volta pra Uberlândia a gente atende, mas dependendo, teve alguma restrição de acolhimento aqui, deu algum problema, brigou, não obedeceu as normas, deu algum problema para os funcionários, aí tem desligamento com restrição, [...].

25- E além do Centro de Referência, vocês tem vínculos com outras instituições?

Eu posso até entrar em contato com outras instituições [...], com clínicas, com o CAPES, com medicina, posto de saúde.

26- Aqui o albergue é noturno?

Ah, é o nome. Porque quando fundou, foi fundado com esse nome, e aí ficou. Até hoje a presidente ainda não tirou esse nome, manteve, mas não é só noturno, o atendimento é em período integral mesmo.

27- Em relação aos que trabalham, como funciona a questão de permanecerem com dinheiro dentro da instituição?

Às vezes eles têm conta em banco, aí eles depositam, tem alguns que pedem pra guardar o dinheiro, então funciona mais ou menos

dessa maneira. Tem alguns que trabalham, por exemplo, tinha um aqui que saiu a semana passada e alugou um quarto. Ele já tinha sido internado em casa de recuperação, passou várias vezes por aqui, depois ele conseguiu por ele mesmo parar de usar drogas. Parou, melhorou, está trabalhando na Casa das Massas, foi contratado, fizeram um teste com ele e agora já está com carteira assinada, já alugou um quartinho, ele sempre tava aqui nesse período pra tomar banho, arrumava pra poder ir, esse foi um progresso mesmo, e agora ele arrumou um quartinho pra ele. Mas o pessoal lá estava adorando o trabalho dele, parou de usar drogas, não teve recaída [...], rapaz novo, 25 anos, e ele chegava mais tarde, mais tarde que o horário de entrada, mas ele tinha autorização pra entrar [...]. Tem uns que saem e no dia seguinte acham que pode vir. Não, ele perdeu a vaga, se não trouxer uma declaração médica, [...] ou uma justificativa bem certinha ele não vai ficar.

* Todo Natal há uma festa de confraternização no albergue. Na maioria das vezes vão mais pessoas do que em dias normais.

** Recebem doações do CEASA e Mesa Brasil.

Espaço Físico

Varanda externa de entrada. À esquerda a ala masculina com solário, dois banheiros e dois tanques e à direita a ala feminina com solário, banheiro e espaço para lavagem e secagem da roupa (área de serviço e estendal).

Entrada da edificação - Recepção, sala para guardar bagagens com prateleiras de aço. A intenção é reformar separando, pra não ter perigo de um mexer na bagagem de outro. Dependendo a situação, o monitor abre a sala e permite que o abrigado pegue algo, como

por exemplo, ao tomar banho, etc. Ao lado fica a sala de assistência social. Descendo uma pequena rampa, à direita, tem-se a sala de reuniões e da coordenadora.

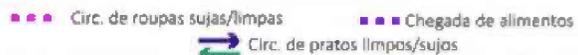
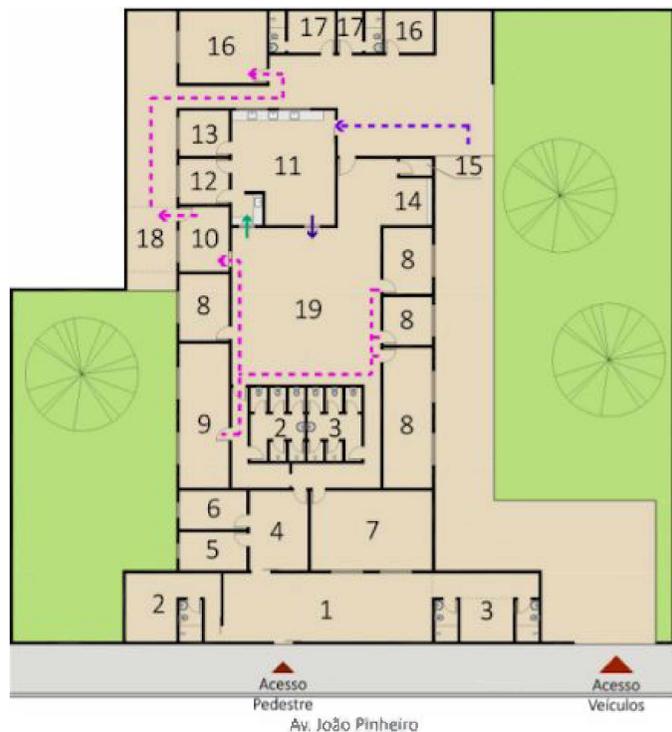
Seguindo adiante no corredor da direita, tem-se os cinco quartos masculinos, tendo o maior 16 leitos, em beliches. A esquerda o banheiro masculino, não acessível (porta estreita), com 2 chuveiros e 3 sanitários. No corredor a esquerda, estão o quarto feminino com camas, o banheiro feminino com 2 chuveiros e 3 sanitários. Ao lado do quarto está a lavanderia, utilizada somente pelos funcionários e que dá acesso a um estendal externo. Nesta parte externa tem um quarto separado de um morador abrigado a muitos anos, por autorização da promotoria de justiça, por não ter família que possa acolhê-lo e cuidar dele. Ele tem esquizofrenia.

No centro da edificação está o refeitório, para a realização da alimentação e atividades.

Descendo outra rampa, temos acesso à cozinha, onde prepara os alimentos. Neste espaço também tem um local onde abrem-se duas janelas para o refeitório. Uma de entrega da refeição ao abrigado e outra de recebimento das louças sujas, para lavagem. Além disso, o local também possui uma despensa. Os abrigados não tem acesso a esta parte. Durante o dia permanecem somente na varanda de entrada e nas alas externas.

Há um espaço externo grande de acesso exclusivo dos funcionários. Nele há um portão para recebimento de alimentos, etc.

Planta do Edifício



1. Área de Permanência Diurna; 2. Vestiário Feminino; 3. Vestiário Masculino; 4. Recepção;
 5. Maleiro; 6. Sala Assistente Social; 7. Sala de Reunião; 8. Dormitório Masculino; 9. Dormitório Feminino; 10. Lavanderia; 11. Cozinha; 12. Câmara Fria; 13. Despensa; 14. Bebedouros; 15. DML; 16. Depósito/Almoxarifado; 17. Dormitório Funcionários; 18. Éstendal; 19. Refeitório.

Imagem 86 - Planta do Albergue Noturno Ramatis.
Fonte: ARAUJO, 2016.

Fotografias



Imagens 87 - 90 - Fotografias do Albergue. Fonte: Autor, 2018.